

CADERNOS DE HISTÓRIA



Cad. hist.

Belo Horizonte

v. 2

n. 3

p. 1-100

out. 1997

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler

Dom Serafim Fernandes de Araújo

Reitor

Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira

Pró-reitora de Execução Administrativa

Prof^a. Ângela Maria Marques Cupertino

Pró-reitor de Extensão

Prof. Bonifácio José Teixeira

Pró-reitor de Graduação

Prof. Djalma Francisco Carvalho

Pró-reitora de Pesquisa e de Pós-graduação

Prof^a. Léa Guimarães Souki

Chefe do Departamento de História

Prof^a Maria Mascarenhas de Andrade

Colegiado de Coordenação Didática

Prof^a Carla Ferretti Santiago

Prof. Carlos Evangelista Veriano

Prof^a Heloisa Guaracy Machado

Prof^a Maria Mascarenhas de Andrade (Coordenadora)

Tiragem

1.000 exemplares

EDITORA PUC•MINAS

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Pró-reitoria de Extensão

Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico

Caixa postal: 1.686 • Tel: (031) 319.1220 • Fax: (031) 319.1129

30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

SUMÁRIO

Apresentação <i>Alysson Parreiras Gomes</i>	5
A população de rua e suas relações de trabalho – os catadores de papel em Belo Horizonte (1988-1996) <i>Maria Vany de Oliveira</i>	7
Belo Horizonte: qual <i>pólis</i> <i>Yonne de Souza Grossi</i>	12
Belo Horizonte: tempo, espaço e memória <i>Lídia Avelar Estanislau</i>	25
As ruas e as cidades <i>Anny Jackeline Torres Silveira</i>	29
A recuperação da Lagoinha dentro de uma nova concepção de política urbana <i>Heloisa Guaracy Machado</i> <i>Maria de Lourdes Dolabela L. Pereira</i>	36
A vida nos subúrbios: memórias de uma outra Belo Horizonte <i>Maria Marta Martins Araújo</i>	50
A razão moldando o cidadão: estratégias de política higienista e espaço urbano disciplinar – Belo Horizonte – 1907-1908 <i>Rita de Cássia Chagas Henriques</i>	57
Belo Horizonte – Coração das Minas e das Gerais <i>Lucília de Almeida Neves</i>	64
Catolicismo em Belo Horizonte na proximidade do novo milênio <i>Alberto Antoniazzi</i>	69
Imagens de Belo Horizonte de Pedro Nava <i>Elisabeth Guerra Parreiras Baptista Pereira</i> <i>Herbe Xavier</i>	86

<i>Cad. hist.</i>	Belo Horizonte	v. 2	n. 3	p. 1-100	out. 1997
-------------------	----------------	------	------	----------	-----------

Conselho Editorial

Prof. Carlos Fico (Deptº de História – UFOP)

Profª Eliana Fonseca Stefani (Deptº de Sociologia – PUC•Minas)

Prof. Dr. Francisco Iglésias (Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG)

Profª Liana Maria Reis (Deptº de História – PUC•Minas)

Profª Drª Lucília de Almeida Neves Delgado (PUC•Minas)

Profª Drª Maria do Carmo Lana Figueiredo (Deptº de Letras – PUC•Minas)

Profª Drª Maria Efigênia Lage de Rezende (Deptº de História – UFMG)

Coordenação Editorial

Prof. Alysson Parreiras Gomes

Coordenação Gráfica

Coordenadoria de Comunicação Social da PUC•Minas

Revisão

Profª Virgínia Mata Machado

Monitores

José Otávio Aguiar

Patrícia Correa Pereira

Preparada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais

Cadernos de História. — Número especial,
out. – 1997 — Belo Horizonte: PUC•Minas,

v.

Anual

1. História – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais. Departamento de História.

CDU: 98 (05)

APRESENTAÇÃO

As comemorações do Centenário de fundação de Belo Horizonte têm mobilizado várias instituições públicas e privadas com o objetivo de discutir, analisar e comparar os diferentes aspectos da organização do espaço urbano no decorrer deste século, na capital mineira. O Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no seu esforço, sempre renovado, de criar um ambiente de reflexão e crítica da realidade, promoveu em abril deste ano o simpósio “Belo Horizonte: tempo, espaço e memória”, que contou com a participação de professores e profissionais oriundos de outras áreas e instituições. Os textos resultantes de algumas dessas conferências e alguns trabalhos produzidos pelos professores da casa, encontram-se agora reunidos neste número especial dos **Cadernos de História**, destinado a alcançar um público mais amplo e estimular a continuidade dos debates e pesquisas.

Os artigos, aqui apresentados, procuram revelar alguns dos múltiplos horizontes que compõem o rico e complexo universo dessa cidade centenária. Procurando resgatar parte de uma memória individual e coletiva que tende a se tornar opaca com o passar dos anos, os pesquisadores se esforçaram em buscar nas reminiscências, signos, documentos e monumentos existentes na cidade, o material necessário à reconstrução desse passado comum. Partindo de premissas diferentes e utilizando das mais diversas fontes e metodologias de análise, os trabalhos ora divulgados são testemunhos das incalculáveis possibilidades de investigação e pesquisa que esse tema ainda oferece.

Acreditando que o conhecimento produzido no meio acadêmico somente ganha seu real significado quando é divulgado, debatido e socializado, o Departamento de História da PUC•Minas, dentro de suas possibilidades, tem procurado contribuir para a melhoria do ensino, a democratização do saber e a edificação de uma sociedade mais justa, onde a cidadania efetiva seja um direito de todos.

Alysson Parreiras Gomes
Coordenador Editorial

A POPULAÇÃO DE RUA E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO

“Os catadores de papel em Belo Horizonte” (1988-1996)*

Maria Vany de Oliveira**

Aluna do Departamento de História – PUC•Minas

Indigentes, deficientes, mendigos, vagabundos, velhos e doentes sem recursos, crianças sem pais, mães e viúvas sem proteção, camponeses sem terra, cidadãos sem domicílio, operários sem emprego, abandonados por conta do crescimento e feridos pela civilização, marginais de toda espécie... É longa a lista dos que suscitaram formas específicas de tomada de consciência e elas próprias extremamente diversas.
(Castel, 1991, p. 21)

RESUMO

Este artigo situa os catadores de papel no contexto sociopolítico-econômico da região metropolitana de Belo Horizonte na década de oitenta, destacando a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte) como marco importante para a “Capital do século”.

A essa litania mencionada na epígrafe, pode-se acrescentar um contingente de mulheres e de homens que hoje ocupam as praças, os terrenos ociosos, os logradouros públicos, as marquises, os centros urbanos.

Tal população não pode mais ser identificada, segundo afirma Luiza Erundina, como “a figura do andarilho ou do mendigo tradicional que pede esmolas. (...) São trabalhadores desempregados, que se juntam a outros tantos que sem esperança aguardam respeito e cuidados”. (Souza, 1992, p. 11)

* Tema de um projeto de pesquisa aprovado pelo PROBIC, que está sendo desenvolvido no período de janeiro a dezembro de 1997, tendo como orientadora a professora Liana Maria Reis, do Departamento de História – PUC•Minas.

** Está cursando o 8º período de História – PUC•Minas e realizando a pesquisa acima mencionada.

A cidade de Belo Horizonte não foge à regra. Também ela convive com inúmeros problemas que afetam tantas outras cidades brasileiras. Dentre esses, destaca-se a problemática dos que vivem em situação de rua.

Belo Horizonte foi planejada segundo o pensamento positivista, dominante no final do século XIX. É o que informa Roberto Luís de Melo Monte-Mor:

Belo Horizonte foi planejada de acordo com a ordem positivista e é filha dos desdobramentos do Iluminismo em suas manifestações do final do século passado. A ideologia da ordem progressista foi expressa na sua configuração urbana nas linhas e esquinas retas, rigidamente delimitadas, mais adaptadas aos cânones barrocos da tradição ibérica e do modismo francês do que às condições específicas da natureza e do terreno onde se implantava. (Monte-Mor, 1994, p. 14)

Monte-Mor salienta ainda que a referida capital foi projetada dentro de um modelo elitista excludente. Ele afirma:

A década de 80 encontrou a RMBH apresentando os mais altos níveis de atendimento daqueles serviços urbanos voltados para a produção: energia elétrica, infra-estrutura de transportes e serviços de telefonia. De outra parte, os mais baixos níveis de serviço de saneamento em Minas eram encontrados na RMBH (...). (Andrade e Monte-Mor, 1994, p. 25)

E prossegue o autor:

O centro urbano fechado sobre si mesmo exclui ainda mais fortemente do espaço do poder a população trabalhadora – o centro histórico implodiu – e adensou-se e excluiu os não-

cidadãos, exceto como transeuntes, (...) o tecido urbano estendeu-se pela periferia. Espaços industriais, serviços, oficinas, conjuntos habitacionais, favelas e loteamentos precários, linhas de ônibus e serviços de eletricidade estenderam a forma urbano-industrial pelo espaço circundante, pouca atenção às antigas municipalidades, às antigas cidadanias (...). (Monte-Mor, 1994, p. 26)

O século XX, caracteristicamente frenético, impôs à capital “uma constante construção/destruição”. A cidade tornou-se estreita para aglomerar o imenso contingente populacional que migrou das zonas rurais em busca de novas oportunidades.

Embora tendo nascido sob a ótica da industrialização, a maturação industrial de Belo Horizonte é retardada. Isso resulta das várias crises econômicas desencadeadas na virada do século, das lutas políticas, dos antagônicos interesses travados em vista do controle sobre o capital e das debilidades na resolução de problemas regionais e urbanos, como transporte e energia. Simultaneamente ao processo migratório, dá-se uma intensificação das atividades urbanas provocada pela dinamização do crescimento industrial, aliada à política de gastos públicos. Os anos 80 nos revelam que o município de Belo Horizonte cresceu demasiadamente, sendo a sua periferia reflexo maior de tal crescimento.

Dos 2,1 milhões de migrantes

do Estado de Minas Gerais na década de 80, a Região Metropolitana de Belo Horizonte atraiu 440 mil (21%). Intensificou-se a criação de bairros dormitórios, freqüentemente implantados em loteamentos clandestinos e cada vez mais distantes do núcleo urbano, já que as áreas de favelas mais centrais se encontram saturadas.

Ao crescimento desordenado da Região Metropolitana, seguiu-se o aprofundamento das desigualdades sociais. Tal fenômeno tornou-se evidente nas camadas populares carentes das condições básicas de vida.

Como meio de garantir a sobrevivência e de resistir ao modelo sócioeconômico-político excludente, grande parte da população belo-horizontina – conhecida como população de rua – buscou formas de trabalho alternativo e de organização na informalidade. A maioria desses habitantes da rua, antes oriunda de outros Estados, vem hoje do próprio interior do Estado, do campo ou dos garimpos. Aqui trabalham como camelôs, lavadores de carro, na prostituição, e ainda como catadores de papel, objeto deste estudo.

Os catadores de papel são, em sua maioria, possuidores de certo grau de escolaridade.

Conforme pesquisa realizada em setembro e outubro de 1993 com 411 catadores de recicláveis,

constata-se que 22% deles são analfabetos, 33% não completaram o primário, 25% têm primário completo (até 4ª série), 14% de 5ª a 7ª série, 3% completaram o 1º grau, 2% concluíram o 2º grau, 1% tem o 2º grau incompleto e, entre todos os pesquisados, apenas uma catadora tem curso superior.¹

Os catadores de papel eram estigmatizados pela sociedade como vagabundos e marginais. Enquanto elementos estranhos à civilização, eram perseguidos pela polícia e expulsos dos espaços onde viviam com suas famílias, sendo-lhes assim vedado o acesso aos materiais que proporcionavam sua sobrevivência, isto é, os restos deixados pelas ruas (papel, papelão, plástico, ferro velho, alumínio e outros materiais reaproveitáveis). O poder público administrativo desrespeitosamente não os considerava como cidadãos trabalhadores. José Carlos, catador de papel, dizia:

... Vivíamos sendo marginalizados, chamados de vagabundos, ladrões, ninguém levava em conta nosso trabalho. Éramos perseguidos pela Prefeitura e pela Polícia... trabalhamos no sol e na chuva, sem férias nem descanso. A nossa casa era a rua, o nosso teto o carrinho...²

Apesar do descaso e do pre-

conceito – tanto por parte da população, quanto do poder público – caracterizando-os como uma categoria marginalizada e sem reconhecimento social e profissional, os catadores de papel se articularam, se reuniram inúmeras vezes debaixo dos viadutos ou nas casas de alguns nas favelas da cidade e, então, fundaram a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte). Isto se deu em 1º de maio de 1990.

Com a fundação da Associação, os catadores de papel foram conquistando credibilidade de vários grupos e entidades. Neste sentido, vale destacar a experiência inédita de relação de parceria com o poder público, representado pela SLU (Superintendência de Limpeza Urbana) e pela SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), além das ONG's, Pastoral de Rua e Cáritas Regional.

No que se refere à Pastoral de Rua e à Cáritas Regional, cabe a elas apoiar os catadores em sua organização, prestando serviços de assessoria e educação social, de forma a atingir as dimensões cultural, social, econômica, política e mística, além do finan-

ciamento de projetos que viabilizam a continuidade e ampliação do seu processo organizativo.

Relativamente à parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pode-se dizer que esta reflete visivelmente a inversão de prioridades que se deu a partir da última administração.

Em dezembro de 1992, foi celebrado o convênio entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana, caracterizando uma mudança de postura do poder público e da sociedade em relação a esses trabalhadores. A partir de 1993, com a assinatura de termos aditivos ao convênio existente, possibilitando inclusive o fornecimento de vales-transportes e uniformes, o poder municipal dá um salto qualitativo ao reconhecer formalmente o trabalho do catador no sistema de limpeza urbana do município, elegendo-o agente prioritário da coleta seletiva e incluindo-o como parceiro, e não mais inimigo.³

No reconhecimento dos catadores de papel como trabalhadores e na relação de parceria estabelecida com eles, percebe-se a tentativa de incluí-los, considerando-os como cidadãos e, mais, compreendendo o espaço urbano por eles conquistado enquanto espaço de luta e de exercício da cidadania.

A atividade dos catadores de papel é fundamental para o ecossistema e representa, para o mu-

¹ Cf. Relatório Parcial – Pesquisa Catadores de Material Reciclável do Fórum da População de Rua – INAPP – setembro de 1994.

² José Carlos faleceu há dois anos, aos 38 anos de idade. Participou do processo de fundação da ASMARE, sendo dela tesoureiro.

³ Cf. texto “Coleta Seletiva de Belo Horizonte”, elaborado por Maria de Fátima Abreu, Mara Luisa Alvim Mota e Sônia Maria Dias – Equipe Técnica da SLU.

nício, a diminuição de gastos exaustivos com a limpeza pública. Na tentativa de superação da visão preconceituosa do trabalho dos catadores de papel em Belo Horizonte, a ASMARE busca, juntamente com as entidades parceiras, qualificar os catadores para que possam realizar com eficiência o seu trabalho na coleta seletiva.

A organização dos catadores representa o rompimento com as barreiras resultantes do desemprego e do subemprego, que levam inúmeras pessoas a ingressarem no mercado informal de trabalho. Esse rompimento se manifesta na ocupação do espaço que os catadores organizados conquistaram, sendo reconhecidos enquanto categoria profissional.

Em termos econômicos, a Associação representa benefício para o catador associado que entrega aí o seu material. Ele tem a garantia de 20% ao mês acima do valor real do papel, o que não ocorre quando vendem para atravessadores. No final do ano

é feito um levantamento de todo o capital produzido. Sanadas as despesas, o restante é distribuído entre os associados, de acordo com o que cada um produziu.

A experiência de inserção dos catadores na rua e nos três galpões de triagem onde trabalham levou a inúmeras transformações em sua vida cotidiana, a partir de sua organização.

Este artigo limitou-se a informações gerais acerca do processo organizativo desses agentes precursores da coleta seletiva. Muito mais, certamente, há de ser descoberto nos bastidores dessa organização. Essas mulheres e homens que, com ousadia, resistem às diversas formas de exploração, também fazem parte do processo histórico. É preciso dar visibilidade a suas propostas, por meio da escuta de suas falas.

Assim, no desenvolvimento desta pesquisa está sendo utilizado o método da história oral, partindo da fundamentação teórica de Paul Thompson, Lucília

de Almeida Neves Delgado, Peter Burke, Gwyn Prins, entre outros.

Gwyn Prins, no livro organizado por Peter Burke, afirma que:

É justamente o uso de tal reminiscência que tem sido até agora a maior contribuição de historiadores como Paul Thompson. Eles são historiadores sociais e utilizam os dados orais para darem voz àqueles que não se expressam no registro documental. (Prins, 1992, p. 192)

O autor prossegue, comentando o pensamento de Thompson escrito nas primeiras linhas de **The voice of the past**:

Toda história depende finalmente de seu propósito social, e a história oral é a que melhor reconstrói os particulares triviais das vidas das pessoas comuns para aqueles que desejam realizar isso. (Prins, 1992, p. 192)

Considerando a inexistência de um trabalho historiográfico sobre os catadores de papel em Belo Horizonte, somos pelo aprofundamento do tema, sobretudo para que sua experiência de organização possa estender-se a outros grupos de excluídos, na luta pela cidadania.

Referências bibliográficas

01. ABREU, Maria de Fátima. **Coleta seletiva de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Superintendência de Limpeza Urbana de B. H., 1993/1994.
02. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1994.
03. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de Belo Horizonte**; lei de uso e ocupação do solo – estudos básicos. Belo Horizonte, 1995.
04. BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**; novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
05. CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação; precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antônio (Org.) . **Saúde e loucura**. São Paulo: Hucitec, 1991.
06. MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Coord.). **Belo Horizonte**; espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/RBH, 1994. 94p. (Coleção BH 100 anos).
07. ROSA, Cleisa M. **População de rua – Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.
08. VIEIRA, Maria A. C., BEZERRA, Eneida M. R., ROSA, Clisa, M. M. (Org.). **População de rua quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BELO HORIZONTE: QUAL *PÓLIS*?

Yonne de Souza Grossi
Departamento de Economia – PUC•Minas

RESUMO

Este ensaio examina o processo de fundação da capital mineira, tendo como eixo temático a questão da liberdade. O ponto de partida é a idéia de pólis grega, na configuração de seu espaço público, rastreando instâncias significativas na evolução do direito à cidade. Belo Horizonte emerge como sujeito histórico, capaz de criar sua unidade política.

Como tornar possível a história dos mundos que se desmoronam? Como contar a gesta do lugar, ocultando o seu ponto de partida? Como frestar a região *de las madres*, matriz de excelência na interpretação do presente? Dois mitos de origem assinalam o início da civilização ocidental, sob o signo da liberdade: um de procedência judaica, outro de raiz romana (Lafer, 1980, p. 31-32). A narrativa bíblica mostra o êxodo dos judeus quando cativos do Egito e a criação de sua comunidade sob a lei de Moisés, na terra do leite e do mel. Já Virgílio, em seu poema Eneida, nos conduz à fundação de Roma, fruto do errar de Enéias, após a destruição de Tróia. Nas duas alegorias, o agir conjunto da comunidade é motivado pelo amor à liberdade.

Dois movimentos compõem esse itinerário: desvencilhar-se da opressão e o estabelecimento da liberdade. O desprender-se da antiga ordem e a criação da nova liberdade. A passagem entre os dois momentos, ou seja, os anos de cativo e as viagens de Enéias, tem um sentido alegórico: a liberdade não representa uma forma automática que pode

se suceder aos desastres sociais; ela passa pela edificação de um regime de governo. Essa questão se refere ao exercício da liberdade: precisa ser praticada. No entanto, essa constatação será respondida não pelas instituições mosaicas ou romanas, mas pela experiência da *pólis* grega.

A prática da liberdade nos remete à sua origem, na antiguidade grega, na lapidar construção de sua *pólis*, inaugurando a experiência da democracia. Dos três regimes políticos que os gregos conheciam, apenas a democracia revelava a dignidade humana: opunha o princípio de igualdade ao ditame oligárquico, mantendo “contra a tirania, o direito à liberdade” (Glotz, 1980, p. 118). Tucídides configura o ideal de Atenas quando evoca:

A Constituição que nos rege nada tem que invejar às leis dos povos vizinhos; serve-lhes de modelo e de modo algum as imita. O seu nome é democracia, porque visa ao interesse, não de uma minoria, mas de grande maioria. (Glotz, 1980, p. 118-119)

Quando, a partir do século IV AC, a rica experiência da liberdade foi sendo sepultada em solo grego, sua memória, no entanto, permaneceu imbricada no tempo das coisas, tempo dos fragmentos, tempo lacunar forjado de rupturas. Sua reinvenção pontilha séculos, submerge e volta a nascer, na descontinuidade do próprio tempo. O sím-

bolo grego da liberdade, a *Ágora*, passa a ser considerado como “dos antigos” (Coulanges, 1950, p. 342). Os modernos lidam com sociedades complexas, onde o *demos* como corpo de cidadãos não é mais soberano. O ideal da comunidade grega não tem ressonância entre nós, a sociedade moderna é um espaço coletivo que se opõe, se contradiz e se diferencia, relacionando-se através de mediações tensas. A marca fundamental da sociedade, que Maquiavel tão bem coloca no século XV, é que existe nela uma divisão originária: o desejo dos grandes de oprimir e comandar, e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. Isso é o que Marx mais tarde qualificará como luta de classes, numa perspectiva histórica e teórica.

As nações ocidentais contemporâneas, mesmo no final do século XIX e no século XX, ainda guardam a marca opressora e perversa do colonialismo. A aventura européia de descobrir e explorar outras terras e outros povos, a partir do século XVI, aporta espaços de dominação onde a prática da liberdade torna-se apenas uma hipótese de luta. Hipótese esta que, com o passar do tempo, concretiza-se em diversas formas de independência, cada região com suas singularidades. Assim é o caso brasileiro, que vivenciará sua independência do domínio portu-

guês adotando, no século XIX, um governo imperial mediado pela própria coroa lusitana. Entre as províncias brasileiras, a de Minas Gerais foi palco de sedições iluminadas pela liberdade, sendo a da Inconfidência geradora do mito-herói Tiradentes. Sua ressonância atual na formação do imaginário de diferentes classes sociais atua também como válvula-reforço no discurso de políticos e estadistas mineiros.

Proclamada a República, em 1889, a nova ordem federativa redesenhará, nos anos 90, uma situação inusitada no novo Estado de Minas Gerais: a construção planejada da cidade que será sua capital, Belo Horizonte. Esta agenciará, em parte, a nova liberdade republicana. Recuperar esse momento, explicitá-lo no espaço contraditório do poder e da liberdade, tendo como marco referencial a *pólis* grega, tais os limites e o alcance deste ensaio.

Alguns interrogantes direcionam nosso objetivo: quais as imagens de possibilidades históricas que a nova capital recria? Qual é a natureza de um espaço público representado pela liberdade? Quem constrói a cidade?

A pólis grega constrói seus interrogantes

Um grupo de escravos passa pela praça de Atenas. Lá um homem fala a ouvintes. — Quem é este homem? Indaga um jovem

escravo. — É Platão discursando sobre a sua democracia, responde outro. — Sigamos, retruca o jovem... Essa clássica imagem da democracia mostra o dilema da liberdade, mesmo na cidade que forja sua matriz para o ocidente. Na antiga Grécia, há dois mil e quinhentos anos, define-se a vida política como a vida justa, advinda do agir conjunto, no espaço livre da palavra e da ação. Os pressupostos desse agir comunitário repousam nas figurações da liberdade e da igualdade. A aspiração fundamental da democracia grega é a igualdade, no sentido político e jurídico; esta “tanto pode indicar a independência do indivíduo, como a de todo o Estado” (Jaeger, 1936, p. 510).¹ O conceito grego de liberdade, na época clássica, representa não ser escravo de ninguém, significa a possibilidade de decidir, na praça pública, os negócios da República. Em outras palavras, trata-se da liberdade do homem público. Entretanto, uma dívida não paga poderia suspender judicialmente a cidadania do indivíduo, tornando-o escravo até a quitação do débito.

Como se constrói esse homem público? Na tessitura da liberdade e da necessidade, que na antiga Grécia qualificam as esferas pública e privada. O sentido original de privado circunscreve a esfera da família, relacionada com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, temas por excelência domésticos, definidores das atividades relacionadas ao reino das necessidades humanas, das utilidades e carecimentos. A casa, para o grego, significa ter um lugar no mundo e poder participar de seus negócios. Na vida em família, o chefe impera com poderes despóticos e incontestes. Essa esfera denota estar privado de participação no bem comum e público, que significa a vida na *pólis*; esse espaço identifica familiares e escravos. Pertencer à *pólis*, domínio da esfera pública, representa ter ultrapassado o plano da necessidade e do carecimento, condição para ingressar no reino da liberdade. Este é o reino das relações entre iguais, os cidadãos, comunidade de iguais em sua liberdade para deliberar e governar, participando democraticamente nas decisões.

Na Paidéia, há um abismo entre as esferas pública e privada, abismo este que os tempos modernos desalojaram, transformando a liberdade em direitos individuais, direitos civis do homem privado. Também a igualdade dos antigos não possui a conotação moderna que a vincula à justiça social, figurando apenas a liberdade política dos membros da *pólis*.² A idéia de cidadania era, portanto, restrita, não abrangendo a população, apenas o *demos*, ou seja, o corpo de cidadãos. O *demos* quando reunido é soberano, “as suas atribuições compreendem tudo e os seus poderes são ilimitados”. (Glotz, op. cit., p. 150)³

Na cidade-estado, a liberdade é um conceito político, envolvendo a cidadania. Não significa, entretanto, ausência de normas, mas autonomia no sentido de “obediência à própria lei coletivamente elaborada na praça pública” (Lafer, op. cit., p. 14),⁴ onde se reunia a Assembléia do Povo, soberana em suas decisões. A reunião chamada *ágora* exigia uma praça pública, que tem o mesmo nome. Em sua origem, ela é o lugar das trocas, do ven-

¹ A *Paidéia* considera a escravidão a base sobre a qual repousa a liberdade da população cidadina. Assim tem-se que “artes liberais são aquelas que formam parte da cultura liberal, que é a paidéia do cidadão livre, em oposição à incultura e mesquinhez do homem não livre e do escravo”. Foi Sócrates que fez da liberdade um problema ético, ao criticar a divisão social da *pólis* em livres e escravos. p. 511.

² Uma discussão sobre as idéias desenvolvidas pode ser encontrada em: Lafer, 1980; Arendt, 1983; Anastasia, 1988; Carvalho, 1989 e Coulanges, 1950.

³ Vale lembrar que cidadão na cidade-estado é aquele que fazia parte do culto da cidade, sendo que desta participação lhe derivavam direitos civis e políticos. (Coulanges, 1950, p. 293)

⁴ Na antiga Grécia autonomia significa o “direito de se reger pela própria lei”. Vem de *autos*, por si próprio, e *nomos*, lei.

der ou comprar para satisfazer as necessidades. Nas antigas cidades oligárquicas da Tessália, a *ágora* chamava-se Praça da Liberdade. Em que sentido pode-se entender tal expressão? Se no cantão da Tessália eram proibidos de freqüentar a praça pública “o artesão, o campônio e todos os indivíduos que exercessem esse gênero de profissão”? Cabia ainda aos magistrados desembaraçá-la “de toda a sorte de mercadorias”. Enquanto a Praça do Mercado, “suja de víveres”, era entregue ao tráfego, a Praça da Liberdade era reservada a “exercícios ginásticos de cidadãos privilegiados”. (Glotz, 1980, p. 17-18, 67)

De fato, a praça não serve apenas para transações comerciais, mas é o lugar onde se discute política e se formam opiniões. Responde, no século V AC, à interrogação da *pólis*, construindo um espaço livre para a palavra e a ação. Responde ao desejo dos cidadãos, agenciando seu *locus* de participação democrática. A praça materializa as raízes instituintes da *pólis*, forjando sua identidade com os deuses fundadores da cidade, solenemente reverenciados na Acrópole, sua parte mais alta. A *Ágora* reúne, assim, “todos os requisitos para servir às assembleias plenárias” (Glotz, 1980, p. 17). As ex-

periências políticas que correspondem ao conceito de liberdade têm na *Ágora* seu ícone simbólico, expressando imagetivamente uma comunidade de iguais.

A partir do século IV, a *Ágora* começa a desalojar os homens. Sua imagem povoa a cidade, exigindo em seu silêncio que ela se interrogue. A experiência soberana da Hélade ficara rompida desde a batalha de Queroneia. Os antigos estados, mesmo se unindo para enfrentar “a última batalha pela liberdade”, foram derrotados pelo poderio militar do reino macedônio (Jaeger, 1936, p. 1329). Há uma ruptura dramática na história da cidade-estado, como um sujeito coletivo capaz de imprimir seu próprio destino, criando e transformando cenários sociais.

A construção helênica, desarticulada, paralisada em seu fluxo contém, no entanto, passados cativos que podem ser libertados. Não em sua continuidade, ensina Benjamim, mas desprendendo-os de um tempo homogêneo, como se despertássemos mortos em suas sepulturas; trata-se de um tempo impregnado de *ágoras*, uma teia em cada presente comunicando-se com distintos passados (Benjamim, 1986). Nesse sentido, podemos considerar a liberdade dos antigos, não como um registro de

mecânicas repetições, mas uma evocação cujas ressonâncias ecoam em cidades modernas. Em contraste, porém, a liberdade dos modernos estará impregnada pela conveniência do interesse individual, o reino da razão servindo às paixões.

A que veio Belo Horizonte

A percepção da cidade como um lugar de mercado faz parte da literatura que se reporta ao fenômeno urbano, na Europa ocidental. Entre outros, Weber e Marx coincidem neste ponto. Marx chega a salientar a importância da cidade para a existência do capitalismo. É a mão-de-obra livre e disponível, em relação com proprietários de meios de produção, que efetiva a existência do mercado, como lugar de trocas. Todavia, uma das mais antigas referências ao mercado parte de Anaximandro, que usa a imagem do tribunal para figurar a “luta das coisas”:

Temos diante de nós uma cidade jônica. Lá está o mercado, onde se administra justiça; sentado em sua cadeira, o juiz estabelece a pena. O juiz é o tempo. (...) O seu braço é inexorável. Quando um dos contendentes tirou ao outro demasiado, é-lhe de novo retirado o excesso e dado ao que ficou com pouco. (Jaeger, 1936, p. 186)⁵

⁵ Para um estudo da evolução do fenômeno urbano, ver Mumford, 1982.

Relações sociais, como as descritas, só ocorrem na cidade. Por outro lado, a cidade é um instrumento de dominação, na medida em que sedia órgãos locais de poder e controle dos habitantes. Sérgio Buarque de Holanda, em seu precioso capítulo sobre “O Semeador e O Ladrilhador”, mostra a fundação da cidade durante a conquista espanhola, tecendo comparações com a colonização portuguesa em terras brasileiras (Holanda, 1982, p. 61-100). Comenta que a Coroa de Castela imprime ao nascimento das povoações rígidos regulamentos inscritos nas Leis das Índias. A edificação dos núcleos urbanos parte sempre da “chamada praça maior”, sendo sua forma um quadrilátero. O povoamento surge nitidamente de um centro, sendo a praça a base para o traçado das ruas. Os portugueses, pragmáticos, são mais flexíveis ao compor a paisagem urbana colonial, dado talvez o seu caráter de exploração comercial. O povoamento será contido no litoral, uma das medidas estipuladas pelas cartas de doação das capitanias. Na América portuguesa, o desenho das cidades se entorna no desalinho das ruas estreitas que acompanham os declives do terreno, mesclando-se com as concepções européias do casario urbano. A natureza da obra realizada pelos portugueses traz a marca da feitorização.

Carlos Nelson Santos, (Santos, p. 39) ao falar das cidades no Brasil, lembra as capitanias, “linhas paralelas feitas a esquadro sobre uma terra” que se deseja sob controle e disciplina, “para glória e riqueza dos colonizadores”. E as primeiras cidades, indaga o autor? “São Vicente, Salvador, Olinda... pedaços de Lisboa nos trópicos, concebidas prontas: (...) casa da Câmara aqui, igreja ali, adiante fortaleza e colégio”. Seguiam a tradição de “ocupar morros”. Rio e Salvador são exemplos de “aproveitamento de um suporte físico complicado”.

Com o descobrimento do ouro das Gerais, no terceiro século de domínio português, assistimos à expansão da fronteira litorânea. Agora, no entanto, cabe à iniciativa particular a ocupação do território, e não mais a “uma política dirigida e planejada pelo Estado; para Minas converge toda espécie de gente, compondo nas suas origens uma sociedade anárquica...” (Boschi, 1986, p. 142). Faiscadores, garimpeiros, artesãos, comerciantes, contratadores, militares, profissionais liberais, entre outros, forjam migrações:

A urbanização, que dá tom singular à sociedade mineira do século XVIII, possibilitou uma forma de dominação mais ostensiva por parte do Estado sobre esta sociedade inicial que, embora original, não possuía identidade própria... (Boschi, 1986, p. 143)

A ordem social baseada no escravismo insere o negro em uma classe social, onde é ao mesmo tempo capital investido e trabalho, circunscreve formas de divisão social do trabalho, apropriação e dominação exercidas pelos brancos detentores de riqueza e poder. No regime escravista, eixo do sistema colonial, qualifica-se “o trabalho produtivo como algo inerente e exclusivo de negros ou de pessoas socialmente desclassificadas...” (Boschi, 1986, p. 141, 148). As contradições geradas pelo antagonismo de interesses entre a Metrópole e a colônia vão criar cenários de resistência e luta de classes contra a opressão do Estado. A organização das vilas e povoados passa a ter o desígnio claro de se conseguir maior controle sobre os habitantes.

Até os últimos decênios do século XIX, as cidades são raras na paisagem brasileira. Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, novos construtos agenciam as necessidades. Deseja-se promover uma nova ordem: para engendrará-la e assegurá-la, são imprescindíveis as cidades. Pereira Passos reconstrói e embeleza o Rio, tornando-a uma cidade sanitária, bem organizada, ordenada, esteticamente unificada. As classes menos favorecidas são desalojadas para a periferia, permitindo ao centro emoldurar a presença da

nascente burguesia. Paralela às medidas de saneamento provocadas pelo surto de varíola de 1904, procede-se a uma redistribuição espacial de grupos sociais. Para Sevcenko, essa reurbanização da cidade “trouxe consigo fórmulas particularmente drásticas de discriminação, exclusão e controle social”, atingindo as classes menos favorecidas da sociedade. (Sevcenko, 1984, p. 88)

Uma das preocupações centrais do Império é a organização do Estado brasileiro. Busca-se garantir a unidade política do país, constituir um governo capaz de integrar as províncias, mantendo a ordem social. O final do Império é que alojará o debate sobre a formação da nação, redefinindo a cidadania (Carvalho, 1989, p. 265-266). Entretanto, a questão da identidade nacional perpassa a literatura romântica dos meados do século.⁶ A partir da segunda metade do século XIX, surge a influência positivista. A sociedade positivista, fundada em 1876, cria a Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro, cujo templo, construído nos

anos 90, existe até o presente. A par dessa religiosidade fundante, também nos anos noventa surge uma corrente política, de inspiração positivista, liderada por Benjamim Constant, embora o eixo do movimento tenha se deslocado para o Estado do Rio Grande do Sul. (Paim, 1967 e Paim, 1980)⁷

A matriz positivista se encaixa em leis que garantem o funcionamento da sociedade. Os positivistas tentam justificar e ao mesmo tempo definir o nosso atraso cultural. Acreditam na escola como restauradora de nossas forças sociais, e consideram a República como uma perfeita forma de ordem política moderna, com seus mecanismos de participação.⁸ O lema positivista, “a ordem por base, o progresso por fim”, sustenta-se na razão que engendra o conhecimento científico. Sua influência simbólica repousa na bandeira brasileira, e seus princípios de neutralidade e racionalidade estarão também presentes no planejamento da cidade de Belo Horizonte. A nova capital do Estado

de Minas Gerais representa uma obra significativa da República, integrando, em parte, o projeto de reordenação política do país, bem “como o nível espacial de redistribuição do poder”; ilustrativa “a transferência da capital de Minas – consentida logo no 7º decreto da República, no quinto dia após sua instalação”. (Magalhães & Andrade, 1989, p. 185 e Melo, 1990, p. 92)⁹

O que irrompe da informe República? O desejo de enraizar o poder do Estado. Para tanto contribui, “em parte, a longa tradição estatista do país, herança portuguesa reforçada pela elite imperial” (Carvalho, 1989, p. 273). Entre os pressupostos da República, temos a superação do atraso cultural e, para tanto, são criados imagens e símbolos. Dizia-se que:

(...) em 6 anos pode o novo regime fazer mais pelo Brasil que o antigo, em 67 anos. As antigas províncias que definharam por falta de rendas, presas e manietadas pelo governo central, são hoje Estados prósperos, pujantes de elementos de vida. (...) A República será mantida pela Federação. (...) O Estado será mantido pelas libérrimas instituições decre-

⁶ Na Europa, por volta de 1820, o romantismo oferece uma conotação de cidade com fundamentos locais, raízes do povo, nacionalismo. A cidade surgindo como significado da afirmação como povo. Mas tudo isto ligado à definição dos estados nacionais. E o Brasil: O movimento do romantismo local também busca suas raízes. Onde a origem? No índio: assim, **O Guarani**, de José de Alencar (publicado em 1857), tenta definir laços, dentro das linhas européias, sem identidade com a raiz do povo. Trata-se da ligação simbólica entre uma jovem loira portuguesa e um chefe indígena.

⁷ Também sobre a temática ver Costa, 1957.

⁸ Para perceber a política expressando-se como prática pedagógica, nos primeiros 15 anos da República, consultar o luminoso trabalho de Melo, 1990, especialmente capítulo 2.

⁹ O parágrafo 10, do referido decreto 7º, determinava em seu artigo 20 ser da competência dos governadores dos mesmos Estados “estabelecer a divisão civil, judicial e eclesiástica do respectivo Estado e ordenar a mudança de sua capital para o lugar que mais convier”.

tadas. (Fortes, 1896, *apud* Melo, 1990, p. 69)

Embora nos subterrâneos do poder circuitos de forças políticas lutassem para se tornar facções hegemônicas no seio das classes dominantes, a palavra oficial traduzia as novas imagens da construção republicana. De herança positivista, outro pressuposto do regime é o trabalho, escondendo seu caráter exploratório, para explicitar sua sede material, que configura o progresso. Impossível com escravos atender a essa meta. Assim a República significa, entre outras coisas, trabalho livre, poder, Estado, este identificado à nação, à pátria. Havia, no plano econômico, uma crise do café, gestada no final do século, e que se estenderia até o primeiro decênio do século XX. Ora, o café representava 75% da produção brasileira. Por que a cidade, o desenvolvimento urbano não poderiam dar uma resposta à crise? Minas Gerais surge com sua proposta de mudança de capital, já acalentada. Além do impacto social pela construção planejada da nova capital, das oportunidades econômico-financeiras, havia um requisito de natureza política: a nova capital, obra maior da República nascente, expressaria a ruptura com o passado colonial, com a opressão externa sobre nós. Ouro Preto, entretanto, evocaria um solo sagrado, mítico na

fecundação da liberdade, representada pelas sedições de 1720 e 1798. Belo Horizonte poderia ser definida como a cidade capaz de resgatar o sangue e ideais de seus heróis mineiros, estampando, em plano nacional, a figura de seus inconfidentes, proto-republicanos. (Melo, 1990, p. 100-101)

Na nova capital, a alegoria da liberdade fará parte da batalha de símbolos, mitos e rituais, integrando as batalhas ideológica e política, “em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (Carvalho, 1990, p. 10). A construção de um imaginário é considerada

... parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e seus objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas, também, por símbolos, alegorias, rituais, mitos. (Baczko, mimeo)

Para acionar o vetor cognitivo do imaginário, a nova capital administrativa de Minas repousará na matriz ordem e progresso, projetada que foi segundo os cânones da ciência positiva, referendada pelo emergente industrialismo, que enfrenta pro-

blemas de mão-de-obra, dada a ruptura do país com o trabalho escravo. O desenho da cidade apresentará uma forma ortogênica, com suas largas ruas e amplas avenidas bordejando suas praças e áreas centrais. Anos mais tarde, dirá o poeta Carlos Drummond de Andrade:

Por que ruas tão largas? / Por que ruas tão retas? / Meu passo torto / foi regulado pelos becos tortos / de onde venho. / Não sei andar na vastidão simétrica / Implacável. / Cidade grande é isso? (...) / Aqui tudo é exposto / evidente / Cintilante. Aqui / obrigam-me a nascer de novo, desarmado. (Andrade, 1985, v. 2, p. 781)

A sensibilidade do poeta apreende elementos de projeção de interesses e aspirações dos dirigentes. Esses elementos devem menos transparecer aos governados do que modelar visões de mundo e orientar condutas, manipulando sentimentos coletivos no ocultamento de forças sociais atuantes na construção da cidade.

A cidade de Minas registra sua memória

A moderna Belo Horizonte, nos primeiros anos Cidade de Minas, simboliza a República na utopia de uma nova ordem, negando porém, em parte, sua promessa de liberdade e igualdade, instituintes da cidadania. Isto porque conformará um es-

paço social de desigualdade e exclusão, territorializado no próprio agenciamento topográfico de sua construção. Por outro lado, a nova capital, “filha primogênita da República”, configura uma força social capaz de evocar em sua história a escuta vigilante dos ecos de poder do novo regime. A cidade, como sujeito histórico, cunha o sentido de transformação, de mudança, de implantação e, paradoxalmente, corporifica a liberdade como compromisso da atuação política do Estado de Minas Gerais. Como comprovação empírica, assinalamos o processo que envolve a construção inicial da cidade.

Inovações urbanísticas, modernas e avançadas da época serão aplicadas pela equipe do engenheiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, cuja passagem por Paris é um ponto de inflexão, ao se identificar tendências positivistas na elaboração do projeto. Mesmo no relatório de estudo prévio das localidades indicadas para a nova capital, o técnico fala de sua neutralidade, “sem predileções prévias (...) nem paixões adquiridas”, agradecendo ao Presidente do Estado, Afonso Penna, a confiança depositada

(Magalhães & Andrade, 1989, p. 58). Também se refere “aos dados positivos” coletados, que direcionam as indicações. A introdução de um médico sanitário na equipe aponta para a natureza higienizadora do empreendimento, exigência das modernas cidades européias, no seu desejo de buscar ar e luz, “limpar” o que há de escuro e sujo (Santos, p. 33). Neste sentido, também haverá um exorcismo sanitário das classes menos favorecidas para fora dos espaços considerados nobres, dentro dos padrões da cultura ocidental industrialista. O que torna menos visível o espetáculo da desigualdade, num novo mundo em que todos são considerados “livres e iguais”.

A planta da cidade, quando da decisão do local pelo antigo vilarejo Curral d’El Rey, é o resultado de uma rígida trama ortogonal, baseada num círculo, de onde nascem avenidas que se desdobram em acessos centrais para outras áreas. Essa via, em anel, fecha a cidade “nos moldes da composição circular da cidade utópica platônica” (Magalhães & Andrade, 1989, p. 121). Trata-se de uma avenida de contorno, denominada 17 de Dezembro, que separa a zona urba-

na da suburbana. Essa divisão foi justificada pela conveniente facilidade na distribuição dos impostos locais,¹⁰ servindo também para a circulação de pessoas e mercadorias. Na zona urbana, temos as atividades econômicas e administrativas, ponto de partida para o povoamento. O círculo é forma de identificação perfeita, com equilíbrio e harmonia das partes. Concentra sua força a partir de um ponto central, comandando seus direcionamentos legíveis de imediato; como referencial da cidade, identifica-se com a ordem do Estado e as ressonâncias do poder. A cidade pode se definir, entre outras, pela ordem simbólica que a institui. Nessa ótica, nas sociedades presididas pela lógica do capital, cabe ao planejador definir lugares onde estarão os monumentos, os equipamentos, as cores, as luzes; enfim, a gênese da ordem, capaz de orientar e comandar gestos, ações, sentimentos. O conteúdo classista de dominação se ocultará na criação de representações e apelos coletivos. Porém, esse conteúdo emerge na periferia, através de uma linearidade sombria que se expressa na pobreza dos sinais, não raro sinais do trabalho ou lazer do trabalho, cuja natureza

¹⁰ Ofício n. 26 de 23 de março de 1895, Estado de Minas Gerais, Comissão Construtora da Nova Capital, Revista Geral dos Trabalhos, Rio de Janeiro: H. Lombaerts, Rua dos Ourives, n. 7, 1895. O nome avenida 17 de Dezembro refere-se ao dia e ao ano de 1893, quando foi promulgada a lei n. 3, adicional à Constituição, designando o lugar para a construção da capital mineira. Ver: Octávio Penna, Notas Cronológicas de Belo Horizonte, Belo Horizonte: 1950.

impositiva prefigura o poder e a opressão.¹¹

A planta da cidade foi aprovada em 23 de abril de 1893, traçando na zona urbana, dentro do círculo de contorno, 65 ruas, 12 avenidas e 24 praças, e uma área aproximada de 9 mil metros quadrados em duas seções do terreno, para alojar 30 mil habitantes. Consideram-se a Praça da Liberdade, a Praça da Estação e a Praça Raul Soares de singular importância no ordenamento simbólico da estrutura urbana da cidade. A Praça da Estação, nas primeiras décadas de vida da cidade, será palco privilegiado dos trabalhadores na sua resistência às imposições do capital e para interpelar o poder público (Faria & Grossi, 1982). A Praça Raul Soares, situada em área residencial nobre, conservará ainda essa posição nos anos de 1950, sendo escolhida para receber, em sua proximidade, a construção do Conjunto Habitacional JK, um “ícone simbólico” da modernidade e das perspectivas desenvolvimentistas do futuro presidente Juscelino Kubitschek. (Pimentel, 1993)

A Praça da Liberdade, considerada o espaço mais importante de uso público, era cunhada de Jardim do Palácio, por situar-

se à frente do Palácio da Liberdade, projetado para residência do Presidente do Estado. As pedras fundamentais desse palácio e de três secretarias são lançadas em 07/09/1896. Na Praça da Liberdade, voltadas para o nascente, estão as secretarias de Finanças (hoje, Fazenda) e do Interior (hoje, Educação). Em frente à de Finanças, acompanhando o potente, situa-se a de Agricultura (atual Viação e Obras Públicas). A inauguração do Palácio se associa à da cidade em 12/12/1897. Um trabalho “de terraplanagem deu origem à esplanada artificial onde se localizam a Praça da Liberdade e o centro administrativo do governo”.¹² Era o lugar mais elevado da cidade, a acrópole, ícone visível e ostentório do poder.

O conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade, à moda de um cordão umbilical, se prendia à Praça da República (hoje, Afonso Arinos) pela Avenida da Liberdade (atual João Pinheiro). A natureza unitária e geométrica desse espaço, tramado pela moderna racionalidade positivista da época, explicita o regime, legitimando o Estado de Minas que, por sua vez, se corporifica na Liberdade. A ordem simbólica efetivará a síntese das instâncias po-

lítica e econômica, através daquela topografia imaginária, cuja proposta parece extrapolar o visível e imediato da proposta urbanística. Passadas duas décadas, o testemunho de Pedro Nava lavra sua memória:

Àquela época, naquele início dos anos vinte, o governo de Minas dava a impressão de solidez babilônica. Seu símbolo era o palácio da Liberdade todo de pedra e parecendo uma esfinge agachada no fundo da praça. Dali saíam o prêmio e o castigo. (...) O palácio, no fundo do duplo renque de palmeiras (...) Diminuí o passo, fui chegando perto, olhando a pedra cinzenta que o pó de Minas ia tomando. Olhando para cima, vi um busto de mulher, soberbos seios de granito. Um capricho da luz movente do sol deu-me a impressão que ela me olhava com olhos serenos e vazios. Era evidente que baixara para mim a pupila. Pareceu também que mexia os lábios. Falava. Ouvi distintamente: sou a República ou a Liberdade, ou o símbolo que quiserem mas, como vês, estou cá de fora. Ai dentro falam e agem os que dizem fazê-lo em meu nome. (Nava, 1976, p. 300, 341-342)

Para completar a alegoria, novamente o memorialista vem em nosso auxílio:

Continuei, vi que o terceiro andar (da Secretaria do Interior, hoje Educação) recuava e que, sobre ele, bem ao centro, havia uma meia cúpula (...) oca e pintada de azul, por dentro. Servia de nicho para um busto da República. Ora essa! Então havia dois desses ícones na praça? Obliquei e fui verificar bem a do Palácio

¹¹ A discussão dessas idéias pode ser encontrada em Corrêa, mimeo, p. 11. A respeito da tendência a que o povoamento se desenvolva do centro para a periferia e o tratamento diferenciado das zonas, consultar o Plano Geral da Nova Capital em Barreto, 1936, v. 2, p. 241-245.

¹² Essas informações podem ser encontradas em Lana & Frota, mimeo, p. 3-5. Consultar também Albano, 1985.

da Liberdade: coroada de raios como a do porto de Nova York, aquela era a liberdade. Eu a ouvira (...) e, maravilhado com suas palavras, não atentara na sua coroa radiária e simbólica. (Nava, 1978, p. 29)

Marco referencial da República emergente, qual o lugar da liberdade? Sua origem na antiguidade clássica pagã (Magalhães & Andrade, 1989, p. 159), reporta a antigos mitos ligados à terra (gea, rea), representada por um busto de mulher emergindo do solo, divinizando-o. A figura da liberdade é feminina, maternal, vestindo uma túnica branca, símbolo da paz. Aparecem ainda, em sua iconografia, cornos de abundância (fertilidade do solo), guirlandas, coroa de louros, ramos (imortalidade e glória), palmas (vitória), águia, piras, raios de sol, tochas de fogo, etc... Foi corporificada pela primeira vez pela imagem de Cibele, que protege a terra (fertilidade) e a cidade, na Frígia. Lembremos com Nava que no frontão do Palácio Presidencial há um busto da liberdade, da mesma forma, um busto da República, na cúpula de ferro da Secretaria do Interior, atual Educação. Nesse último busto, juntou-se uma bandeira do Estado de Minas Gerais, usada pelos inconfidentes, portando um verso de Virgílio: *libertas quae sera tamen*.

O conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade, centro do poder hegemônico do Estado,

não evoca a Acrópole grega, lugar dos deuses fundadores da cidade. Aqui, na Acrópole moderna, estão os homens, tramando no campo da dominação nem sempre visível, alojados na ordem simbólica que criam e recriam, configurando uma topografia imaginária com ressonâncias iconográficas. Convidada pelo poder, a Liberdade fica “cá de fora do Palácio”. Na Praça? Que *Ágora* é esta que exclui o livre debate dos cidadãos, que na antiguidade discutiam no espaço público e decidiam pelos interesses da coletividade? A quem caberá recolher, na *Ágora* da nova capital, espaços livres de palavra e de ação? Como tecer a história da Liberdade se, em sua ruptura na pólis grega, não encontramos ainda fragmentos lacunares? Como criar novos laços com o passado, se os fragmentos têm-se mostrado invisíveis em seus deslocamentos? Onde estão os interlocutores evolucionistas para discutir a questão de reparos nos tempos de ruptura?

Vimos que propostas arquitetônicas e urbanísticas podem servir a fins políticos, na medida em que são signos e, portanto, com significado sempre controlado ideologicamente. O conceito de ordem passa pela vigilância e freqüente o controle. Sabemos que o panóptico de Bentham (Foucault, 1983, p. 173-199) torna o poder invisível mesmo

quando se é observado, produzindo um efeito perverso: uns passam a vigiar os outros, na incerteza de estarem sendo vistos. Porém, a advertência de Foucault para impedir os efeitos da engrenagem panóptica será o exercício da liberdade. Indago: haverá possibilidade de habitar o espaço público da liberdade, fugindo ao panoptismo do poder, que paradoxalmente nos domestica com seus ícones de cores e de luzes? Como ser o cidadão da Praça, se a cidadania na nova República se restringe ao voto? (Melo, 1990) Como instituir seus direitos manietados há séculos?

Muitas vezes, consideramos o plano do visível como uma paisagem neutra. No entanto, movimentos acontecem: “Nele ecoa, se filtra, se reproduz, se duplica, se absorve a luz” (Magalhães & Andrade, 1989, p. 159), facilitando a visão ou não, que se seja olhado ou não, independentemente de controle da vontade. Segundo Foucault, através desse fenômeno geram-se possibilidades de se domesticar corpos e adestrar palavras, formando e conformando aspirações coletivas. Assim, o jogo sensorial da luz reforça uma ordem simbólica, podendo ser negada às vezes: na própria Praça da Liberdade, a circulação para lazer se fazia segundo critérios classistas, embora não inscritos nas leis da jovem

República. A liberdade republicana pode contradizer seu discurso emancipatório, à medida que não haja efetiva expressão de autonomia. Outra evidência faz voltar a discussão: nos relatórios dos prefeitos há queixas sobre a necessidade de localizar a população operária que edifica a cidade. O Prefeito Bernardo Pinto Monteiro, em 1902 “considerava ter ‘limpado’ o centro urbano quando afirmava ter removido deste centro mais de 2.000 pessoas que habitavam ‘cafuas’”. Uma nota de desafio surge em um jornal da liga operária:

*Louvaríamos o ato do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como (...) está se edificando nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos de seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam.*¹³

Em 1912, o confronto da classe trabalhadora com o poder público se dará através da paralisação do trabalho, gerando impasses que suscitam a mediação de outras classes da sociedade para efetivar negociações. (Faria & Grossi, 1982, p. 192, 195)

Nas primeiras décadas do sé-

culo 20 – tendo como marco de referência o ano de 1922, quando se reconstrói o prédio da estação ferroviária – a organização do espaço segue as regras do urbanismo, que explicita a modernização e o progresso. Lembramos aqui a preocupação de Castells (Castells, 1982, p. 3), quando mostra a necessidade de “uma teoria capaz de integrar a análise do espaço com a das lutas sociais e dos processos políticos”. Pensamos também que o estudo da representação simbólica, aliado a questões instigadas pela prática social e política de indivíduos, grupos ou classes, talvez permita perceber a formação de sujeitos individuais ou coletivos, instituintes de sua própria história, nos cenários da cidade que habitam, ou mesmo para além da realidade local. Nesse sentido, volta a imagem da *Ágora*, cuja natureza pública definia o lugar das mais diversas formas de interação, mesclando pessoas e diversificando atividades, traduzindo agora espaços mortos na geografia das cidades; o que pode ser um indicador da erosão que foi solapando o equilíbrio entre a vida

pública e a vida privada, que mantinha a sociedade. (Sennett, 1988)

A insustentável utopia da ordem que sagrou o planejamento de Belo Horizonte pode ser considerada uma tentativa de interdição do conflito social, inscrita na topografia e arquitetura da cidade. O renque de palmeiras da Praça da Liberdade, desembocando no palácio do mesmo nome, lembra o antigo caminho de procissão egípcio, sacralizando o poder panóptico do Estado. Entretanto, esse pretenso equilíbrio entre harmonia das formas e divisão física do espaço não apaga as diferenças, antagonismos e contradições na tessitura de interesses sociais. Mas Riccardo Campa registra que “a cidade é uma utopia viva”. Assinala que “ela constitui muito mais uma categoria mental que uma realidade”; donde a utopia “tem direito de cidadania”. Quem sabe a antiga comunidade de iguais, inaugurada pela pólis grega, será capaz de fecundar novas possibilidades utópicas? Possibilidades estas centradas no respeito à diferença?

¹³ A interpelação ao Poder Público se fez via órgão de representação classista, o jornal **O Operário**, Belo Horizonte: 29 jul. 1900, n. 1, p. 1.

Referências bibliográficas

01. ALBANO, et al. **A cidade na praça**; poder, memória, liberdade. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1985. (Textos Sociologia e Antropologia)
02. ANASTASIA, Maria de Fátima Junho. **Fazendo idéias**; a necessidade e a liberdade nos domínios do público e do privado. Rio de Janeiro: IUPE, 1988. (Estudos, n. 65)
03. ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
04. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
05. BACZKO. **Les imaginaires sociaux**. (mimeo)
06. BENJAMIM, Walter. **As teses da história**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras escolhidas; 1)
07. BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**; memória histórica e descritiva – 1893-1898. 2. ed. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936.
08. BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**; irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. (Ensaio; n. 16)
09. CAMPA, Riccardo. **A reta e a curva**; reflexões sobre nosso tempo com Oscar Niemeyer, Mário Schemberg e Celso Furtado. São Paulo: Max Limonad, 1986.
10. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**; o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
11. CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos; a República do Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 265-279, 1989.
12. CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
13. CORRÊA, José de Anchieta. **A ordem simbólica na RMBH**; apontamentos preliminares. (mimeo)
14. COSTA, João Cruz. **Contribuição para a história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
15. COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Lisboa: Clássica, 1950.
16. FARIA, Maria Auxiliadora, GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte; 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, Belo Horizonte, 1982. Belo Horizonte: PROED, 1982.
17. FORTES, Bias. Mensagem presidencial de 1896. In: MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Pois tudo é assim...;** educação, política e trabalho em Minas Gerais – 1889-1907. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1990. (Dissertação, Mestrado)
18. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.
19. GLOTZ, Gustave. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
20. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
21. JAEGER, Werner. **Paidéia**. São Paulo: Herder, 1936.
22. LAFER, Celso. **Ensaio sobre a liberdade**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
23. LANA, Ricardo Samuel de, FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro**; histórico, iconografia e diretrizes. (mimeo)
24. MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, ANDRADE, Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte**; um espaço para a República. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
25. MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Pois tudo é assim...;** educação, política e trabalho em Minas Gerais – 1889-1907. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1990. (Dissertação, Mestrado)
26. MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**; suas origens, transformações e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
27. NAVA, Pedro. **Beira mar**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. (Memórias; 4).

28. NAVA, Pedro. **Chão de ferro**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
29. PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967.
30. PAIM, Antônio. **Plataforma política do positivismo ilustrado**. Brasília: UnB, 1980.
31. PENNA, Octávio. **Notas cronológicas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1950.
32. PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. **A torre JK; trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
33. SENNETT, Richard. **O declínio do homem público; as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
34. SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BELO HORIZONTE: TEMPO, ESPAÇO E MEMÓRIA*

Lídia Avelar Estanislau

Diretora de Memória e Patrimônio Cultural da SMC/PBH

RESUMO

A memória social e o patrimônio cultural tornaram-se, a partir da Constituição Federal de 1988, um serviço público municipal que em Belo Horizonte adquiriu visibilidade através da ação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município. Do ponto de vista institucional, os critérios foram constitucionalmente ampliados para recolher as marcas que os diferentes grupos imprimem no território que ocupam. Não se trata mais de cuidar apenas deste ou daquele monumento, nem deste ou daquele bem cultural excepcional. Trata-se de uma ação voltada para a qualidade da vida urbana em seu cotidiano. Tempo, espaço e memória tecidos em relações que se materializam na família, no trabalho, na devoção e na diversão. O patrimônio cultural enquanto memória vai do mais simples ao mais complexo artefato humano, da paisagem natural à paisagem construída: geografia tornada história.

Adélia Prado, no poema *Para o Zé*, seu marido, assegurou: “O que a memória ama fica eterno”. Milton Nascimento e Fernando Brant, na voz inesquecível de Elis Regina, revelaram: “Descobri que a minha arma é o que a memória guarda dos tempos da Panair”. Aloísio Magalhães, criador da Fundação Nacional Pró-Memória, extinta pelo desgoverno Collor, reconheceu: “A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”. Ecléa Bosi defendeu a tese da memória-trabalho, considerando as lembranças dos velhos como substância social da memória. Ao demonstrar a interação entre a memória pessoal, familiar e grupal, constituintes da memória social “naquela fronteira em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e da sua cultura”, Ecléa Bosi, em seu belíssimo livro **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, enfatiza as muitas possibilidades de releitura, os vá-

* Seminário promovido pela Pró-reitoria de Extensão da PUC•Minas, 23 a 25 de abril de 1997, nas comemorações do centenário de Belo Horizonte.

rios pontos de vista, as versões do acontecido, com seus erros e lapsos.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com idéias e imagens de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (...) O simples fato de lembrar o passado no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de pontos de vista. (...) Os livros de História que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. (Bosi, 1987)

A pesquisa da memória apóia-se na narração, que é uma forma artesanal de comunicação. Não se trata apenas da coleta de dados e informações, mesmo porque a informação é consumível, seu valor esgota-se no instante seguinte de sua formulação. O excesso de informações hoje disponíveis satura a fome de conhecer, mas sem a nutrir, porque não há o tempo necessário de assimilação. A narração, ao contrário, liga-se aos tempos em que o tempo não contava, em que o artesão entalhava e esculpia sem pressa.

Walter Benjamin relacionou a extinção da arte de narrar com o surgimento da informação, essa nova forma de comunicação, que parece ter banido da vida

moderna a possibilidade de intercambiar experiências. “Quem viaja tem muito que contar” diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair de seu país e que conhece suas histórias e tradições. Na obra de Walter Benjamin a rivalidade histórica entre as diversas formas de comunicação é problematizada na interação entre narrativa, imaginação e experiência, que atrofiaram no reinado da informação. Refletindo sobre experiência e pobreza, Walter Benjamin pergunta: “Qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” E acrescenta que a vivência da guerra, da inflação, da fome e da corrupção – as mais terríveis experiências humanas – empobrece toda a humanidade. Essa pobreza de experiências fez com que, segundo Benjamin, uma depois da outra fossem abandonadas as peças do patrimônio humano, “empenhadas muitas vezes a um centésimo de seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do atual”. A teoria benjaminiana da cultura, elaborada em pleno nazi-fascismo, assinala o desaparecimento das condições para a transmissão da experiência na sociedade capitalista. Assim, para Benjamin, a história

coletiva e a experiência individual vão se fundir na imagem da cidade e exigir um procedimento auto-reflexivo no qual estão presentes emoção e risco. (Benjamin, 1987)

A memória é a mais épica de todas as faculdades, pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. A alma, o olho e a mão estão inscritos no mesmo campo. (...) Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Não se percebeu devidamente até agora que a relação entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. (...) O saber que vinha de longe – do longe espacial de terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição – dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. (...) É indispensável que a informação seja plausível. (...) A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar, na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o puro em si da coisa narrada como uma informação ou um relatório. (Benjamin, 1987, v. 1)

Benjamin retoma a mesma questão em outro texto com a afirmação de que as modernas técnicas de reprodução disponibilizam a lembrança, ampliam a memória – qualquer acontecimento pode ser fixado a qualquer momento em som, imagem e movimento – mas ao mesmo

tempo reduzem o âmbito da imaginação, atrofiam a experiência.

Na substituição da antiga forma narrativa pela informação, e da informação pela sensação, reflete-se a atrofia da experiência. Todas essas formas, por sua vez, se distinguem da narração, que é uma das mais antigas formas de comunicação. A narração não tem a pretensão de transmitir um acontecimento puro e simplesmente (como a informação o faz), mas integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. (...) Os princípios da informação jornalística (novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra), do mesmo modo que a paginação e o estilo lingüístico constituem um dos muitos indícios da exclusão da informação do âmbito da experiência. (Benjamin, 1987, v. 2)

Na Capital do Século, já em contagem regressiva para o primeiro centenário, a memória social vem sendo identificada e documentada com a intenção de comunicar experiências. E isso pode parecer um trabalho anacrônico nesses tempos de *bites, sites e nets*, quando tudo é informação e as experiências parecem ter deixado de ser comunicáveis. Desde 1990, Belo Horizonte conta com um patrimônio cultural protegido por tombamento municipal. Da Serra do Curral, tombada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Mu-

nicipio em 1991, ao Conjunto Urbano Bairro Floresta, tombado pelo mesmo Conselho em 1996, passando pelo tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do Ilê Wopo Olojukan (o mais antigo terreiro de candomblé da cidade), pelo Conjunto Arquitetônico do Corpo de Bombeiros, pelo caminho de árvores em frente ao Horto Florestal (além de outras espécies na malha urbana, como o pau-brasil, a copaíba, o jequitibá e a paineira, todas mais que centenárias). No caso do Bairro Floresta, boa parte dos proprietários de bens culturais recusaram a proteção através de tombamento. Mas alguns outros sentiram-se honrados com o fato de suas propriedades passarem a figurar na relação dos bens culturais que constituem o patrimônio da cidade. Com o tombamento do Conjunto Urbano Bairro Floresta, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, a PBH, a AMAFLOR (Associação de Amigos e Moradores da Floresta) e os demais moradores assumiram o compromisso de se empenharem na reabilitação urbana do lugar. Como os demais conjuntos urbanos tombados em 1994,¹ a Floresta tem diretrizes de proteção enquanto

lugar da memória. O espaço torna-se lugar porque nele deixamos nossas marcas.

A memória topográfica não visa a reconstrução dos espaços pelos espaços, mas estes são pontos de referência para captar experiências espirituais e sociais. (...) Lugares e objetos enquanto sinais topográficos tornam-se vasos recipientes de uma história da percepção, da sensibilidade, da formação das emoções. (...) Os objetos são de algum modo os guardiões da memória. Mas não apenas os objetos. A caixa de lembranças por excelência é o próprio corpo, a expressão mais intensa de memória topográfica. (...) Num tempo de destruição, o sujeito consegue, pelo trabalho da memória, encontrar nas camadas mais profundas uma imagem de sua identidade. Indestrutível. Isso não é pouco em termos de perspectiva de futuro. (Bolle, 1994)

A teoria benjaminiana da memória fundamenta o registro como comunicação entre as sucessivas gerações. O registro de sons e imagens permite identificar, documentar, proteger e promover referências culturais do povo belo-horizontino. A memória social, em sua diferença e pluralidade, necessita de marcos físicos que lhe respaldem o testemunho: os bens culturais, móveis, imóveis e integrados protegidos por tombamento. As formas de ocupação do território não apenas como monumentos, mas os espaços enquanto docu-

¹ Praça da Liberdade, Avenida João Pinheiro e adjacências; Praça da Boa Viagem e adjacências, Praça Rui Barbosa e adjacências, Praça Hugo Werneck e adjacências, Praça Floriano Peixoto e adjacências, Rua da Bahia e adjacências, Rua Caetés e adjacências, Avenida Afonso Pena e adjacências, Avenida Álvares Cabral e adjacências, Avenidas Carandaí, Alfredo Balena e adjacências.

mentos de processos econômicos, sociais, políticos e culturais registrados no parcelamento do solo, no traçado dos caminhos, na ilustração de ruas, praças e avenidas, nos muros, jardins e quintais, nas edificações – seja de que idade ou estilo forem – em síntese, na teia de relações tecida no dia-a-dia de moradores e visitantes. Relações que se materializam na família, no trabalho, na devoção e na diversão. Relações entre o indivíduo e a sociedade, laços entre a cidade e os que nela

vivem. A palavra falada e escrita, textos e contextos da memória ao mesmo tempo afetiva e crítica, cuja síntese material e simbólica constitui o patrimônio cultural de Belo Horizonte.

Lidar com a cultura em tempos democráticos demanda flexibilidade no pensamento e na ação porque a política institucional tem que estar em sintonia com os movimentos sociais. A cultura, como a memória, constitui-se na criação de direitos sempre renovados que emergem do processo democrático: o direito das mulheres, dos negros, dos meninos de rua, dos

sem terra, dos sem teto, dos índios, dos homossexuais, dos trabalhadores, dos aposentados ... uma listagem que se amplia em correlação direta com a democracia, cuja característica é a produção incessante de novos sujeitos políticos em luta pela cidadania. (Estanislau, 1993)

Para concluir cito, uma vez mais, Walter Benjamin que, em suas teses sobre o conceito da história, ressaltou:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.

Referências bibliográficas

01. BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 3v.
02. BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**; representação da história em Walter Benjamim. São Paulo: EDUSP, 1994.
03. BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**; lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
04. ESTANISLAU, Lídia Avelar. Memória brasileira; este insaciável objeto de desejo. In: **Cultura e memória**; perspectivas da administração pública brasileira hoje. Brasília: ENAP, 1993.

AS RUAS E AS CIDADES

Anny Jackeline Torres Silveira
PUC•Minas

*Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
foi regulado pelos becos tortos
de onde venho.
Não sei andar na vastidão simétrica
implacável.
Cidade grande é isso?
Cidades são passagens sinuosas
de esconde-esconde
em que as casas aparecem-desaparecem
quando bem entendem
e todo mundo acha normal.
Aqui tudo é exposto
evidente
cintilante. Aqui
obrigam-me a nascer de novo, desarmado.
("Ruas". Carlos Drummond de Andrade, 1979)*

RESUMO

O texto propõe uma análise da cidade de Belo Horizonte com base em poema de Carlos Drummond de Andrade, problematizando as noções de modernidade e poder elaboradas por Walter Benjamin e Michel Foucault. Busca discutir o discurso de ordenação social que perpassa o planejamento do espaço urbano e a resistência a ele contraposta pela população.

O sentimento do poeta, desarmado diante da vastidão da cidade, inscreve-se entre as muitas imagens construídas de Belo Horizonte. E não apenas dela, mas também de boa parte daqueles que vivem e/ou escrevem a respeito das cidades modernas e, em especial, das cidades planejadas. Imagens que remetem a um espaço ordenado e insípido – onde, parece, nada pode se fixar, a não ser o discurso daqueles que a conceberam.

A construção da capital mineira obedeceu a um pensamento que, em fins do século XIX, buscava estabelecer a melhor forma de se traçar uma cidade. Fundado em preceitos técnicos, esse pensamento se justificava pelas questões de salubridade, funcionalidade, eficiência,

disciplinarização e racionalidade no uso, constituição e expansão do espaço urbano. Um pensamento que pode ser tomado enquanto expressão da imposição do discurso da ciência também ao campo do estudo e do planejamento das cidades.¹

Ruas largas e retas que se dispunham, como assinala o poeta, numa “vastidão simétrica”. Vastidão que devia se tornar ainda mais incomensurável em vista do pequeno número de construções e pessoas que ocupavam o espaço da cidade, nas duas décadas iniciais deste século. Retas que miravam o infinito, numa Belo Horizonte ainda de dois andares. Vastidão que oprime, pela imponência e pela insignificância que se lhe contrapõem.

Uma simetria “implacável”, que ordenava e dirigia os passos dos transeuntes, que dava visibilidade a tudo e a todos, furtando ao homem, e à própria cidade, a possibilidade de dissimulação, de manter segredos, de subtrair-se aos olhos dos outros. Simetria que não oferece dúvidas, onde tudo se compreende de pronto, de modo claro, manifesto.

Essa imagem da capital mi-

neira, apresentada por Drummond, aponta para uma forma de abordagem e caracterização bastante freqüentes da história de Belo Horizonte. O planejamento da cidade é visto como elemento que parece retirar aos seus habitantes toda e qualquer possibilidade de escolha e de autodeterminação. A racionalidade imposta ao traçado e ao uso do espaço urbano como que conforma a vida dos homens que nele se instalam, dando, assim, lugar a uma cidade dominadora e autoritária.

Essa é uma abordagem que se repete em boa parte das pesquisas dedicadas ao exame da construção ou das intervenções que se processaram em outras várias cidades, no país e no exterior. Os estudos que envolvem a história e o planejamento do espaço urbano estão voltados, muitas vezes, para a questão de como essa construção ou, em outros casos, de como as intervenções operadas em áreas específicas do tecido urbano podem ser pensadas como veículos e instrumentos de um discurso de poder.

Nesse sentido, tais estudos buscam analisar as conotações político-ideológicas que perpas-

sam os projetos de constituição ou de reformulação dos espaços das cidades. Essas conotações podem ser percebidas através da maneira como as propostas dos planejadores interferem nos hábitos e nas relações estabelecidas pelos indivíduos; da forma como essas propostas disciplinam e policiam seus comportamentos; ou ainda, do modo como esses projetos podem – através de uma “pré-escrita” do desenho que conforma a cidade, do tipo de ordenação e de ocupação que devem ser estabelecidas na área urbana – “prescrever” e “proscriver”² as mais diversas camadas da população, a ocupação e o uso desses espaços.

A elaboração dessas análises acabou concorrendo para a recuperação e aprofundamento de todo um debate que, desde meados do século XIX, marcou o discurso dos reformadores sociais e dos pensadores dedicados ao estudo da cidade. Debate que daria origem a dois discursos e, por conseguinte, dois modelos fundadores do urbanismo.³

Esses estudos, além de contribuir para repensar e questionar o sentido daquelas intervenções na vida dos homens,

¹ Isto significa perceber a instituição desse “pensar racional” a respeito da cidade no movimento mais amplo e no êxito que um discurso científico positivo alcançou na segunda metade do século XIX.

² A relação entre a “pré-escrita”, a “prescrição” e a “proscrição” que perpassam o espaço planejado da capital mineira foi proposta pelo professor Michel Le Ven, em mesa-redonda sobre Belo Horizonte realizada pelo Departamento de História da PUC•Minas em abril de 1997. Para outros detalhes sobre a abordagem e as análises por ele realizadas da cidade, consultar LE VEN, 1977 e LE VEN e NEVES, 1996.

³ Ver Françoise CHOAY, “História e o método em urbanismo”. In: BRESCIANI, 1993. E também CHOAY, 1979.

também ajudam a recuperar e sugerir formas de adaptação e reação da população a essas transformações – poderíamos dizer, “leituras” e “releituras” (ou mesmo, “correções”) que a população efetuou na “pré-escrita” urbana.

Outro tipo de abordagem que oferece elementos importantes para análises sobre a cidade é aquela que diz respeito ao tema da modernidade. Nesse campo, a leitura da obra do filósofo Walter Benjamin se tornou fundamental.⁴ Seu trabalho está voltado para a discussão da experiência humana na época moderna, no espaço da cidade. Na visão do autor, a cidade moderna se torna um lugar que revela, ou no qual é possível acompanhar as mesmas transformações que a época moderna introduziu no campo do trabalho: o domínio da racionalidade, da calculabilidade, da repetição; um reino de ordem, de uniformidade.

Assim como no âmbito do trabalho o homem perde o conhecimento das várias fases do processo de produção,⁵ a experiência urbana também parece fugir a qualquer possibilidade de domínio do indivíduo. A cidade

moderna é o lugar da massa, da multidão indiferenciada. E é ela que determina e dirige o seu deslocamento. Os espaços pelos quais essa massa transita parecem destituídos de qualquer personalidade, de qualquer significado. Incapazes de deixar antever, de revelar, e, também, de fixar uma experiência vivida – e, especialmente, diferenciada – esses espaços acabam por se transformar em lugares nos quais o homem, em grande medida, acaba não conseguindo se reconhecer.

O espaço da cidade pode, muitas vezes, ser pensado como espaço privilegiado para o auto-reconhecimento sociocultural, no qual diferentes sujeitos vivem experiências partilhadas e, a partir dela, edificam sua(s) memória(s). É a partir dessa experiência, e da memória sobre ela construída, que se torna possível atribuir identidade(s) ao espaço. Essa identidade é criada a partir de um investimento sentimental, isto é, da atribuição de determinados significados ao espaço – elementos capazes de lhe conferir personalidade, de o individualizar.

Se no discurso da modernida-

de o caráter homogêneo da multidão é uma ameaça à identidade do sujeito, a padronização do espaço urbano adquire o mesmo sentido. A geometria uniformiza, torna tudo igual, equivalente, intercambiável, ela esvazia o espaço de referências, de conteúdo.

Exemplo desse “esvaziamento” promovido através de intervenções no espaço urbano é dado por Walter Benjamin, nas passagens em que analisa a Paris do poeta Baudelaire – desfigurada pela urbanização haussmaniana: a cidade dos “*boulevards*”, das avenidas largas, retilíneas, burguesas, cartesianas. Linha reta que têm, segundo Benjamin, o sentido de:

criar um espaço uniforme, homogêneo, controlável, para prevenir os movimentos sociais, o levantamento das barricadas que já haviam ameaçado o poder do capital nas revoluções operárias de 1830 e 1848. (MATOS, 1995, p. 75)

A racionalidade que informa a reforma parisiense busca expurgar do cenário da cidade o rosto da desordem, da revolta, do incontrollável. Ela apaga do espaço os signos capazes de incorporar e de manter viva na

⁴ Existem diversos autores que analisam a obra de W. Benjamin nessa perspectiva. Citamos aqui MATOS (1995) e BÖLLE (1994).

⁵ Conforme aponta Olgária MATOS (1995), a nova ordem instaurada pela produção capitalista no mundo moderno inaugura a noção “do trabalho abstrato que liberta o trabalhador não do trabalho propriamente dito, mas do seu conteúdo. De onde a perda da experiência como perda da memória.” (p. 74). Uma idéia fundamental contida nessa passagem, e que será explorada adiante, é a da experiência como instrumento de poder, o conhecimento como elemento capaz de dar ao homem competência para julgar, escolher e agir criticamente, de fazer do homem um sujeito da história.

memória a experiência dos indivíduos, sua identidade enquanto sujeitos sociais. Isto é, suprime a capacidade de esse espaço urbano incorporar “referências individuais e coletivas”.

É uma racionalidade que acaba por liquidar tudo o que é qualitativo e heterogêneo. Por isso, a integração do indivíduo na vida da grande metrópole é pensada como “amnésia social”, esquecimento do passado, quer dizer: perda do seu reconhecimento como ator em meio ao cenário urbano, ou, como aponta Matos (1995, p. 74): “perda e impossibilidade da experiência, isto é, da individualidade”.

Essas imagens e análises de W. Benjamin a respeito da cidade moderna – lugar do anonimato, do padronizado, da “amnésia”, do vazio – são como que traduzidas no sentimento expresso por Drummond diante das ruas belo-horizontinas, nas primeiras décadas deste século. Ele se diz desarmado diante da cidade. Não vê nenhum lugar conhecido, ou que possa ser lido através de sua experiência anterior de cidade – Itabira, terra natal. Ele não reconhece nenhum referencial que possa guiar seus passos

pela simetria que impera nessas ruas. Eles desconhecem os caminhos dessa cidade. Estão acostumados, pela experiência, a andar “de través”, obliquamente.

As ruas da cidade são inexoráveis com seus habitantes, surdas aos rogos do poeta que afirma não saber andar por sua vastidão. Sua geometria como que determina o itinerário – necessário –, impõe as possibilidades de exploração do espaço. Elas dirigem a multidão, ordenam o seu sentido, assim como na metrópole benjaminiana. Ruas que a tudo expõem, elas como que vigiam as experiências e vivências que a cidade pode oferecer aos homens que ocupam e transitam por seu espaço. Nada “parece” ser capaz de se lhe furtar às vistas.

Essa imagem adquirida pela metrópole moderna põe em foco uma outra questão bastante explorada no estudo das cidades: a questão do poder – comumente analisada sob a ótica desenvolvida pelo filósofo Michel Foucault.⁶ Segundo Roberto Machado (1995), o poder em Foucault é considerado uma propriedade, “que funciona como ... uma máquina social que não está situa-

da em lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social”.⁷ O poder não é, assim, um objeto, mas uma relação, ou feixe de relações. Algo que só se estabelece no interior das relações entre os homens.

Seguindo essas proposições elaboradas por Foucault, diversos trabalhos têm sido dedicados ao exame do poder que perpassa, além das relações estabelecidas pelos habitantes das cidades, a própria geografia do seu espaço. É nesse sentido que o espaço surge enquanto lugar de exercício e visibilidade das relações de poder.

Quando se pensa esse espaço enquanto elemento fundamental em qualquer forma de vida comunitária, ou lugar por excelência no qual se estabelece boa parte das relações entre os indivíduos, determinar como as pessoas irão ou deverão usá-lo, vigiar esse uso e comportamentos, e, mais que isso, interiorizar em cada uma delas o domínio, no sentido de se fazer vigiar,⁸ são exemplos de como o poder atravessa e se inscreve no espaço da cidade.

Conforme aponta Machado

⁶ Em especial, é possível citar as análises elaboradas por Foucault em : **Vigiar e punir: história da violência nas prisões** (1991) e **Microfísica do poder** (1995) .

⁷ Citado em “Introdução” (XVI), In: Foucault, 1995.

⁸ É importante considerar também o papel que os próprios indivíduos (em especial as chamadas minorias, ou dominados) desempenham no exercício do poder, a forma como participam e contribuem para a reafirmação do poder, através de ações, comportamentos, valores, etc. Nessa perspectiva, Machado (1995) faz uma referência ao “olhar invisível ... que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem olha” (XVIII).

(1995), interessa ao poder “gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações” (XVI). É nesse sentido que os debates em torno das cidades projetadas incorporam a análise e reafirmam a imagem do espaço planejado como *locus* do poder. Os discursos técnicos que informam e justificam esse planejamento – a higiene, a circulação, o desenvolvimento – são também discursos de poder.

A idéia do gerenciamento e controle das experiências dos homens guarda relação estreita com a possibilidade de abarcá-las através do olhar. Esse é um aspecto importante na abordagem do poder elaborada por Foucault. Em sua análise sobre o *Panoptico* de Bentham – prisão, sanatório, hospital –, ele aponta o fato de que a idéia que estrutura esse “edifício emblemático” pressupõe e faz funcionar

o projeto de uma visibilidade inteiramente organizada em torno de um olhar dominador e vigilante, ... um poder que se exerce por transparências e não tolera zonas de obscuridade. (Morais, 1995, p. 24)

É esse mesmo projeto que perpassa as ruas haussmanianas de Benjamin, assim como a vastidão simétrica de Drummond. Se no discurso do planejamento

o reto pode significar melhor, porque racionalmente estabelecido (e, por isso mesmo, *verdadeiramente* o melhor), ele também pode significar, e em grande medida significa, ordem, isto é, controle. As ruas sinuosas, tortas, podem ser pensadas, ao contrário, como significando engano, algo errado – uma vez que não seriam fruto de tal “pensamento racional”.

É diante desse espaço – desconhecido⁹ – que a tudo domina que Drummond se sente desarmado, quase como impotente. Espaço onde tudo é exposto, tudo é evidente. Essa visibilidade é, em Foucault, um dos elementos fundamentais para a garantia do exercício do poder. Ela oferece condições para a prática de uma vigilância que penetra todos os lugares. Na cidade das ruas largas parece não haver lugar para a indiscrição.

Mas a abordagem foucaultiana também aponta que o poder “é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica” (Machado, 1995, XV). Isto significa que o poder não é uma força unilateral, existe sempre algo que lhe é contraposto, algo que resiste. Benjamin também aponta a possibilidade de fugir ao ho-

mogêneo, à universalidade da época moderna. O mesmo se deve ter em mente no estudo da cidade, especialmente daquelas onde parte ou todo o espaço foi objeto de um planejamento. Suas “pré-escritões” não são algo que se impõe e persiste sem contradições, sem resistências.

Em seus escritos, Walter Benjamin opõe a imagem racionalista e abstrata da metrópole dos tempos modernos à cidade da infância:

À cidade do absolutamente visível ... se contrapõe a cidade infantil e alegórica, a cidade labiríntica com a qual a criança estabelece pactos secretos. É a cidade com suas múltiplas possibilidades: intersecções, passagens, desvios, becos-sem-saída, ruas-de-mão-única que constituem os espaços de autonomia. Há uma linguagem secreta habitando esses lugares fugidios ... (Matos, 1995, p. 80)

Em Benjamin, a cidade da infância representa a possibilidade de fugir ao padrão que impera no mundo moderno. Essa fuga decorre da possibilidade de se recobrar a memória, recobrar a experiência vivida. A criança aqui é o símbolo do desejo, capaz de burlar a norma. É também símbolo do sujeito que inscreve identidade aos lugares da cidade, que individualiza seus espaços e, assim, é capaz de re-

⁹ O poema faz referência aos primeiros anos da cidade, quando Drummond se transfere para um colégio em Belo Horizonte. Esse aspecto aponta para o fato de a cidade ser a esse tempo ainda “desconhecida” pelo poeta. Se saber e poder são noções que se inter-relacionam, esse “desconhecimento” é peça fundamental na explicação do sentimento que o invade diante da cidade. Também é possível identificar e explicar essa passagem a partir da noção de *amnésia social*, proposta por Walter Benjamin.

cuperar a sua autonomia. Nessa cidade infantil é possível criar topografias particulares, que se esquivam de toda tentativa de domínio, de ordenação segundo um modelo único.

A cidade que Drummond contrapõe à nova capital de Minas não difere muito da cidade da infância apresentada por Benjamin. É uma cidade feita de ruas e becos tortos, que seus passos, no decorrer dos anos e desde a sua infância, aprenderam a conhecer e, por isso, conseguiam guiar-se sozinhos.¹⁰ Ruas e becos que nunca deixavam tudo à mostra, ao exame do olhar inquiridor. Uma cidade capaz de guardar segredos.

As cidades do poeta são “passagens sinuosas” que permitem a existência dos “malasartes”. Passagens pelas quais a vida transcorre sem dar satisfações. Um espaço sinuoso que guarda lugares individualizados. Nele se pode brincar de “esconde-esconde”, tanto as crianças como os adultos. Essas cidades são, assim, o oposto daquilo que prescreve o discurso do moderno.

Essas possibilidades de burla também se fazem presentes por mais moderna e racionalmente projetada possa ser uma cidade. Ainda que um planejamento possa “prescrever” e “proscree-

ver” espaços, comportamentos e grupos sociais, ele não institui, por si só, uma cidade. O plano pode ser pensado como uma “mensagem inaugural”, uma escrita antecipada que busca definir usos e sentidos, mas não é “a” cidade. Esta é feita pelas experiências, pelas relações e vivências de seus habitantes. Isso significa dizer que a cidade só existe como espaço ocupado.

A ocupação de uma cidade representa uma possibilidade de promover reordenações no espaço e nos significados que lhe foram impressos. Através dela os moradores criam novos lugares, novas identidades que fogem às determinações do modelo. Se o planejamento urbano pode ser tomado como um discurso de poder sobre o espaço, é preciso pensar que os homens que ocupam esse espaço também constroem seus próprios planos (que não deixam de ser discursos que buscam se apoderar desse mesmo espaço).

Os habitantes de uma cidade planejada não são apenas pacientes de um discurso de poder. Afinal, como se depreende da análise elaborada por Foucault, o poder não pertence a ninguém enquanto multiplicidade de relações de forças. A própria resistência é também, em si, uma for-

ma de poder, ou elemento constituinte do poder:

a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (Foucault, 1995, p. 241)

Ao mesmo tempo em que os homens se submetem, incorporam e reproduzem alguns dos discursos que constituem essas cidades “modernas”, eles também se apropriam de determinados lugares, imprimindo-lhes significados e identidades particulares. Ocupar pode significar aceitar e reproduzir, mas também insurgir, rebelar, recalcitrar. Enquanto sujeitos, os homens ultrapassam “o limiar da pura repetição”.¹¹

Mesmo que se mostre aparentemente desarmado, o poeta conseguirá acostumar seus passos àquelas ruas largas, traçando uma outra geografia por cima daquela inscrita pelo discurso do planejamento. Poucos anos mais tarde, com os amigos da chamada “geração modernista”, ele se divertia atravessando os arcos do viaduto de Santa Tereza, mostrando que os homens também fazem seus caminhos, a despeito dos que parecem inexoravelmente dados, definidos de antemão.

¹⁰ Saber significa conhecer, dominar, ter controle da experiência. Como bem nos mostra Foucault, saber também é poder.

¹¹ Marca característica do mundo moderno, amnésia. Ver Matos, 1995, p. 85.

Referências bibliográficas

01. ANDRADE, Carlos Drummond de. **Esquecer para lembrar**: boitempo III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
02. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 3v.
03. BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: Editora USP, 1994.
04. BRESCIANI, Maria Stella Martins (org). **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, 1993.
05. CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
06. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
07. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
08. LE VEN, Michel. **Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte**; 1893-1914. Belo Horizonte: UFMG, 1977. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política).
09. LE VEM, Michel, NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania. In: DULCI, Otávio Soares. **Belo Horizonte**: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C Arte, 1996.
10. MATOS, Olgária C. F. **Os arcanos do inteiramente outro**: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
11. RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira.. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p. 67-82, out. 1995.

A RECUPERAÇÃO DA LAGOINHA DENTRO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE POLÍTICA URBANA

Heloisa Guaracy Machado

Departamento de História – PUC•Minas

Maria de Lourdes Dolabela L. Pereira

Departamento de Sociologia – UFMG

RESUMO

O texto trata de um estudo de caso – o bairro da Lagoinha, em Belo Horizonte – a partir de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo a história, a sociologia e a arquitetura, e de uma análise micro e macroestrutural da região. Através do estudo sobre a recuperação do espaço físico, social e histórico-cultural da Lagoinha, pretendemos promover a rediscussão teórica sobre as práticas de intervenção urbana. Isto inclui novas posturas e novas formas de preservação do patrimônio edificado, associadas a uma significação dada pela própria coletividade, isto é, levando em conta a identidade cultural e a qualidade de vida da população, o que, em suma, incide diretamente sobre a questão da cidadania, e expressa, de forma mais coerente, a experiência coletiva.

Este texto constitui a versão sintetizada de um estudo sobre o bairro da Lagoinha, concebido como a primeira etapa de uma pesquisa de maior amplitude, denominada **Projeto Belo Horizonte**: bairros antigos, uma nova realidade,¹ que incluía, na sua fase inicial, Santa Tereza, Floresta, Calafate, Prado, Carlos Prates e Barro Preto.

O interesse por tal projeto se deve a uma série de razões, a começar pela sua referência aos bairros tradicionais da cidade, que datam de sua criação e ocupam um papel específico dentro do traçado urbano de seu planejado as-

sentamento populacional. Por outro lado, eles representaram e representam ainda um importante papel na história de Belo Horizonte: cada

¹ MACHADO, Heloisa G., PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela L. **Projeto Belo Horizonte**: bairros antigos, uma nova realidade – Módulo I: A Lagoinha no contexto urbano da cidade. (monografia). Financiado pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) da PUC•Minas. Belo Horizonte: PUC•Minas, 1991.

um deles constitui, na relação de seus habitantes, uma cultura peculiar, uma tradição, um folclore, um *modus vivendi*, presente no imaginário coletivo. Assim, a população identifica, por exemplo, a arte (a música e a poesia) com os moradores de Santa Terresa ou Floresta, e a boemia ou o comércio de móveis antigos com a Lagoinha. Além disso, esses bairros foram palco de uma série de transformações, sobretudo as introduzidas pelas intervenções viárias que, ali executadas sem o devido planejamento, terminaram por desfigurar, em grande medida, o seu patrimônio físico e cultural.

A nossa pesquisa nasceu, por conseguinte, da motivação em se estudar os bairros antigos de Belo Horizonte, num momento em que eram ainda incipientes os estudos a esse respeito. Efetivamente, as edições encontradas sobre o trajeto histórico da cidade se referiam, comumente, às questões de ordem mais geral. Quando elas envolviam áreas mais específicas, o seu enfoque recaía, quase sempre, nas regiões privilegiadas, ocupadas pelas camadas de maior poder aquisitivo, como os bairros chamados classe A – por exemplo, Lourdes e Funcionários. E, ainda, nos espaços e prédios estética ou comercialmente mais valorizados, como a Savassi, a Praça e o Palácio da Liberdade, o Automóvel

Clube, o Parque Municipal. Paulatinamente surgiram publicações cunho acadêmico, principalmente, sobre os bairros mais populares e sobre o centro, parte em resposta à iniciativa da prefeitura local de estimular e premiar obras efetuadas nesse sentido.

Assim, a execução de um projeto desse tipo teve como um dos seus objetivos colaborar com uma tendência muito produtiva, e hoje já bastante difundida: a de se imprimir um novo texto sobre a cidade através da incorporação de algumas áreas antes negligenciadas ou mesmo ignoradas pela documentação oficial, procurando abrir o leque dos debates sobre a importância da recuperação de vários monumentos representativos para o conjunto da população. Isto significa, em outras palavras, a tentativa do resgate de uma memória não linear e não elitista do município, em direção a uma memória mais abrangente e condizente com as contradições que envolvem o avanço desordenado das metrópoles ocidentais nos países do chamado “Terceiro Mundo”.

Basicamente, procuramos apresentar uma nova perspectiva teórica de análise das situações urbanas, utilizando uma abordagem simultaneamente micro e macroestrutural, o que envolve um duplo ponto de vis-

ta: de um lado, a apreensão do aspecto intrínseco ao bairro, de suas características e formas de interação; de outro, a inserção do bairro no contexto da cidade como um todo. As mediações entre eles se fazem ao longo da dinâmica urbana de Belo Horizonte. Alguns autores já introduziram iniciativas nesse sentido, com destaque para os adeptos da chamada “Nova História”, que refutaram o imperialismo de uma visão economicista das relações sociais, afirmando que a história dos homens reivindica outras formas de problematização da realidade, novos objetos de investigação e novas formas de abordagem – como a interdisciplinaridade.

Assim, a aproximação entre a história, a sociologia e a arquitetura é, a nosso ver, fundamental para a apreensão do nosso objeto de trabalho – a Lagoinha – em toda a sua complexidade. À sociologia cabem a delimitação e a análise das relações contemporâneas, tanto no âmbito do bairro *per se* (a infra-estrutura, as relações sociais e comerciais, as alterações físicas, nos hábitos e nos costumes), quanto nas relações bairro/cidade. À pesquisa histórica cabem traçar a trajetória e as transformações daquela formação social, nos vários aspectos do vivido e da memória local, auxiliando o entendimento das situações experimentadas pelo bair-

ro no dia-a-dia. À arquitetura cabem o levantamento das edificações de maior significação histórica, arquitetônica e artística, bem como o estudo da evolução urbana do bairro. Tendo a história e a participação dos moradores como referência, é possível fazer do urbanismo um meio de construção e de manutenção da identidade cultural da área, garantindo, dessa maneira, a qualidade de vida da população.

O cotidiano na contemporaneidade constitui, por conseguinte, e ao mesmo tempo, o nosso ponto de interseção e o nosso ponto de partida.

A Lagoinha e sua importância histórica

A opção em priorizar a Lagoinha encontra justificativa quer nos fatores históricos, quer naqueles atuais, que incidem sobre o cotidiano da cidade. Seguimos um caminho, pode-se dizer, natural, dada a importância do bairro, sua originalidade e antiguidade, bem como as intervenções recentes nele realizadas, no processo de urbanização de Belo Horizonte. As fontes consultadas mostram que o bairro nasceu junto à planejada cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX, percorrendo com ela um caminho comum. Há indicações,

inclusive, de que a Lagoinha, como uma entidade espacial diferenciada, remonta ainda ao antigo Curral D'El Rey, que data do início da ocupação territorial da região de Minas Gerais. No traçado original da cidade, a região da Lagoinha foi classificada como zona suburbana, isto é, fora dos limites da Avenida 17 de outubro – hoje Avenida do Contorno – que demarcavam o cinturão urbano. No processo de edificação da nova capital, a região da Lagoinha foi habitada pelos trabalhadores encarregados da construção da cidade, modificando-se, paulatinamente, a fisionomia daquele espaço de raízes rurais. A sua proximidade com o centro e com a linha de trem, trazendo um número expressivo de pessoas que se instalavam nas pensões das redondezas, fez com que, à medida do crescimento da cidade, a Lagoinha formasse uma área boêmia, dotada de muitos bares e de uma vida noturna bastante agitada. Além disso, um comércio diversificado foi se consolidando para atender ao crescente número de famílias ali instaladas e que promoveram a configuração do caráter também residencial do bairro. No entanto, foi a boêmia o aspecto que mais o marcou, passando a distingui-lo, sobremaneira, no imaginário de toda a população belo-horizontina:

*Lagoinha, Deusa da Cachaça
Rainha do meu carnaval,
Lagoinha, Deusa da Arruaça
De meu carnaval.*

(Carneiro, 1974, p. 10).

Na década de 80, com as obras de construção do complexo viário da Lagoinha, a região viria a sofrer uma certa descaracterização, representada pelo desaparecimento da Praça Vaz de Mello, o principal núcleo da boêmia, que se retraiu desde então. Alguns setores da imprensa se encarregaram de alardear aquilo que eles chamavam “a decadência da Lagoinha”, estampando nos jornais manchetes do tipo “a Lagoinha está morrendo”, a Lagoinha é “um bairro fantasma”, ou “vamos salvar a Lagoinha”. Este foi o fator de maior peso que motivou a nossa pesquisa: a investigação do real impacto sofrido pelo bairro após a edificação do viaduto e as transformações advindas da sua instalação, mescladas ao avanço da especulação imobiliária, inserida no desenvolvimento do processo de urbanização brasileiro. Com esse intuito buscamos fazer a investigação do bairro, através de uma análise mais aprofundada de sua configuração recente, que servisse de suporte para futuras intervenções. O bairro foi uma área durante muito tempo abandonada pelo poder público, convivendo com a prolongada improvisação provocada

pela paralisação das obras na Avenida Antônio Carlos que, executadas sem o devido cuidado, terminaram por desfigurar o seu patrimônio físico e cultural.

A recuperação da Lagoinha como tradição, como história, como memória, como biografia e como patrimônio comum compartilhado pela população demandava uma proposta de intervenção consciente e conhecedora das suas atividades mais representativas, em benefício da sua comunidade, e da sociedade em geral. Evidentemente, tal questão se insere no âmbito da discussão dos conceitos de patrimônio histórico, memória social, preservação histórica e ambiental ou, ainda, da qualidade de vida dos seus habitantes. E pressupõe uma concepção de urbanismo como um meio de construção e de manutenção da “identidade cultural” de uma dada região para o resgate da cidadania, dentro da política de preservação. No rastro das considerações tecidas por Marilena Chauí (1992), podemos dizer que a recuperação urbana deve considerar a política cultural como um direito de cidadania, concebendo a cidade como parte de um movimento histórico complexo e diferenciado, que não pode ser compreendido à parte da esfera política e da materialidade espacial das lutas pela apropriação, nos conflitos entre

a intervenção predatória e o preservacionismo irrestrito. Nesse caso, a política de preservação deve levar em conta o equilíbrio cultural e, a partir da participação da própria população, ser capaz de construir uma identidade social na transição entre o velho e o novo, permitindo aos cidadãos experimentar um sentimento de segurança em face das mudanças brutais da sociedade.

Não nos referimos a uma noção de identidade transparente e unívoca, que se quer assegurar a todo custo, mascarada por uma homogeneidade bastante simplista. Essa noção está vinculada a uma abordagem histórica linear, construída a partir das diretrizes dos setores dominantes, que insistem em ignorar os desníveis, os fragmentos e as facetas mais opacas de um dado contexto social. O pensamento iluminista trouxe, no seu bojo, a aspiração por um espaço bem articulado, por uma sociedade visível e legível em cada uma de suas partes. A essa sociedade não era dado comportar zonas obscuras ou desordenadas: uma sociedade previsível e harmônica era o objetivo subjacente à nova organização do espaço urbano e da memória. Contrapondo-nos a essa concepção adotamos, neste trabalho, uma visão abrangente e dialética do conceito de identidade – no sentido utilizado por

Nietzsche e seguido por Foucault – percebida na pluralidade de seus elementos e de suas contradições, que clarifica, ao invés de ocultar, os sistemas heterogêneos que interferem na sua constituição:

Quando estudamos a história nos sentimos “felizes, ao contrário dos metafísicos, de abrigar em si não uma alma imortal mas muitas almas mortais”. E, em cada uma destas almas, a história não descobrirá uma identidade esquecida, sempre pronta a renascer, mas um sistema complexo de elementos múltiplos, distintos, e que nenhum poder de síntese domina (...). (Nietzsche, In: Foucault, 1979, p. 34).

Ainda segundo Foucault (1979, p.157), “*território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.*” Assim, a história dos espaços corresponde à história dos poderes, devendo ser estudada como um problema histórico-econômico-político. Para Foucault, o poder não está localizado num ponto específico, mas disseminado, manifestando-se na “relação” entre os segmentos sociais numa comunidade, na qual todos o exercem e sofrem a sua incidência, concomitantemente. A rede de poder possui uma forma piramidal cujo ápice é ocupado pelo aparelho de Estado. Mas ele é garantido pela relação de apoio dada pelos elementos inferiores da hierarquia.

Por conseguinte, esse poder não pode ser concebido como uma superestrutura, uma vez que ele é consubstancial ao desenvolvimento das forças produtivas e se transforma continuamente com elas. Dessa forma, o autor defende uma metodologia que busque “analisar como esses micro-poderes que possuem tecnologia e história específicas se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado.” (Foucault, 1979, p. XIII). O papel do pesquisador, nesse caso, deve ser, justamente, o de buscar esclarecer as questões do intrincado jogo de poderes presentes no desenvolvimento histórico, organizando uma nova memória das sociedades e dos elementos que a compõem.

Os pressupostos da teoria foucaultiana de espaço/território/poder orientaram o nosso trabalho na análise das relações bairro/cidade. No que se refere à metodologia empregada, incluímos, na fase do levantamento de dados, os métodos tanto quantitativos quanto qualitativos, para posterior codificação, sistematização e análise. No primeiro caso, foram utilizados *surveys* aplicados a diferentes segmentos da população, que continham perguntas sobre as con-

dições do bairro, sua infra-estrutura (saneamento, transportes, serviços, lazer), e sobre a situação dos entrevistados (tempo de residência no local, faixa etária, salarial e escolaridade, grau de adaptação e ligação afetiva com a região, tipo de relações estabelecidas com a vizinhança). Quanto ao segundo, recorreremos aos instrumentos da história oral, através de entrevistas abertas com os moradores e comerciantes ali radicados, ou histórias de vida de alguns dos seus membros mais antigos e respeitados. Além disso, estabelecemos um estreito contato com uma de suas famílias mais tradicionais – os Araújo Brandão – que nos abriu, gentilmente, a sua residência na rua Adalberto Ferraz, um exemplo vivo da história da Lagoinha, a começar da própria casa, construída nas primeiras décadas do nosso século. Ali tivemos acesso ao acervo fotográfico contendo a memória familiar, que se confunde com a memória do bairro, e ouvimos os relatos dos muitos casos envolvendo episódios elucidativos da história local.

Uma questão que se nos colocou imediatamente foi a respeito do universo a se estudar, pois percebemos que a região comumente reconhecida como La-

goinha não corresponde aos limites oficiais do bairro² – determinados pelo mapeamento oficial, de autoria dos órgãos municipais – abrangendo também outras áreas contíguas. Os depoimentos de alguns de seus frequentadores são elucidativos, nesse sentido, apontando a Lagoinha como uma “cidade” dentro de Belo Horizonte:

(...) ela começava na praça ... e ia se alastrando. Passava pela Guaicurus, incluía o Montanhês, o Elite. A Rádio Inconfidência, a Feira de Amostras ... Era o velho brechol que por algum dinheiro emprestava ternos ou smoking, ou, ainda, vendia qualquer roupa usada. Era o time do terrestre, o grupo Silviano Brandão. (Serra e Inácio, 1974, p. 5).

Optamos, então, por investigar o universo correspondente à percepção popular, preservando, assim, em sua integridade de fato, a sua realidade simbólica, relativa a uma paisagem que foi se consolidando paulatinamente, no ritmo do cotidiano e da dinâmica social.³

A Lagoinha: uma realidade múltipla e atuante

Constatamos, dessa forma, a existência de uma Lagoinha

² Tais limites têm como extremos, ao sul, o Complexo Viário, abrangendo toda a região do Bonfim até a Rua Jaguari, incluindo a Vila Senhor dos Passos e o Conjunto IAPI, e, a leste, a Rua Pitangui e grande parte do bairro Floresta.

³ A equipe circunscreveu inicialmente como a área a ser investigada a região delimitada pelo Complexo Viário, Rua Mariana, Vila Senhor dos Passos e Rua Pitangui, excluindo o Conjunto IAPI.

múltipla, heterogênea que, apreendida nas suas contradições, vai conformando a sua trajetória histórica. Tais contradições se configuram interna e externamente ao bairro, ou seja, nas relações bairro/cidade. E podem ser percebidas até mesmo na avaliação da Lagoinha por parte de seus moradores, dos habitantes da cidade como um todo, de estudiosos e jornalistas. Deles partem as opiniões divergentes de rejeição ou defesa ardorosa do bairro.

As características que buscamos identificar e explicitar sobre a região se relacionam tanto à inserção original do bairro, por ocasião do planejamento e inauguração da cidade, quanto às modificações por ele sofridas no decorrer de seu processo de urbanização. Acreditamos que a sua situação atual, de acordo com as premissas teóricas anteriormente mencionadas, é decorrente dos tipos de articulações políticas (de poder e de dominação/submissão) travadas entre aquele “território” e a cidade, o município, o estado e até mesmo o país. Estes representam o sistema capitalista em vigência e desenvolvimento, de modo que as suas leis foram amplamente observadas na nossa análise.

Uma constatação inicial a que chegamos sobre a Lagoinha, na sua configuração presente, é a de que não se pode homogeneizar

o seu universo. A sua complexidade e diversidade podem ser percebidas principalmente nas cinco situações socioeconômicas que conseguimos identificar ali, a saber: uma primeira, relativa às famílias tradicionais, que habitam os casarões antigos nas proximidades da matriz Nossa Senhora da Conceição; uma segunda, mais pulverizada, relativa às famílias – mais jovens – de classe média, que têm hábitos de moradia simples, apresentando relações de camaradagem entre seus integrantes e ocupando a ala direita da Av. Antônio Carlos na direção centro/bairro; uma terceira, correspondente a uma camada de baixo poder aquisitivo, como se pode notar pelas suas moradias bastante modestas – conjuntos habitacionais populares e cortiços – perfiladas na rua Peçanha, entre a linha do trem e a Avenida Pedro II; uma quarta, caracterizada por uma realidade de vida absolutamente precária, vivenciada na Vila Senhor dos Passos, mais conhecida por “Buraco Quente”; e, por fim, o espaço compreendido entre as ruas Bonfim e Caparaó, nos limites com o bairro Bonfim, onde se concentra a maior parte das casas de encontro e o *trottoir* das prostitutas e dos homossexuais.

Essas situações socioeconômicas se aproximam e, por vezes, se sobrepõem, tanto no que se

refere à sua estrutura física, quanto nas inter-relações que se estabelecem entre os seus componentes. Verificamos uma certa fluidez no trânsito dos diferentes grupos pelos três núcleos diferenciados que, grosso modo, caracterizam o bairro, ou seja, um setor familiar, tipicamente residencial (incluindo o aspecto tradicional e também religioso), um núcleo boêmio, que abrange os redutos da prostituição, e um núcleo comercial e de serviços, tendo como centro a rua Itapecerica (esta funcionando também como via de passagem e de circulação dos ônibus que vêm pela Avenida Antônio Carlos, na direção bairro/centro). Observamos que a “topografia” humana acompanha a tendência eclética da sua topografia física. Conforme apuramos nas entrevistas, as prostitutas, por exemplo, frequentam o comércio ou a igreja normalmente, numa certa proximidade com os grupos familiares, sem provocar maiores problemas ou hostilidade acentuada por parte dos moradores. São essas relações que procuramos apreender, pois são efetivamente capazes de construir a memória social concebida como parte do processo histórico. Como afirma Cássia Magaldi (1992, p. 21), “a cidade deve ser pensada como uma estrutura onde se realizam, em constante interação, as relações sociais: todas as espécies de

atividades e ações humanas concentradas". Sua configuração é o resultado das formas assumidas pela sociedade, pela apropriação histórica do espaço e pelas inter-relações dos elementos que compõem a sua estrutura. Faz-se necessário salientar, ainda, que essa realidade diversificada e complexa está em permanente mutação, marcada por transformações físicas, sociais, culturais e políticas, no processo da dinâmica e do crescimento urbano.

A marcha das transformações do bairro acelerou-se na década de 80, impulsionada pelas obras públicas do Complexo da Lagoinha (onde ocupam papel principal o viaduto e a passarela) e pela especulação imobiliária. Esta atingiu o bairro quando a pressão do crescimento urbano deixou de ocorrer apenas na zona sul, chegando também à zona norte. Do nosso ponto de vista, dois fatores muito influenciaram esse processo, seja em relação ao tipo de modificações ocorridas, seja em relação à cronologia dessas mudanças. O primeiro deles diz respeito à posição geográfica do bairro – nos limites da zona urbana e da zona suburbana – dentro do traçado original da cidade, além da sua proximidade com a região central e comercial metropolitana, com a estação ferroviária e com a rodoviária. O segundo fator se refere à presença dos imigrantes italianos, que co-

laboraram na sua formação etno-social. Contribuíram, também, para tornar a Lagoinha um prolongamento da região central-norte, apresentando um perfil espacial muito semelhante àquela região.

Explicando melhor, as antigas chácaras de propriedade de italianos foram cedendo lugar à construção de casas residenciais e comerciais. Os italianos foram, em grande medida, responsáveis pela intensa atividade de negócios que sempre distinguiu o bairro, fundando armazéns de secos e molhados, alfaiatarias, padarias, bares, como também a primeira fábrica de doce de leite na capital. Muitos desses estabelecimentos atravessaram as fronteiras do bairro, em direção às áreas contíguas, mas situadas no perímetro central. As famílias mais abastadas formaram seus filhos em profissões liberais (médicos, advogados) e, com o passar do tempo, mudaram-se da Lagoinha. Alguns dos casarões que eles habitavam persistem ainda, embora mal conservados, ao contrário de outros derrubados na marcha da especulação imobiliária que atinge, principalmente, as ruas Itapecerica e transversais ou a Avenida Antônio Carlos. Com o tempo, o tipo de comércio foi se modificando até se especializar em antiguidades, móveis usados, serviços e consertos em geral. Na rua Itape-

cerica encontramos também bancos, padarias, papelarias, farmácias, bares e, lado a lado, uma igreja evangélica e uma casa de umbanda, ou, até mesmo, um motel, o Butterfly.

Contudo, as entrevistas revelaram que a atividade comercial é considerada insuficiente por muitos moradores, que demandam um maior acesso a supermercados, lojas de utensílios domésticos, de roupas e melhores serviços de panificação. Em relação aos serviços de infra-estrutura, observamos que o bairro se mostrou bem servido de água, luz, telefone, correios, escolas e hospitais. Mas detectamos problemas no transporte coletivo, traduzidos na deficiência de pontos de embarque e desembarque no interior do bairro e nos constantes engarrafamentos na Avenida Antônio Carlos (que devem ser solucionados, em parte, com a finalização das obras do complexo viário). Foram também considerados precários os serviços de limpeza urbana e de policiamento. A população se mostrou ressentida com a falta de opções de lazer, como cinemas e clubes – registramos apenas a existência do Clube dos Tecelões – e, principalmente, de áreas verdes e praças. Na ocasião, a antiga Praça Vaz de Mello havia sido destruída e ainda não fora substituída por qualquer outra, sendo a sua falta bastante

lamentada. Principal centro de referência do bairro, a praça foi celebrada numa canção composta por um dos seus freqüentadores habituais:

*Não há entre nós um paralelo
eu na Praça Vaz de Mello
e ela tão longe de mim.
E assim de cachaça em cachaça
vou vivendo ali na praça
de botequim em botequim.*
(Garcia, 1990, p. 6)

A situação descrita evidencia um descaso do poder público para com o bairro, durante muito tempo. Considerado uma simples “via de passagem”, as obras de grande porte eram construídas para resolver problemas de outros pontos da cidade. A falta de preocupação em se preservar o meio ambiente interno ou a qualidade de vida dos moradores refletia-se na aparência física do bairro, com suas casas antigas e mal cuidadas, com as fachadas pobres das lojas, com as ruas esburacadas e esgotos entupidos. Mas, a despeito disso, grande parte dos entrevistados considerava o local bom para moradia devido, principalmente, à proximidade do centro e ao grande número de linhas de ônibus que por ali circulam. A população da Lagoinha resistiu firmemente ao modelo de urbanização perverso que deixou ao largo valores estéticos, históricos

e patrimoniais; ela conseguiu preservar certas relações sociais do tipo tradicional, observáveis nos laços de vizinhança e religiosidade.

A tradição religiosa constitui um aspecto pouco reconhecido pela opinião pública, embora estivesse sempre presente, de modo marcante, no seu cotidiano. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição traz consigo toda uma história de cultura religiosa, social e musical. Ali foram criados uma banda de música, uma orquestra e um coral, que reuniram as tendências artísticas e a fé espiritual das famílias locais, desde os primórdios do bairro:

Tendo-se celebrado em casa do Sr. Francisco Caetano de Carvalho (à Rua Itapeverica n. 334) os festejos de mês de Maria, no ano de 1914, surgiu d'ahi a idea da edificação de uma Capela em honra da Imaculada Conceição e com essa grandiosa idea veio a de se fundar uma Banda de Música que com a denominação de “Corporação Musical N. Sra. da Conceição”, auxiliasse nas solenidades realizadas na supradita Capela (...).⁴

Os tempos mudaram e também as práticas da tradição católica. Mas se, de um lado, praticamente terminaram as missas solenes celebradas em latim, por outro conservaram-se a banda de música e o auditório para os

seus ensaios (embora funcionem num ritmo mais moderado), assim como a Associação São Vicente de Paula, fundada em 1908, ainda em plena atividade de assistência social junto às favelas do bairro. As festividades comemorativas da Matriz, como as procissões e as barraquinhas, ou as novenas envolvendo a coletividade, tornaram-se mais raras. Mas o velho espírito de amizade e solidariedade foi mantido, mesclando-se às novas formas atomizadas de convivência social. O bairro, de modo geral, foi considerado pouco violento, haja vista o pequeno número de brigas, atritos e assaltos registrados, comparados com outros pontos da cidade.

É patente a coexistência de uma face conservadora, religiosa, familiar e solidária, com uma face laica, transgressora, caracterizada pela presença da prostituição e da boemia, que também compõem a identidade do bairro. A fama dos boêmios e das prostitutas conseguiu transpor as fronteiras locais, de modo que o aspecto da transgressão à “moral e aos bons costumes” foi injustamente identificado como a própria razão de ser da Lagoinha e, desse fato, derivam muitos dos equívocos a seu respeito.

Mesmo o poder oficial pare-

⁴ Cf. o Livro de atas da Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição.

ce ter compartilhado de tal visão sobre o bairro, configurando uma ótica reducionista que não se deu conta das práticas sociais diferenciadas que fazem parte da sua rotina.

No planejado assentamento da cidade de Belo Horizonte, cuja distribuição obedeceu a uma racionalidade tipicamente positivista, a Lagoinha ocupou e ainda ocupa uma posição de marginalidade⁵ num duplo sentido: o de uma área situada fora do cinturão urbano ou dos centros de decisão, e também o de uma região “suburbana”, nos termos do comportamento social, em virtude da presença de certas atitudes e atividades discriminadas, consideradas transgressoras ou “subalternas” pela moral vigente. Desse modo, coube ao bairro um papel secundário que, sob o nosso ponto de vista, foi responsável por dois aspectos relevantes que marcaram de forma decisiva a sua posição no contexto da organização espacial da cidade. São eles: a importância que as atividades da boemia e da prostituição assumiram em sua história, mascarando as outras tantas características locais; e o antigo descaso do poder público, apoiado na falácia da obsolescência e da decadência do bairro, confundidas com o indiscu-

tível declínio de sua vida boêmia.

A Lagoinha e suas peculiaridades

Tendo como base a concepção foucaultiana de espaço/território/poder e o exame dos dados coletados, constatamos um modo peculiar das relações sociopolíticas da Lagoinha com o município e com o *establishment* que, até aquele momento, não haviam sido detectadas, quer pelo Estado, quer pelos estudos urbanísticos. Não encontramos qualquer referência a esse respeito nas matérias especializadas, mas essa peculiaridade pode ser percebida por um olhar mais atento, através de três aspectos básicos, que sintetizamos a seguir.

Em primeiro lugar, a Lagoinha, devido à sua posição marginal no que se refere à racionalidade tipicamente positivista que orientou o planejado assentamento da cidade, pôde seguir o seu próprio traçado, estabelecendo um padrão estético específico e um modo de crescimento diferenciado. Essa conformação original é visível nas suas ruas tortuosas e na sua arquitetura livre de restrições, em que convivem diferentes estilos,

construções muito simples ao lado de algumas que apresentam um certo grau de sofisticação. Isso denota, sem dúvida, um desvio espontâneo do traçado regular, padronizado, da cidade, bem como de sua bem demarcada distribuição sócioespacial. E isso, como uma característica marcante do bairro, deveria ser preservado.

Em segundo, fica bastante evidente que a Lagoinha constituiu o berço de muitos cidadãos tradicionais e ilustres do município. Ela é, ainda, responsável por algumas tradições religiosas e musicais, como a missa solene, até hoje comemorada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, por ocasião do aniversário de sua padroeira. Esse fato demonstra que o bairro não se ateve à segregação social e moral que comumente o caracteriza, conseguindo ultrapassá-la na sua trajetória rica e plena de contradições, que permanece bem viva na história da cidade. A nosso ver, esse aspecto deveria ser salientado por uma proposta mais ampla de preservação, que considere a importância do legado das significações históricas coletivas e suas interseções com o momento presente.

Finalmente, observamos ocorrer um processo de extrema importância, tendo como palco o bairro, no que se refere à ques-

⁵ Empregamos o conceito de marginalidade no sentido de “afastada dos centros decisórios de poder e dos setores economicamente dominantes”. (Foucault, 1979)

tão da moradia e da habitação. Esta é sinônimo não apenas de *status* social, mas também de segurança material nas sociedades capitalistas, particularmente no Brasil, marcado por uma profunda instabilidade econômica. Aqui, o acesso à moradia está cada vez mais comprometido, entre outras razões, pelas deficiências da política habitacional brasileira e pelo processo de especulação imobiliária. A Lagoinha, com suas casas antigas e em estado precário de conservação, sugere um panorama de carência e, mais ainda, de abandono. Isso favorece o processo de especulação que ronda o bairro, mesmo porque o empobrecimento e a deterioração das edificações urbanas são apresentados à população como um processo orgânico de envelhecimento natural. A desvalorização dos imóveis em relação à sua idade encobre, na realidade, a sua causa mais profunda, ou seja, a especulação imobiliária, em conexão com a política econômica vigente. Tal distorção é facilmente manipulada pelo interesse pessoal dos agentes imobiliários. Nossas observações nos levaram a concluir que o bairro tem conseguido driblar, em certa medida, esse processo, uma vez que 90% dos moradores entrevistados se revelaram proprietários de seus imóveis. Esse é um fato que, por sua relevância econômico-social, de-

ve ser objeto de atenção por parte do poder público, tendo em vista que o mecanismo da especulação ronda os limites do bairro. A preservação aqui também se faz necessária pois, de acordo com a concepção que adotamos, ela deve ser também indutora da manutenção da qualidade de vida, evitando sobretudo o enorme ônus social da destruição sistemática de manchas urbanas inteiras.

Uma proposta para a Lagoinha

Os resultados do nosso trabalho revelaram a necessidade imperativa de uma revalorização da Lagoinha, isto é, um redirecionamento planejado pelas autoridades competentes, levando em consideração os aspectos físicos, estéticos, culturais, político-sociais da região e o seu papel privilegiado no cenário histórico da cidade. Nesse sentido, buscamos promover um novo olhar sobre o bairro, amplo o suficiente para visualizá-lo na sua multiplicidade. Pois a Lagoinha jamais se constituiu como um “bairro-fantasma” ou esteve agonizante, como fizeram crer certos comentários sobre ela. Ao contrário, constatamos que ela permanece muito viva, e o seu coração continua forte no interior de cada casa, de cada loja, nos *trottoirs*, nas ruas tranquilas ou movimenta-

das, nos encontros sociais e religiosos de seus moradores.

A revalorização da Lagoinha implica a preservação de sua memória e de sua história, no âmbito de uma concepção de “patrimônio histórico” que englobe as dimensões múltiplas da cultura. É fundamental, nesse caso, estabelecer a dissociação das noções de “tombamento” e de “preservação”. Prevalencia, grosso modo, uma política de tombamento de bens imóveis que conduzia à desvalorização financeira dos mesmos, acentuada pelo fato de o poder público efetuar o tombamento mas não promover a preservação propriamente dita, fazendo com que o imóvel perdesse também o seu valor simbólico. Como exemplo, citamos a “Casa da Loba”, um belo exemplar do *art nouveau* no Brasil do início do século, localizada na rua Itapeverica, que, logo após o tombamento, foi completamente descaracterizada pelos próprios moradores.

Nesse sentido, concluímos que a melhor forma de se atingir os objetivos estipulados seria através da criação de um “Movimento Comunitário para a Preservação Histórica”, promovendo as intervenções arquitetônicas em conjunto com os moradores, e colocando à sua disposição os materiais com preços mais acessíveis. Isto está de acordo com os estudos mais recentes so-

bre espaço urbano e preservação, os quais salientam que a transformação provocada na mentalidade dos moradores quando eles próprios reconstróem seu bairro vale muito mais que a transformação da sua condição material. Assim, a intenção de preservação deve partir dos próprios habitantes, não se reduzindo o problema, tão somente, à espera da iniciativa do poder público. Este último deve ser visto como co-partícipe e intermediário nas transações, estabelecendo as condições técnicas e materiais para que as medidas sejam viabilizadas. O “Movimento para a Preservação Histórica” se tornou viável porque contou com a participação da coletividade – como pudemos perceber nas entrevistas com vários segmentos representativos do local, como o pároco da Igreja Nossa Senhora da Conceição, os comerciantes e as famílias tradicionais ali radicados.

Contudo, faz-se necessária a ampliação do debate, a fim de evitar os privilégios de alguns grupos em detrimento de outros, garantindo a participação da população no seu conjunto. Por outro lado, esse tipo de intervenção não pode buscar, no seu momento inicial, abranger o bairro como um todo. Por isso destacamos, através de nossa pesquisa, aquelas atividades múltiplas, e ao mesmo tempo

mais representativas do bairro, ou aquelas que a própria população mantém vivas, nas suas relações cotidianas. Dessa forma, apontamos como núcleos iniciais para uma intervenção: a religiosidade, a boemia e a prostituição, o comércio e a assistência social.

A delimitação das áreas a serem priorizadas também foi feita através do reconhecimento de seu valor simbólico, inscrito na leitura que os habitantes fazem delas, mesmo que correspondam a locais reduzidos ou de cunho familiar. Essas áreas coincidem com os espaços ocupados pelas atividades acima mencionadas e mais representativas nas relações dos seus habitantes, de modo que selecionamos, para dar início à intervenções, a rua Adalberto Ferraz e a rua Itapeceira. A primeira conta com um fator de estímulo à sua revitalização: a presença das famílias tradicionais, que se interessam pela preservação da história do bairro e estão ligadas às atividades religiosas. Assim, propusemos a reativação cultural da rua, através das festividades religiosas e musicais, concomitantemente à recuperação da Igreja Matriz. No que se refere à rua Itapeceira, um dos maiores prejuízos observados foi a sua transformação em via de passagem para a zona norte, sofrendo com os constantes engarrafamentos

na Avenida Antônio Carlos. Concordamos com a opinião de alguns arquitetos e urbanistas entrevistados de que, terminadas as obras do Viaduto, a rua pode ser beneficiada, deixando de ser corredor de trânsito de veículos e adquirindo um perfil próprio. Isso conta com o apoio dos comerciantes, dispostos a investir no lazer e na cultura, tornados atrativos para o incremento de seus negócios.

Uma terceira sugestão foi a revitalização do antigo Mercado Municipal, na época desativado e em fase de deterioração. A nossa proposta, nesse caso, foi a implantação de um centro cultural, para exposições relativas à memória local, apresentações do coral da Igreja ou até mesmo reuniões comunitárias. O incentivo ao lazer, ao comércio e à cultura poderá atrair os moradores de outras regiões da cidade, além dos seus próprios habitantes.

Conclusão: em direção às novas práticas de intervenção – O Projeto de Reabilitação Integrada do Bairro Lagoinha

Em 1994, as autoras foram convidadas a participar do pro-

grama de elaboração dos inventários do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUCBH), coordenado pela então Diretoria de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura. Os nossos pontos de vista e preocupações teóricas naquele momento se aliavam a uma proposta de política de preservação inovadora do patrimônio urbano da cidade que, de acordo com as suas premissas,

deve superar a abordagem histórico-estilística e ser trabalhada dentro de uma concepção que integre as questões socioeconômicas, técnicas, estéticas e ambientais e leve a considerar qualquer intervenção sobre o patrimônio como uma ação sobre o presente e uma proposta para o futuro. (Castriota, 1993, p. 13-14)

Inicialmente, foi elaborado o IPUCBH – LAGOINHA, documento oficial exigido para a aplicação das leis de preservação do patrimônio, que pretendia ir além e subsidiar uma série de ações governamentais, sobretudo nas áreas de cultura e do planejamento público. Num momento subsequente, o trabalho foi ampliado e, como parte dos Programas Preparativos para o Centenário da Cidade, foi elaborado o Projeto de Reabilitação Integrada do Bairro da Lagoinha, a nosso ver o primeiro a introduzir a gestão urbana integrada

no planejamento da cidade de Belo Horizonte. Foi então firmado o compromisso plural com a preservação, a recuperação e a manutenção dos espaços urbanos públicos e privados, tendo como princípio fundamental a introdução da co-responsabilidade e da participação efetiva da comunidade local, bem como dos órgãos públicos e privados na administração da cidade.

De acordo com os seus idealizadores, o Projeto Lagoinha constitui uma proposta de “reabilitação integrada”, que procura tratar os diferentes problemas da região de forma articulada e simultânea. Como tal, entrelaça ações de tipos variados, que vão de intervenções físicas a projetos culturais, levando em consideração a sua “estrutura de sentimentos” e passando por projetos afins de desenvolvimento urbano e social. Seu objetivo final é trazer para o bairro melhores condições de vida, compatibilizando a preservação com o desenvolvimento econômico. Mais precisamente, ele se propõe a inverter a lógica que tem norteado as grandes intervenções urbanas, pois considera que o ponto de partida deve ser a realidade do bairro tal como é vivida hoje pelos seus habitantes. Desse modo, o Projeto pressupõe a parti-

cipação dos usuários – os moradores do bairro – em todas as suas etapas, desde a sua concepção e elaboração até a execução das obras e o seu acompanhamento.

O Plano de Reabilitação Integrada da Lagoinha⁶ entrou em execução no mês de maio de 1996. No final de dezembro do mesmo ano, o prefeito Patrus Ananias entregou à população um conjunto de obras: a Praça Vaz de Melo, o Mercadinho da Lagoinha, a recuperação dos passeios e arborização da rua Itapeperica, a reforma do Hospital Odilon Behrens, a reurbanização da favela Senhor dos Passos. Estão em andamento os programas de incentivo às principais linhas de comércio do bairro – contando com a parceria do SEBRAE/MG –, tendo sido realizado também o 1º Leilão de Móveis Antigos da Lagoinha (em novembro de 1996). Outra frente de trabalho foi iniciada: trata-se da recuperação e conservação dos imóveis do bairro, feita em conjunto com os comerciantes e moradores locais e contando com a parceria da iniciativa privada.⁷

A revitalização cultural do bairro encontra-se em andamento, com a execução do projeto “Sopro da Lagoinha”, de preservação e incentivo da banda Nos-

⁶ V. PBH/Projeto Lagoinha – relatório de atividades, 1996.

⁷ A empresa R Fonseca Produtos Químicos participou da primeira fase desse programa, com a doação, à Associação de Moradores da Lagoinha, das tintas utilizadas na recuperação e pintura das fachadas dos imóveis cadastrados pelo projeto.

sa Senhora da Conceição (que, segundo os dados apurados em nossa pesquisa, foi uma das primeiras a se constituir na cidade, junto com o primeiro coral de igreja de Belo Horizonte e se mantinha ainda em funcionamento, mas sem nenhum apoio oficial). Uma linha editorial também está sendo implementada e espera-se para breve o lançamento do “Manual Técnico de Conservação e Recuperação da Arquitetura da Lagoinha” e do livro **Projeto Lagoinha**.

Do ponto de vista conceitual e teórico, o Projeto foi muito bem-sucedido, recebendo, inclusive, um prêmio internacional. Os seus elaboradores realizaram conferências em seminários sobre urbanismo em muitas cidades do Brasil e até mesmo do exterior, como Quito, Barcelona e Berkeley. Do ponto de vista prático, observamos a concretização de muitas das medidas inicialmente elencadas na pesquisa sobre a Lagoinha. Os desdobramentos do nosso trabalho

nos fazem amplamente recompensadas no nosso esforço: de um lado, constatamos uma nova postura dos órgãos da administração municipal em relação à Lagoinha, corrigindo-se, assim, uma antiga distorção das políticas públicas anteriores; de outro, pudemos ver realizar-se o verdadeiro sentido do trabalho acadêmico, ou seja, a transposição da reflexão teórica e sua viabilização através da prática efetiva de ações concretas e conscientemente sociabilizadas.

Fontes primárias

01. CARNEIRO, Plínio. Conheça a Lagoinha de 35 ou 45 anos atrás e saiba como o progresso estragou com ela. **Estado de Minas**. 1º Caderno. Belo Horizonte, 1º de setembro de 1974.
02. GARCIA, Celso. A Lagoinha não dá mais samba. **Jornal de Casa**. Belo Horizonte, 12 a 18 de agosto de 1990.
03. SERRA, Alberto e INÁCIO, José. Conheça a alma boêmia da Lagoinha, que o progresso vai matando devagar. **Estado de Minas**. 1º Caderno. Belo Horizonte, 23 de junho de 1974.

Obras de referência

01. CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Alternativas contemporâneas para políticas de preservação**. Belo Horizonte: [mimeo], 1993.
02. MACHADO, Heloisa G., PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela L. **Projeto Belo Horizonte: bairros antigos, uma nova realidade – Módulo I: A Lagoinha no contexto urbano da cidade**. (monografia) Belo Horizonte: FIP/PUC•Minas, 1991.
03. MORAES, Fernanda Borges de, PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela L. **Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte: Bairro Lagoinha**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
04. **PBH/Projeto Lagoinha – Relatório de Atividades**. Belo Horizonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, jan./dez. de 1996.

Referências bibliográficas

01. ALMEIDA MAGALHÃES, Beatriz, ANDRADE, Rodrigo F. **Belo Horizonte** – um espaço para a República. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
02. CHAUÍ, Marilena. Política, cultura política e patrimônio histórico. In: CUNHA, Maria Clementina P. (org.). **O direito à memória** – patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
03. DUBY, Georges et al. **História e Nova História**. Lisboa: Editorial Teorema, 1986.
04. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
05. MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
06. MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: CUNHA, Maria Clementina P. (org.). **O direito à memória** – patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
07. PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela L., MACHADO, Heloisa G. A Lagoinha no contexto urbano de Belo Horizonte. **Revista de Urbanismo**. n. 3. Belo Horizonte: FAU/UFMG, 1993.

A VIDA NOS SUBÚRBIOS: MEMÓRIAS DE UMA OUTRA BELO HORIZONTE*

Maria Marta Martins de Araújo
Fundação João Pinheiro

RESUMO

Em 1993, coordenei os trabalhos de pesquisa histórica do Inventário do Patrimônio Cultural realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico de Belo Horizonte. Iniciamos o trabalho através da rua da Bahia e depois partimos para atuar em três frentes: Lagoinha, Floresta e no bairro Primeiro de Maio. As reflexões que apresento neste artigo são frutos dessa experiência no campo mais propriamente dito da preservação e da memória. O texto defende duas posições: as possibilidades oferecidas por uma história de Belo Horizonte a partir da trajetória de seus espaços, particularmente de seus bairros populares, e uma política mais ampla de preservação que trabalhe com esses mesmos universos identitários.

Em 1896, Francisco Bicalho, engenheiro que substituiu Aarão Reis na chefia da Comissão Construtora, em relatório ao governador de Minas, justificava a quantia gasta, até aquele momento, com a construção da nova capital, como o mais inteligente sacrifício do Estado para o desenvolvimento material e elevação intelectual de seus filhos que, segundo ele, ainda não conheciam bem, pelo menos no interior, as exigências da civilização moderna:

A ignorância do que a vida pode ter de confortável, o hábito de contentar-se com pouco, a modéstia de costumes, a resignação e frugalidade de árabe, en-

fim, são contrários ao desenvolvimento da riqueza. A Nova Capital vai forçosamente irradiar benéfica luz por todo o Estado, mostrando que os gozos sociais não se coadunam com a simplicidade patriarcal da vida mineira e, ao despertar louváveis ambições, instigará o trabalho, as indústrias, a lavoura, o comércio, a necessidade de relações de toda a sorte e, em última análise, o desenvolvimento da produção e da riqueza geral. (Minas Gerais-CCNC, 1896, s/p.)

* Esse artigo é uma versão revisada do texto apresentado no simpósio "Belo Horizonte: tempo, espaço e memória", promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte, 23 a 25 de abril de 1997).

Esse trecho de Francisco Bicalho é bastante revelador das funções concretas e simbólicas do empreendimento da Nova Capital. Ela deveria ser, principalmente, um incremento para as atividades industriais e comerciais – para o desenvolvimento da riqueza – e um instrumento pedagógico no sentido de incutir novos hábitos urbanos. Essa percepção dos idealizadores de Belo Horizonte, políticos e técnicos, já vem sendo trabalhada pelos historiadores há bastante tempo. Todavia, gostaria de desenvolver um ponto que emerge da fala de Francisco Bicalho: a visão de que a cidade era, sobretudo, uma *promessa*, algo capaz de “despertar louváveis ambições” e sonhos de riqueza nos que aqui chegassem.

Todo esse preâmbulo foi para introduzir um tema, que não é novo, mas que merece ser melhor investigado pelos pesquisadores de Belo Horizonte: uma história da cidade a partir da ótica daqueles que não vieram para cá transferidos, como os funcionários públicos de Ouro Preto, mas com sonhos de ascensão social, seduzidos pela utopia da cidade moderna, tão bem descrita pelo nosso engenheiro chefe.

Entretanto, é preciso delimitar ainda mais esses sujeitos. Na verdade, o interesse recai sobre os que vieram para a cidade e se instalaram nos subúrbios da Nova Capital. Alguns com condi-

ções de adquirir propriedade, outros apenas com o saber de um ofício.

“Os ares da cidade libertam!” Esse velho aforismo, criado pelos camponeses da Alemanha pré-moderna, poderia ser retomado para falar dos anseios desses migrantes do início do século que aportaram na Nova Capital. Assim como naqueles tempos, a cidade, a capital moderna, pretendia materializar uma nova era em oposição aos vínculos fechados e rígidos, nesse caso, de um passado escravista e colonial. Do mesmo modo que para aqueles mesmos camponeses alemães:

Quebrar tais vínculos e alcançar a cidade, entendida como espaço libertador e promessa de salvação, era uma aspiração radical. Nela estariam contidas uma ambicionada autonomia individual e a livre afirmação pessoal. Por ela se garantia e dava forma ao desejo de se tornar outro. Antecipava-se o tempo, mudava-se de lugar, enfim, construía-se uma nova identidade. (Fortuna, 1997, p. 127)

Segundo o Padre Martins, Aarão Reis, o primeiro engenheiro chefe da Comissão Construtora, não queria na Nova Capital nenhum dos habitantes do antigo povoado de Belo Horizonte. Era preciso construir uma outra cidade, sem os males e vícios de uma cultura formada por hábitos simples e pouco civilizados. Pode-se dizer que começou aí toda uma série de restrições à ocu-

pação dos espaços da cidade. As primeiras décadas de Belo Horizonte são bastante ricas no que se refere às tentativas de ordenamento. Os interditos tornaram-se cada vez mais explícitos nas normas e nas leis, expressas em seu código de posturas, e assumiram muitas vezes um caráter bastante repressivo, sobretudo através da atuação policial.

A cidade aberta à livre afirmação dos indivíduos não tinha espaço para os “aventureiros”, para os que nada possuíam e que, portanto, nada tinham a perder. Através da leitura dos documentos da Comissão Construtora e da análise do plano original de Belo Horizonte, fica evidente que estavam excluídos desse projeto os pobres em geral. “Os operários estrangeiros que trabalharam na construção da cidade, terminadas as obras, recebiam das autoridades policiais passes para saírem da cidade”. (Araújo, 1988)

Diversos estudos demonstram que a evolução histórica e o processo de ocupação de Belo Horizonte contrariaram em diversos aspectos o plano original concebido pela Comissão Construtora da Nova Capital (Ver: Le Ven, 1977; Guimarães, 1991 e Julião, 1992). Seu traçado geométrico, de tamanho prefixado, ordenado e funcional, não previu, dentre outras coisas, espaços e moradias para operários. Em de-

corrência disso, a cidade passou a conviver, desde os seus primeiros anos, com favelas, loteamentos clandestinos e habitações improvisadas. Com uma população bem superior à da zona urbana, a periferia foi crescendo e acumulando problemas de infraestrutura.

Dada a exiguidade do prazo para a sua construção, quatro anos, parte deles gastos em estudos e levantamentos, Belo Horizonte foi inaugurada, em 1897, de forma precária, com obras inacabadas e serviços a serem contratados. Destacavam-se na paisagem algumas construções de maior porte, edifícios públicos e residências, e o traçado das ruas ainda sem pavimentação. As largas ruas e avenidas, nos moldes dos cânones europeus, vistas em perspectiva, impressionaram os primeiros visitantes da Nova Capital.

Segundo Walter Benjamin:

O ideal urbanístico de Haussmann eram as visões em perspectiva através de longas séries de ruas. Isso corresponde à tendência que sempre de novo se pode observar no século XIX, no sentido de enobrecer necessidades técnicas fazendo delas objetivos artísticos. As instituições da dominação laica deveriam encontrar a sua apoteose no traçado das avenidas: antes de serem inauguradas eram recobertas por uma lona e depois descobertas como monumentos. (Benjamin, 1985, p. 41)

A Belo Horizonte de seus idealizadores é plena de elementos

oníricos nos quais a técnica e a arte se harmonizam, mas não sobrevivem ao despertar amargo da realidade. Com um ritmo bastante acelerado de crescimento, a cidade surpreendeu a todos, principalmente a seus planejadores e administradores. A cada dez anos, era quase uma nova cidade que surgia, acumulando ainda mais o déficit de serviços básicos.

Na imprensa, as reclamações dos moradores de bairros que começavam a se tornar populosos, como Floresta, Lagoinha e Calafate, eram constantes e colocavam a nu um quadro amplo de carências: falta de água, de esgotos, de energia elétrica, de transporte coletivo e de pavimentação das ruas.

A falta de saneamento básico nos subúrbios era apontada pelos jornalistas da época como a pior ameaça à cidade higiênica e salubre. Não são poucas as referências às águas estagnadas e aos odores que exalavam das ruas.

O Barro Preto, bairro de perfil operário desde o início da ocupação da cidade, era um dos mais deficientes em termos de infraestrutura urbana. Para se ter uma idéia da precariedade das condições sanitárias do bairro, até 1909 ele foi responsável pela maior taxa de mortalidade infantil da cidade, em decorrência da gastroenterite, causada pelo uso de águas infectadas do ribeirão Arrudas.

Em suas reivindicações, os moradores não queriam nada mais do que lhes era prometido pela Nova Capital: “O conforto e demais exigências da civilização moderna”. Organizados através de associações, os moradores chegavam a condicionar o pagamento do imposto predial ao fornecimento desses serviços, principalmente à ligação de água. Diante de um poder público injusto e ineficiente, pois taxava a população de forma indiscriminada, sem distinguir os bairros servidos pelos equipamentos coletivos daqueles completamente desprovidos de infraestrutura, foram-se criando grupos e fortalecendo-se identidades. A vivência comum dos problemas levava os moradores a serem mais solidários, tornando mais fortes os laços de vizinhança e de amizade.

Historiadores como George Rudé, Edward Thompson e outros, que se dedicaram ao estudo do protesto popular, detectaram a presença, em diversos movimentos, de uma espécie de “noção legitimadora do direito”, ou seja, de um arsenal simbólico capaz de levar à revolta e à indignação quando direitos básicos e tradicionalmente aceitos não são respeitados (ver Pamplona, 1996). No caso de Belo Horizonte, a utopia da cidade moderna funcionava também como um recurso ideológico à disposição dos que se sentiam excluídos.

Sob a ótica do embate entre população e poder público, podemos ir contando a história desses e de outros bairros que foram surgindo em Belo Horizonte. Entretanto, o que aparece como o mesmo desdobra-se em mil possibilidades. As trajetórias são diferentes e cada lugar tem a sua própria história. A Lagoinha e a Floresta estavam ali uma do lado da outra; e como eram diferentes e como ainda são diferentes! Elas são o resultado de um universo de práticas partilhadas e da intervenção de uma série de elementos: profissionais, culturais, religiosos, originários dos diversos grupos que as compõem.

As pesquisas sobre a história do bairro da Lagoinha mostram a convivência de diversas facetas, a Lagoinha da vida boêmia, das famílias católicas e frequentadoras da Igreja Nossa Senhora da Conceição, dos ambulantes e prestadores de serviços, das lojas de móveis antigos.

Nos primeiros anos da Capital, uma parte da Floresta, ocupada por belas chácaras, fazia com que o bairro fosse considerado o mais pitoresco e salubre de Belo Horizonte, passeio obrigatório para os visitantes e namorados, pois permitia uma visão panorâmica das largas avenidas e dos edifícios mais importantes. Uma outra, mais densamente ocupada, permitia a con-

vivência entre operários e pessoas de maior posse, reproduzindo em seu microcosmo a vida de uma pequena cidade do interior.

Na verdade, não se pode esquecer que Belo Horizonte foi construída por imigrantes, muitos deles vindos do interior das Minas Gerais, de lugares não muito diferentes do velho arraial do Belo Horizonte. Assim, a Nova Capital foi se transformando, estranhamente, numa cidade moderna, de gente moderna, mas de costumes provincianos.

Nas suas viagens à cidade, ainda nos anos 40, a escritora Rachel Jardim intrigava-se: como uma cidade de “mentalidade totalmente provinciana” dava ao mundo tantos escritores modernistas?

Andando pelas ruas, pela Praça da Liberdade, Avenida Afonso Pena, eu entendia porquê. Havia uma coisa no ar (...) uma civilização interior, vinda não sei de onde, de ancestrais remotos. Porque, se a cidade era nova, o povo tinha vindo de longe, de outras cidades, de muitas gerações. (Jardim, 1985, p. 62-63)

Em 1960, mais da metade dos moradores da cidade não era nascida em Belo Horizonte; dessas pessoas, 67% vinham das áreas rurais do estado (Plambel, 1974). A mescla resultante de todo esse movimento deu à cidade e aos seus bairros contornos diferentes e inusitados.

As revistas ilustradas que

pontearam as primeiras décadas da cidade exibiam, orgulhosas, “flagrantes” e “instantâneos” dos transeuntes, a passo acelerado, nas ruas do centro. Em muitas dessas imagens visualiza-se uma gente aflita, principalmente na rua da Bahia com avenida Afonso Pena, correndo para não perder o bonde ou para não ser atropelada pelos poucos automóveis de Belo Horizonte (Dentre outras: **A Vida Mineira, Revista de Minas, Vita, Vida de Minas e Tank**). Nos subúrbios a vida era outra, o tempo corria a passos mais lentos. O nosso contato com essas outras imagens só é possível, na maioria das vezes, através das recordações de seus antigos moradores, dos álbuns de família, de reminiscências nas quais se confundem diferentes cidades.

Pouco sabemos sobre os bairros de Belo Horizonte, mesmo aqueles que são tradicionais e que surgiram ainda nos primeiros anos da cidade, o próprio Barro Preto, o Calafate e outros. Às vezes, parece-me que vemos a história de Belo Horizonte, sentados em algum café ou confeitaria da rua da Bahia, numa espécie de saudosismo literário do que a cidade já foi e que já não é mais. Eu talvez seja a pessoa menos indicada para fazer uma crítica como essa, pois afinal desenvolvi todo um trabalho de inventário da história da rua da Bahia.

Contudo, e não digo isso de forma contraditória, a história de Belo Horizonte é também, e em muitos aspectos, a história dessa rua que exerceu no passado uma função clara de centralidade, sobretudo simbólica, atraindo para si as fantasias e anseios de diferentes gerações.

De uma certa forma, a redução de nossa escala de observação é sempre uma experiência reveladora de novos ângulos, de elementos que antes não pareciam importar. Entretanto, continuamos trabalhando sem desviar totalmente o nosso foco, falando talvez dos mesmos lugares de sempre. Pergunto-me: será que não estamos reproduzindo uma mesma história em função dos registros que temos em mão?

O modo como os indivíduos se relacionam com os lugares históricos e monumentos da cidade nos diz muito sobre o sentido que esses mesmos indivíduos dão ao seu próprio lugar no mundo contemporâneo.

Oposta às categorias de “real” ou de “racional”, a percepção imaginativa ou fantasiosa do passado não alcançou nunca o estatuto ontologicamente mais autêntico que atribuímos ao “presente”, no qual somos convidados a viver ou do “futuro”, no qual somos aconselhados a ter fé. Marginalizados, o passado e a memória tornaram-se um risco. Por isso, pensar o passado é um risco. Recordar transporta-nos para outro tempo e, desse modo, para outro lugar. É nisto que reside o perigo da memória. Se o tempo é um lugar, o passado é uma ter-

ra distante e o nosso receio, uma fuga ao confronto com o outro. Esta, por sua vez, uma fuga ao encontro conosco próprios. (Fortuna, 1997, p. 139)

A memória é, portanto, a matéria-prima das identidades, da construção dos sujeitos. Mediadoras entre a estrutura social e a ação dos sujeitos, as identidades são construídas e reconstruídas em um processo dinâmico no qual se inter-relacionam espaço e tempo.

O espaço, da mesma forma que agrega e une as pessoas, é fator de distinção, impondo diferenças e qualificando os sujeitos. Entretanto, de forma relacional e interativa, os sujeitos, no seu cotidiano, alteram e manipulam os sentidos e significados dos lugares, criando estruturas afetivas, cognitivas e individuais. Cada espaço da cidade, uma edificação, uma rua ou um bairro é, sobretudo, um mundo especial e pleno de sensações, cuja identidade, assim como a identidade dos sujeitos, é uma construção histórica realizada a partir da experiência cotidiana.

Privilegiar certos lugares, enquanto “lugares de uma memória autorizada”, significa também distinguir experiências, marcar diferenças sociais, definir o que importa e o que é residual. Apesar de termos ampliado os limites da história da cidade para fora da avenida do Contorno, muita coisa ainda está de fo-

ra. Uma exclusão que também se faz presente nas discussões em torno do que é a memória dessa cidade.

A partir do que foi exposto, é preciso desenvolver uma política de valorização dos espaços da cidade, procurando flexibilizar os critérios utilizados para determinar o que é esteticamente valioso e historicamente significativo, sobretudo levando em conta os interesses de grupos que são social, política e culturalmente diversos.

Quando em 1993 discutíamos, na Prefeitura de Belo Horizonte, uma proposta de inventário para a cidade, acreditávamos que as iniciativas de preservação deveriam contemplar a própria dinâmica de uma cidade planejada e de passado ainda recente. O inventário foi definido enquanto um trabalho sistemático de identificação, documentação, proteção e divulgação de informações referentes ao patrimônio cultural de Belo Horizonte. Tendo como recorte os bairros da cidade e partindo de uma noção ampliada de patrimônio, pretendia-se inventariar não apenas os bens culturais que se restringissem ao patrimônio edificado, mas também as fontes e informações que possibilitassem a compreensão dos modos de organização do espaço urbano, as diversidades de sua formação e evolução e as expressões culturais que lhe são constitutivas.

A idéia era criar um núcleo de pesquisa e de documentação. Além da pesquisa em arquivos e instituições, seria realizado um trabalho nos próprios bairros à procura de arquivos que, apesar de não estarem organizados, seriam essenciais, como arquivos de igrejas, associações, sedes de jornais de bairros e outros.

O inventário também tinha por objetivo a produção de fontes para a história dos bairros, principalmente através de registros fotográficos e da coleta de testemunhos orais.

A proposta era trabalhar não só com bairros antigos, mas também com bairros de ocupação recente, como o Primeiro de Maio. Tratava-se realmente de um desafio. Um levantamento inicial demonstrou que tínhamos poucas informações sobre o bairro Primeiro de Maio e que as fontes orais seriam fundamentais. Uma outra questão: como trabalhar a noção de patrimônio de forma a identificar, em um bair-

ro de urbanização precária e de baixo padrão construtivo, as marcas materiais de seu passado e de sua cultura?

Esse era um aspecto importante, pois as coisas materiais desempenham um papel de enorme relevância. Através dos elementos físicos, os indivíduos e grupos sociais identificam os fenômenos, suas relações e suas instituições. Com um olhar mais atento e através dos depoimentos dos moradores, foi possível identificar esses elementos, que tinham por função estreitar os laços sociais e eram referências para a comunidade: passagens, pontos de encontro, etc.

A principal conclusão à qual chego é a de que esse é um trabalho importante e possível de ser realizado, todavia necessita de um envolvimento maior dos diversos órgãos da administração pública e dos setores sociais em torno de uma metodologia e de objetivos comuns.

Nos últimos anos, uma história dos bairros de Belo Horizonte tem sido escrita de forma dispersa e improvisada. O interesse nesse tipo de história, ou nessa busca de identidade, tem levado as associações de bairro, escolas e demais entidades a produzirem um material bastante rico em termos de fotos, textos e entrevistas. Sob a coordenação do poder público, principalmente a partir das escolas, poderia ser realizado um trabalho mais sistemático de produção de registros.

Paralelamente ao centenário da cidade, vivemos um momento de maior interesse na memória e produção de histórias locais. Todo esse processo tem uma conotação política clara: trata-se da busca permanente e criadora das identidades e, nesse campo, nada é desprezível se está em consonância com os anseios sociais.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, M. Marta M. **Vivências e conflitos: a organização policial em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1988. (mimeo).
- BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 2v.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.) **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.
- DIAS, Francisco Martins. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Typ. do Belo Horizonte, 1897.
- FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades. Narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p.127-141, fev. 1997.
- GUIMARÃES, Berenice M. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991 (Tese, Doutorado em Sociologia).
- JARDIM, Raquel. **Os anos 40**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- JULIÃO, Leticia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1992. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política)
- LE VEM, Michael Marie. **As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1977. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política)
- MINAS GERAIS-CCNC. Relatório. Belo Horizonte, 1896.
- MONTÉ-MÓR, Roberto Luís de M. (coord.) **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-PBH, 1994.
- PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215-238, 1996.
- PLAMBEL. O desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Belo Horizonte – v. 1. Belo Horizonte, 1974.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês. **Reivindicações urbanas em Belo Horizonte e a política**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1991. (Tese, Livre-Docência em Sociologia)
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A RAZÃO MOLDANDO O CIDADÃO: ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA HIGIENISTA E ESPAÇO URBANO DISCIPLINAR – BELO HORIZONTE – 1907-1908

Rita de Cássia Chagas Henriques
Especialista em História Moderna e do Brasil

RESUMO

Este artigo pretende desvendar o discurso higienista veiculado por um jornal na recém-fundada Belo Horizonte do início do século, situando dialeticamente discurso e palco como fundamento e reflexo da ordem republicana em Minas.

A construção da república em Minas constou, como sabemos, da estruturação de um arcabouço político-econômico e da modelação de um tipo de cidadania que se adequasse tanto às exigências da

nova ordem econômica quanto às premissas do Estado. A estrutura político-econômica se firmou no pacto que congregou chefes locais em torno do sólido Partido Republicano Mineiro – o PRM – cuja adesão à política dos governadores assegurava a continuidade da atenção aos interesses políticos e econômicos a partir do fortalecimento da bancada mineira na câmara federal. Num modelo inovador que se mostrava avesso às mazelas monárquicas, as bases eleitorais eram cooptadas para o projeto com tal peso de continuidade através de dois mecanismos: uma rede clientelística, fundada nos laços de família, que acabou por constituir o estamento burocrático mineiro e um discurso oficial, fundado no positivismo, consoante com a nova ordem, que mostrava como naturais as diferenças entre os homens de 1ª e 2ª classe, e a dominação dos

primeiros sobre os demais. Nesse contexto, o ideário liberal-burguês foi sendo difundido e infundido nas classes subalternas mineiras: com uma fachada universal, modernizadora, que velava as estruturas de dominação nele implícitas.

Na passagem do século, a política higienista, matriz ideológica dessas práticas e discursos, adequava-se ao projeto político-econômico-social subjacente à consolidação da república em seus desdobramentos regionais e municipais. Em Minas, a recém-instalada capital exibiu um planejamento urbanístico e arquitetônico digno de novos tempos, eficiente no sepultamento de um *insalubre* arraial e, por isso, merecedor de uma população sintonizada com sua realidade.

É a consonância do disciplinador higienismo com as demandas da modernidade belo-horizontina que vamos aqui desvendar, em três de suas nuances que nos parecem mais reveladoras: o combate à vadiagem, a defesa firme da moral familiar e o gosto pelo cientificismo.

Os subsídios que nos permitiram apreender o estrito elo entre a necessária moralização da população belo-horizontina do início do século e o discurso higienista foram fornecidos pelos artigos do jornal **Diário de Notícias**, que circulou em Belo Horizonte a partir de 21/02/1907; ti-

nha oficina e redação à Avenida Liberdade n. 205, telefone 148. A última publicação do **Diário** compilada no Arquivo Público Mineiro é a de n. 489, de 31/10/1908, o que impõe o recorte cronológico deste trabalho entre as datas citadas. A política higienista em Belo Horizonte certamente extrapola esse período. cremos, entretanto, que a amostragem desses dois anos pode ser significativa e elucidativa para o tema que nos propomos desenvolver.

Voltemos então ao palco e à cena principal.

Migrantes e imigrantes que afluíram à capital mineira, como mão-de-obra para sua construção e posteriormente suas indústrias e colônias agrícolas, encontraram um espírito arraigado aos ideais positivistas e cristãos, de forte apelo moralizante. No início do século, moralizar significava *sanear*, redefinir valores e modelos de comportamento; sintonizar-se com a vida do século XX.

Adequar-se era trabalhar pela mudança da pátria. “... Educação e razões do Estado (= da nação) vão, pois, se complementar.” (Melo, 1990, p. 145). A elite política soube dosar os princípios da razão com o pragmatismo científico e as demandas específicas mineiras. Herança da economia mineradora: a efervescência cultural, sabiamente moldada para

ecoar as pregações de ordenamento social, prosperidade, estabilidade política através de um Estado eficiente, capaz até de construir uma cidade daquele porte. Uma modernidade impregnada de conservadorismo – construções neoclássicas e currais eleitorais.

Muitos foram os mecanismos utilizados pelas classes dominantes para divulgação de seus projetos de dominação expressos como o saneamento necessário às mudanças que não se faziam esperar. O jornal, um dos mais eficazes. Implicitamente veículo de informação, algo que deve circular, ser divulgado e discutido. Na época em questão o único elo de ligação entre o governo e os cidadãos (assim entendidos porque o jornal se destina em primeira instância àquele que lê – e quem lê vota). O **Diário de Notícias** cumpria diariamente o seu papel de informador-modelador. Subjacente a cada matéria, podemos vislumbrar um toque moralizante, às vezes explícito, outras vezes sutil, mas sempre dentro da perspectiva higienista de sanear o social.

De acordo com o ideal higienista, a mendicância foi alvo constante do discurso do **Diário**. Indignava-se com a inércia da prefeitura para *limpar a cidade* da infestação de mendigos que caracterizavam o provincianismo e os ares de modernidade be-

lo-horizontinos. Insistia-se para que um asilo (certamente na mais longínqua periferia) fosse construído para abrigar os coitados, vítimas da má sorte. Esse apelo fortemente cristão abalava os brios da prefeitura citando o exemplo de outras cidades, cujos Executivos já tinham resolvido tais problemas. São Paulo é citada com frequência, e a alternativa apontada é sempre o asilo, o confinamento das vistas dos citadinos.

BH não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos (...) Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, (...) proibindo terminantemente a mendicância nas ruas." (DN, Ano I, n. 137, 01/08/1907 – 1ª pág.).

Percebemos um grande sentimento de temor nessas falas, e podemos avaliá-lo como a perplexidade dos homens diante da nova realidade das multidões urbanas, aglomerações que se movem sem parar e que já não podem parar, pois é o ritmo na sociedade industrial. Se são caminhos para o progresso, trazem consigo uma revelação perturbadora: seus problemas são potenciais, e não se conciliam com a sociedade idílica projetada. Mais que isso, são problemas que suscitam revoltas. A sujeira, a mendicância, a doença são o avesso das promessas de bem-estar. Do-

lorosas aos olhos de todos (muitas vezes repelentes), acusam a ineficiência dos condutores da sociedade. São, portanto, seu alvo principal, de vigilância e de avaliação.

"... A cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção." (Bresciani, 1985, p. 36).

As medidas apontadas como solução de problemas tão iminentes casam perfeitamente com o espírito positivista da física social de Augusto Comte. As distorções sociais são explicadas pela rigidez das leis naturais que regem a sociedade. Ao Estado cabe zelar pela harmonização desses conflitos e distorções. Nada mais a fazer senão resguardar o corpo social, confinar os mendigos e isolar os doentes, medidas que transparecem como humanitárias.

Por outro lado, um sério problema social deveria ser eliminado, ao qual medidas paliativas não seriam satisfatoriamente eficientes e que se configurava como principal fator de desvirtuamento da ordem social. Vadios, boêmios não eram vistos como homens que estão fora do trabalho, mas como aqueles que "(...) vagam recusando-se a trabalhar (...) se mantêm através de expe-

dientes pouco confessáveis." Igualmente temidos, os vadios e boêmios, mais que "desajustados" da república do trabalho, são exemplos de vida desregrada e impulsiva, merecedores portanto de coerção.

(...) Bom concurso trariam a acção restauradora das nossas forças productoras em boa hora empreendida pelos poderes públicos, os senhores da polícia si conseguissem a completa extinção da vadiagem em a nossa terra. Mesmo na Capital é contristador o espetáculo que presenciamos: as tavernas vivem locupletadas de parasitas que tantos serviços podiam prestar (...) e não seriam esse cancro social que todos nós devemos temer. Guerra, pois, aos vadios (...) (DN, Ano I, n. 3, 23/02/1907, 1ª pág.)

O alvo é a vadiagem em si, aquela que se origina na pobreza, na recusa ao trabalho assalariado. É a pobreza, em si, perniciososa. Desconsiderando que as contradições da sociedade urbano-industrial têm efeitos sobre todas as camadas sociais, o jornal impinge ao pobre a culpa da rebeldia, do mau exemplo.

(...) Ao vadio, a cadeia ou meios efetivos de pressão para transformá-lo em trabalhador assalariado, mão-de-obra, força de trabalho. Por via das dúvidas se se educar esse homem pobre será mais fácil prepará-lo e subjugar-lo pela palavra. (Melo, 1990, p. 12)

É então a educação que entra em cena e se faz presente em vários artigos que, muitas vezes, "despretensiosamente" divulgam realizações e acontecimen-

tos sociais em escolas públicas, enfocando os serviços prestados pela instituição escolar. Pano de fundo: o Estado efetuando medidas de cunho social. É bem divulgada também a iniciativa da Igreja em inaugurar a 19/10/1907 uma Escola Noturna de Instrução Primária, viabilizada pela Associação de Assistência à Pobreza da Paróquia Boa Viagem, destinada a pequenos operários e colonos.

Os poderes públicos, zelando dos desenvolvimentos físicos e intelectuais da infância, não visam exclusivamente as individualidades de seus compatriotas, mas também a formação de uma sociedade resistente e de espírito bem formado para a glória do paiz. (DN, Ano I, n. 72, 16/05/1907, pág. 2)

A escola, a modeladora dos futuros homens que fariam “a glória do paiz”, via ordem e progresso. Uma sociedade resistente equivale a um corpo são, impenetrável para os males externos ou suficientemente forte para combater os males internos. O poder público, o zelador, o condutor; seus agentes, os médicos e educadores, detentores de um saber científico que lhes permitia atuar para sanear corpos e mentes. Mais que a afirmativa de que o corpo era passível de educação tanto quanto a mente (o que nos remete a Foucault e sua “docilidade dos corpos”) a educação é alternativa que viabiliza a adequação do homem à nova

ordem social. Aquele que aprende quando menino não vai para a cadeia quando adulto.

A escola forma mente, corpo e caráter. Os grêmios literários serviam perfeitamente para a divulgação do ideal de comportamento que se esperava das crianças e das mulheres em particular. A estas cabiam não só a submissão natural, como também a missão de reproduzir, por comportamentos e ações, os valores implícitos nessa submissão, que é fundamental no pensamento social positivista. Seriam as mulheres o exemplo de resignação benéfica diante das leis naturais que lhes atribuíam estatuto de inferioridade. O mesmo deveriam fazer os demais segmentos inferiores.

*(...) Grêmio Aurélio Pires. No salão da Escola Normal-Modelo (...) efectuou-se domingo passado mais uma sessão desta graciosa e promissora sociedade literária (...) foi dada a palavra a talentosa senhorita Gabriella Varella (...) leu algumas tiras sobre o thema **A modéstia**, revelando grande pendor para as letras. (DN, Ano I, n. 120, 12/07/1907, 1ª pág.)*

Ser modesto é não se dar conta do próprio potencial, e assumir que não pode, não sabe, não deve. Impunham-se à mulher modelos que a configuravam como ser híbrido, não pensante, cujo principal papel seria a reprodução dos homens e dos valores inerentes à ordem social. Não só em casa as mulheres

aprendiam essa sublime tarefa, também na escola exercitavam-na: “(...) O uniforme ensina a moça a vestir-se com decência e singeleza (...)”. (DN, Ano I, n. 116, 07/07/1907, pág. 2)

Instrutor, o jornal também censurava os desvios e os maus caminhos que distanciavam as mulheres de sua missão sagrada. Aqui também não lhes aponta uma opção de “recuperação”, trata-as como causadoras de sua própria desgraça. Obviamente, podemos encontrá-las nas camadas mais pobres, entre aqueles que não freqüentam escola, não aprendem pelos jornais.

(...) Tenho-as visto pintadas. Carmim nos lábios, carmim nos olhos, carmim nos queixos, carmim nas orelhas, carmim (...) etc. etc. E estas também serão esposas, estas também serão mães! (...) Senhoritas, as moças que se pintam são censuradas miseravelmente pelos homens de todas as idades. E muito mais poderia escrever, mas não quero fazê-las corar. (DN, Ano I, n. 3, 23/02/1907, 1ª pág.)

Mais que condenadas, são apontadas como exemplo em negativo para as moças de família. As prostitutas são meras notícias policiais, não se tece nenhum comentário sobre as causas socioeconômicas da prostituição. Nem se clama por medidas para melhorar sua condição de vida e trabalho. A prostituição é vigiada e só emerge como ocorrência policial, diante de fatos que podem ser explorados pelo jornal.

O fim da devassidão moral era invariavelmente a morte.

(...) Dois suicídios! Um era espírito cultivado, outra, pobre moça que o bordel absorveu nas suas tances hiantes, conspurcando-lhe o corpo e a alma (...) o cirurgião que acabou com a vida não resistiu às seduições do jogo (...) E o jogo continuará sempre indiferente às vítimas que faz, indiferente às desgraças que ocasiona (...) o prostíbulo é a morte. (DN, Ano I, n. 51, 21/04/1907, 1ª pág.)

Cabarés, bares, bordéis e salões de jogos são os temíveis ambientes corruptores de corpos e almas. Admitia-se uma sociabilidade amável, não um mundanismo sem freio. Havia que conciliar privacidade com sociabilidade, de modo a responder aos interesses da família e do Estado. O discurso higienista é o norteador das experiências pessoais com o mundo, é o saber científico capaz de orientar quanto à realidade maniqueísta que circunda a família, é o que aponta seus meios de defesa e o perigo virtual que a cerca.

(...) Ora se todo mundo comprhendesse o encanto da paz doméstica: o melhor livro da moral para os filhos, nenhum casal brigaria (...) Chegar a gente em casa, após o trabalho quotidiano, encontrar satisfeita a esposa e risonhos os filhinhos, que grande delícia (...) (DN, Ano I, n. 268, 09/01/1908, 1ª pág.)

Um padrão de comportamento também era indicado para a família, e foi assim resumido:

(...) Mal nos despertamos e após os cuidados da toilette, o almoço, etc., a primeira cogitação é a missa, depois do que, portas abertas aos passeios, ao gozo. (DN, Ano I, n. 266, 07/01/1908, 1ª pág.)

Vida esta que não mais comportaria valores e crenças não fundamentados na ciência, na razão. Os costumes populares são ferrenhamente apontados como infundados, nefastos; são alvo de críticas ferozes que apontam “milagre” e “santo” sob adjetivos pejorativos. Obviamente clama-se pela ação policial, advertindo-se para as sombrias conseqüências que eventualmente surgiriam, diante da ineficiência da polícia. A ciência popular inexistente, é charlatanice, seus agentes uma versão da vaidagem e da má fé.

*(...) Feiticeiro (...) No lugar denominado Fortaleza, Município de Campos Gerais (...) Tipo acabocladado tem causado alarma à população (...) Este tipo é de uma ignorância crassa e com taes práticas só poderá prejudicar ... chamamos para o caso a atenção do Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia (...) só falta o **santo** fazer prédicas religiosas para se parecer com o famigerado conselheiro. (Do Alfenas) (DN, Ano I, n. 64, 07/05/1907, pág. 2)*

Contraposto às crendices ingênuas, infundadas, frutos da ignorância, o discurso oficial oferece informações pormenorizadas sobre as maravilhas de feitos científicos – quase sempre médicos – que sintonizam o Brasil com a modernidade e solidificam a legitimidade do cunho

científico embutido na própria organização estadual. Assim, convence-se a população de que a ciência é eficaz, prática, opera pelo bem e é portanto digna de confiança e inquestionável.

A fundação da Escola Livre de Odontologia foi ótima oportunidade para divulgar a valorização do saber profissional, científico. O aspecto da profissionalização é também importante faceta do discurso modernizador, já que vai ao encontro do ideal de normatização social para melhor controle deste pelo Estado.

(...) A arte dentária (...) é exercida por prácticos nem sempre possuindo os conhecimentos precisos para desempenhar-se bem. A Escola Livre agora oficialmente inaugurada vae preparar hábeis cirurgiões dentistas (...) afastando os ignorantes (...) em benefício da saúde pública. (DN, Ano I, n. 141, 06/08/1907, 1ª pág.)

Os próprios termos científicos eram divulgados nas notícias de feitos médicos, como maneira de reforçar o valor do profissional que os executa.

(...) praticou o Dr. Magalhães Junior uma hysterectomy sub total por via abdominal em consequência de um fibro myoma interno. DN, Ano I, n. 130, 25/07/1907, 1ª pág.)

Ao contrário, os remédios científicos eram divulgados com depoimentos de beneficiários de seus efeitos, portanto em linguagem coloquial. Várias cartas chegaram ao Diário para parabenizar e agradecer ao Dr. Motta Ju-

nior pelo seu milagroso Dochmicida e pó ferruginoso, que curavam:

(...) opilação, azia, dor nas pernas, zoeira nos ouvidos, falta de appetite, dores de cabeça, nervosias, palpitações, menstruações difíceis e flores brancas. (DN, Ano I, n. 164, 06/09/1907, pág. 2)

Eram os benefícios da ciência alcançando as pessoas mais simples.

Os problemas de saúde pública eram cobrados pelo jornal, como maneira de reforçar a importância do caráter público da questão. Se a ciência contribuía com os profissionais e as soluções, cabiam ao Estado ações que viabilizassem seu emprego diante de necessidades que se referiam à população como um todo. Mais que as medidas de cunho social, tratava-se de canalizar para o Estado a responsabilidade dessas questões, mostrando ao povo que tamanha relevância só o Estado poderia resolver.

Grave problema da época, a expansão do número de casos de varíola nas vizinhanças da capital era alvo de denúncia e alerta, para a urgência de providências que a situação exigia. Sabará, Nova Lima, Pedro Leopoldo são citadas como focos da epidemia. Aparece em pequenos artigos, na 2ª página, o número de casos registrados em cada localidade. Pede-se a nomeação de delegados de “hygiene e vacinação”, até que se anuncia:

(...) o provecto Dr. Cícero Ferreira, encarregado pelo governo do Estado de estabelecer um cordão sanitário em pontos injectados pela varíola, medida útil e humanitária. (DN, Ano I, n. 87, 02/06/1907, 1ª pág.)

Um certo artigo conseguiu resumir todo o ideal higienista do discurso oficial:

(...) A hygiene pública é sempre a garantia da paz e felicidade de um povo, todos os males e desgraças vêm, é certo, de seu abandono. (DN, Ano I, n. 289, 04/02/1908, 1ª pág.)

Plena de contradições, a República em Minas foi sendo imposta em nome da modernidade. Inimiga histórica do centralismo monárquico e aspirando a uma democracia liberal, a elite política mineira restringiu a participação política a seus fiéis representantes, que se alocavam como clientes em todas as esferas de poder. A um Estado forte, construído segundo necessidades autenticamente mineiras, deveria corresponder uma população igualmente limpa dos costumes de outros tempos. A cooptação popular se deu por um discurso que apresentava o Estado como força eficiente e capaz de promover melhorias em todas as instâncias da vida em coletividade. O maior exemplo: a construção de Belo Horizonte, cientificamente projetada, urbanizada segundo os melhores moldes estrangeiros, sem dúvida a versão arquitetônica da mo-

dernidade erguida no centro de Minas. A cidade exigia um novo modo de vida, tanto quanto a República o trabalho assalariado, a nova concepção de família, de lazer, de sociabilidade. Foi no jornal que a política higienista encontrou seu maior veículo. Sua periodicidade garantia a continuidade indefinida do discurso e o seu disfarce em matérias cujo cunho não era, necessariamente, político. Através dele o povo foi sendo instruído para as novas exigências sociais, e aprendendo que só a educação o faria ascender como cidadão, semelhante à idílica sociedade européia.

Muitas são as formas de se construir um ideário e difundir-lo entre uma população, com mecanismos tão eficazes que esta passe a assumi-lo como seu. Assim como a passagem para o século XX, o limiar do século XXI é evidência de como acontecimentos históricos (de comemoração, no nosso caso) podem oferecer vertentes para um discurso de mudança, enquanto disfarçam as tramas de uma continuidade latente. E de como uma estrutura de dominação, reformulada oportunamente, garante sua permanência enquanto tal, pouco mudando o discurso. Nossa centenária BH, palco do Fórum das Américas (!) está aí para prová-lo.

Referências bibliográficas

01. BRESCIANI, Maria Stella M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano – as cidades do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH – Marco Zero, 1985, V. 5, n. 8/9, p. 36-40.
02. CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. Série Repensando a História.
03. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
04. CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
05. FARIA FILHO, Luciano Mendes. A república do trabalho: a formação do trabalhador cidadão em Minas Gerais no alvorecer do século XX. In: **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, n. 10, p. 79-91, nov. 89.
06. MELO, Ciro Flávio Castro B. de. **Pois tudo é assim: ... Educação política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907)**. Belo Horizonte: UFMG, 1990 (mimeo)
07. MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. São Paulo: Cortez, 1989.
08. REZENDE, Maria Eugênia L. **Formação da estrutura de denominação em Minas Gerais – o novo PRN (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982.
09. TINHA QUE SER MINAS? Ensaio de política mineira. Belo Horizonte: Museu Mineiro, 1986.

BELO HORIZONTE – CORAÇÃO DAS MINAS E DAS GERAIS

Lucília de Almeida Neves
Historiadora – PUC•Minas

RESUMO

O artigo refere-se aos aspectos históricos, culturais, geográficos, artísticos e sociais constitutivos da mineiridade, além de situar Belo Horizonte como centro pulsativo da diversidade e pluralidade peculiares a Minas Gerais.

Tristão de Athayde, em **A voz de Minas**, obra clássica sobre a mineiridade, afirma que o passado tem papel decisivo em tudo o que é mineiro. “Os antepassados, os processos já utilizados imemorialmente, a lição do

tempo, enfim, tudo isso é ouvido e conservado em Minas com uma devoção por vezes excessiva” (Lima, 1983, p. 61). De fato, o imaginário da mineiridade é fortemente nutrido por um profundo apego à memória, por uma história transformada em tradição, pelas lembranças dos feitos e ações das gentes que construíram a trajetória histórico-cultural das Gerais e das Minas.

Minas Gerais é representada como encarnação dos ideais de redenção da mineiridade/brasilidade. Mineiridade de ritmo lento e sólido, de substância e ação. Ação tecida no passado e reatualizada no presente, abrindo espaço para a reprodução da memória da gente mineira.

Brasilidade consubstanciada no valor da liberdade tão cara aos mineiros. Pois, se são mineiros apegados à tradição, o são também à liberdade. “O Brasil como consciência de liberdade nasceu aqui... Só a liberdade faz as nações, cedo o entendemos e cedo reivindicamos a liberda-

de” (Neves, 1986, p. 160). E o que é a história senão a realização da liberdade? Através do processo contínuo de construção da história, o homem afirma-se como senhor do seu destino, como sujeito de sua trajetória. Na afirmação da liberdade, como ressalta Arruda, “a mineiridade adquire uma certa dimensão épica, por apoiar-se no imaginário tecido pelo destino dos inconfidentes” (Arruda, 1990, p. 213). Imaginário da luta pela soberania e pela independência nacionais. Imaginário de herança iluminista, iluminado pela crença na força de uma racionalidade autônoma capaz de propiciar conhecimento e ação libertadores.

A mineiridade constitui-se por uma forte dimensão identificadora do mineiro com sua terra, com o solo em que nasceu, com os hábitos e costumes de seu estado. Terra de minério, ferro, pedras preciosas, ouro, prata, calcário. Solo fértil para o plantio do café e do milho. Amplo espaço para pastagens. Horizontes de múltiplo sonhar.

A mineiridade constitui-se também por uma dimensão particular de temporalidade, na qual a tendência a valorizar o passado mescla-se, em uma única teia, com o apego à tradição, inclusive com o que é identificado pelos mineiros como tradição libertária. Liberdade de construir sua trajetória. Liberdade de ação

do ator político e social que intervém na realidade com o afã de transformá-la.

Mas soada a hora da ação, o mineiro se agita, não teme surpresas e suas arrancadas conservam a impetuosidade dos fenômenos sísmicos. Ele desafia as intempéries, enfrenta o patíbulo, planta instituições, rasga os céus, inova a ciência, aprimora a arte, planta cidades, prega e faz revoluções. (Guimarães, 1995, p. 167)

De fato, os mineiros, ao longo da história brasileira, têm se destacado por sua capacidade de inserção como sujeito ativo na construção do destino do país. No período colonial, os inconfidentes, através de um ato de rebeldia, lutaram contra o domínio português e a favor da soberania de uma nacionalidade que então nascia. Na república contemporânea, os mineiros atuaram em diferentes momentos, deixando sua marca na vida do país. É bem verdade que essa marca ora associou-se à liberdade e ao progresso, ora ao autoritarismo e retrocesso político. Na primeira linha, foi o que ocorreu com o Manifesto dos Mineiros no fim do Estado Novo, com o projeto de modernidade juscelinista que plantou a Pampulha e depois Brasília, além de, recentemente, com a transição democrática para a Nova República. Na outra linha, destaca-se a conhecida participação de setores da elite mineira no golpe de

estado de 1964, que mudou o destino do país.

A convivência aparentemente paradoxal entre uma tradição secularmente cultivada e os valores da liberdade de ação é, na verdade, uma das muitas expressões de uma sociedade pluralista, múltipla, de um estado no qual diferentes costumes e culturas se constituem em um caleidoscópio de cores e formas variadas, algumas vezes contraditórias, algumas vezes amalgamadas em uma construção cultural peculiar.

Na verdade, a cultura mineira é uma multiplicidade, um cadinho de manifestações artísticas, literárias, musicais, artesanais, arquitetônicas, patrimoniais que retratam a realidade de um território geograficamente diversificado e de uma sociedade plural.

Minas Gerais é a região do minério e das minas. É a Zona da Mata com suas serras sempre verdejantes. É o Triângulo Mineiro com suas amplas pastagens. É o Vale do Jequitinhonha com seu rico artesanato. É a região das vertentes com seu extrativismo de prata e sua produção de estanho. É o Vale do Aço com suas metalúrgicas. É o sul do estado com seus amplos cafezais.

As cidades históricas, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Tiradentes, Serro, Congonhas,

Diamantina são Minas e são Gerais. As estâncias hidrominerais, Poços de Caldas, Araxá, São Lourenço, Lambari, Cambuquira são fontes de mineiridade. As grutas de Maquiné, da Lapinha e do Rei do Mato são as Minas e as Gerais mergulhadas em suas entranhas arqueológicas. Minas diversificada. Minas unificada através da identidade de seu povo com o passado e com a terra. Conexão de tempo, espaço, história, mentalidade.

Não se pode, portanto, discutir cultura em Minas sem se levar em consideração a multiplicidade de culturas do estado. O Triângulo Mineiro, o Vale do Aço, a Minas Barroca, o Vale do Rio Doce, o São Francisco, a Zona da Mata e a região sob influência mais direta de Belo Horizonte apresentam características histórico-culturais, costumes e hábitos muito diversos.

Uma concepção de mineiridade abrangente e que contemple essa diversidade pressupõe o alargamento da visão e do olhar para além das montanhas de minério, para além do solo de ferro, para além do barroco. Como já dizia Daibert, “as paisagens são muitas e em todos os níveis.” (Daibert, 1995, p. 167). Em diferentes cidades mineiras foram gerados talentos excepcionais. Uma gente reflexiva, densa, criativa, pungente.

Carlos Drummond de Andra-

de, com seus versos, animou a capacidade criadora de Minas. Adélia Prado, marco da sensibilidade feminina, canta a singeleza e a plenitude do interior mineiro. Guimarães Rosa levou ao mundo os sertões e a alma das Gerais. Milton Nascimento transforma em musicalidade os sentimentos da gente mineira. Fernando Brant constrói versos de travessia da mineiridade para a brasilidade.

Pedro Nava fez renascer o passado e a história nele contida, através do entrelaçamento de suas profundas reminiscências com a memória coletiva da Zona da Mata, de Belo Horizonte, do Brasil. Murilo Mendes produziu versos de fina e sofisticada sensibilidade.

Guignard, Carlos Scliar, Carlos e Fany Bracher, Dnar Rocha, Maria Helena Andrés, Yara Tupinambá e Arlindo Daibert representam o que há de mais requintado e sensível na pintura e no desenho deste grande mosaico de luz, cor e perspectiva que é Minas Gerais.

O Grupo Corpo, com suas coreografias de especial leveza, faz viajar pelo mundo a mineiridade em movimento. Os bonecos do Grupo Giramundo encantam almas e corações com a melhor criatividade dos mineiros. O Grupo Galpão faz aflorar a fantasia e torna o teatro acessível à gente comum.

O Coral Ars Nova, Grupo Uakti e a Orquestra Ribeiro Bastos são sinfonias de mineiridade, são o som das Minas reatualizado através da alegria musical do Skank.

Gerais são as Minas. Muitos são os mineiros. O gosto pela ação criadora, entretanto, os une na paisagem do tempo, no espaço da história, na construção do futuro. Mineiros que agem com serenidade própria às mentes reflexivas, mas também com passionalidade, arroubo e sonhos, peculiares aos seres que têm espírito visionário. Fitar o horizonte, mesmo que, muitas vezes, através das montanhas, é uma prática que, em Minas Gerais, cultiva-se desde a mais tenra infância.

Do passado para o futuro, através da reconstrução/construção cotidiana do presente, o olhar e os sentimentos do mineiro viajam pelo tempo. Constroem nova temporalidade, reafirmam significados através de uma postura indagativa, sonhadora. Pois, como afirma Braga, “Minas não é um grande hospício: é simplesmente um caldeirão de sonhos” (Braga, 1997, p. 3). Sonhar, mas “nunca correr à frente da alma” (Braga, 1997, p. 3). Sonhar e enxergar o mundo com olhos de universalidade. Ser cosmopolita sem perder a certeza das raízes e das sementes. Cristal de luminosidade multifacetada. Ação/criação.

As Minas e as Gerais em muito têm contribuído para a renovação das idéias, das letras, das artes. Plantado em sólido terreno de ferro, em solo fértil, às margens de grandes represas e em montanhas verdejantes, o mineiro não se recusa a contribuir para a transformação da sociedade na qual vive.

Em Minas, o futuro aparece como ameaça a um passado que se quer manter vivo. As cidades históricas de Minas traduzem, melhor do que qualquer outro movimento, o que vai pela alma do mineiro. Um pé na tradição de criativa liberdade, um caminhar pela história. Um olhar simultâneo para trás e para diante. Ousadia de renovar, de discordar, de cultivar utopias, de concordar, de transgredir, de resistir, de lutar, de afirmar a alteridade, de cultivar o pluralismo, de rasgar horizontes.

Belos, novos, atualizados, renovados, multicoloridos horizontes. Horizonte de pôr-do-sol rasgado pela vermelhidão mineral, ancestral. “Belo Horizonte coração das Minas e das Gerais”. Das Minas várias de Guimarães Rosa. Da região das montanhas, onde habita uma gente cautelosa, afeita ao isolamento, introspectiva, mas ávida de conhecimento. Região geradora de homens de letras, de artistas, de seres viajantes pelas artes plásticas,

pela música, pelas literaturas. Belo Horizonte, capital das Gerais. Região de amplitudes e aventuras, de linguajar metafórico, de devaneios ao entardecer, de criatividade sertaneja.

Belo Horizonte, cidade centenária, plantada em solo mineiro no alvorecer da república, quando o gosto pela renovação contagiou a alma brasileira. Belo Horizonte, sonho e realização positivista de um tempo do acreditar no progresso. Capital de um novo tempo. Prenúncio de uma época de efervescência. Tributo à modernidade, que renova. Cidade-síntese da alma mineira. Belo Horizonte cravada na Serra do Curral, ocupando as terras da antiga Fazenda do Leitão, anunciando uma nova vida, predominantemente urbana, gregária. Belo Horizonte do alvorecer do século XX. Nova temporalidade no tempo secular das Minas e das Gerais.

Belo Horizonte centenária. Cidade que, para Machado de Assis, parecia mais uma exclamação do que um nome. Capital de plurais e inquietas almas. Cidade construída em poucos anos. Reconstruída, renovada, rearmada em outros cem. Belo Horizonte de Aarão Reis e Afonso Pena. Cidade planejada para separar, segregar. Em um outro mundo deveriam se estabelecer os que viviam além da Avenida

do Contorno. Cidade que, todavia, teve o destino de mesclar, amalgamar, acolher, conter mineiros, mineiridade, mineiridades. Por isso se diz que seus ventos contêm horizontes vários e trazem em si o odor de toda a Minas Gerais. “Maravilha de milhares de brilhos vidrilhos”. (Andrade, 1996, p. 195)

Traçado circular de brasilidade, que se faz presente no nome de suas ruas, que trazem para o centro pulsativo de Minas os estados, as nações indígenas e cidades do Brasil. Belo Horizonte onde “se agrupam mineiros de todos os quadrantes do estado” (Dourado, 1997, p. 9), Belo Horizonte que é a Praça da Liberdade com suas alamedas que apon-tam para o poder e suas palmeiras que descortinam a vastidão da altura. Belo Horizonte que é a modernidade da Pampulha e a heterogeneidade da Praça da Estação. Belo Horizonte que é a Praça Sete de caminhos entrecruzados, centralizados. Horizonte que esbarra na Serra do Curral de poentes maravilhosos. Horizonte que descortina Minas Gerais por inteiro. Horizonte interior, incontido, incontínente. Coração represado. Coração de minério, de leite, de café, de água, de terra densa. Belo Horizonte, coração palpitante das Minas e das Gerais.

Referências bibliográficas

01. LIMA, Alceu Amoroso. **A voz de Minas** (ensaio de antropologia e sociologia regional brasileira). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
02. NEVES, Tancredo de Almeida. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e SILVA, Vera Alice Cardoso. **Tancredo Neves: a trajetória de um liberal**. Petrópolis: Vozes, 1986.
03. ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 213.
04. GUIMARÃES, Júlio Castanon(Org.), DAIBERT, Arlindo. **Cadernos de Escritos**. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995. p. 167.
05. BRAGA, Welber. Adeus Mélia ou contornos da mineiridade. In: **O Tempo**. Caderno de Engenho e Arte. Belo Horizonte, 27/04/97. p. 3.
06. ANDRADE, Mário. Noturno de Belo Horizonte. In: ARAÚJO, Laís Corrêa. **Sedução do Horizonte**. (Coleção Centenário). Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1996. p. 195.
07. DOURADO, Autran. Mineirice e... In: **O Tempo**. página Atualidades e Opinião. Belo Horizonte, 2/4/97. p. 9.

CATOLICISMO EM BELO HORIZONTE NA PROXIMIDADE DO NOVO MILÊNIO

Alberto Antoniazzi

Departamento de Filosofia e Teologia da PUC•Minas

*Não saiba sua mão esquerda o que faz a direita.
(Mt 6,3)*

RESUMO

O Autor parte da convicção de que uma grande mudança está em ato no campo religioso, nas sociedades ocidentais e no Brasil. Escolhe, como área de estudo, a resposta da Igreja Católica a estas mudanças, nos anos '90, no âmbito da Arquidiocese de Belo Horizonte, cuja população e território coincidem substancialmente com a Região Metropolitana da Capital mineira. À luz das pesquisas disponíveis, analisa: o prestígio da Igreja Católica comparada com outras Instituições; a prática religiosa dos católicos, em particular a frequência à Missa dominical e aos sacramentos; as crenças dos católicos e dos fiéis de outras religiões; a influência da religião sobre a vida dos católicos, inclusive sobre práticas devocionais e atividades sociais e políticas; a difusão de associações e movimentos; a atuação no campo da comunicação social.

Mudança radical na religião?

A religiosidade do mundo ocidental sofreu ou está sofrendo, nos últimos anos, uma mudança radical, tal como não se via há muitos séculos, talvez a mais radical da época cristã ou mais profunda do que aquela que Karl Jaspers situava no século VI a.C., por ele tido como o tempo-eixo da história mundial?

É difícil para nós, contemporâneos dessa mudança, opinar sobre ela e, principalmente, compará-la com outras épocas históricas. Mas não podemos descartar a hipótese de que a mudança de que somos protagonistas (ou, pelo menos, vítimas)

seja realmente tal que impeça considerar a nossa época – os anos '90 do século XX – como uma simples continuidade das épocas anteriores.

Ou seja: parece-me difícil tentar uma história contemporânea do catolicismo (ou, em geral, da cultura) em Belo Horizonte, sem levar em conta que – mesmo que muitos tenham escassa consciência do que está acontecendo – algo novo está chegando, algo que não está enraizado antes de tudo na história apenas centenária da cidade ou no “catolicismo mineiro”,¹ mas num fenômeno de amplitude muito maior, que atinge todo o mundo ocidental e, numa medida a ser discutida, também o resto do mundo.

A transformação em ato é muito complexa, para tentar aqui tomá-la por inteiro como quadro de referência. Adotamos uma hipótese mais simples a respeito das atuais mudanças no campo cultural e religioso: aquela formulada por Thomas Luckmann em sua obra “A religião invisível”. (Luckmann, 1969)

Luckmann fazia, há trinta

anos, afirmações que o tempo parece ter confirmado. Para ele, a principal mudança ou “revolução” da sociedade contemporânea é que “a identidade pessoal se torna, essencialmente, uma questão particular, privada” (Luckmann, 1969, p. 132). Em consequência, também a religião se torna “assunto pessoal” (Luckmann, 1969, p. 134). Explicitando um pouco mais: numa sociedade “tradicional”, é a cultura que determina, ao menos em grande parte, a identidade do indivíduo. No contexto da sociedade pluralista e complexa do nosso tempo, a cultura “não é mais uma estrutura obrigatória de esquemas de interpretação e avaliação (da realidade), ordenados segundo uma bem definida hierarquia de significação, mas é antes um rico, heterogêneo sortimento de possibilidades acessíveis, em princípio, a cada indivíduo consumidor” (Luckmann,

1969, p. 134). Assim, no campo religioso, quase como num mercado,² “o indivíduo pode escolher como mais lhe agrada num sortimento de significados ‘últimos’ – guiado unicamente pelas preferências determinadas por sua biografia individual” (Luckmann, 1969, p. 134-135). Um dos resultados dessa tendência é a chamada “religião invisível”, ou seja, uma religião feita pelas convicções interiores, pessoais, do indivíduo, que pode se utilizar de elementos da tradição de grandes instituições religiosas, mas que não se liga explícita e exteriormente a nenhuma instituição religiosa em particular.

Outros resultados, que Luckmann não tinha previsto com igual clareza desde os anos ‘60, são a reação radical ao subjetivismo moderno, encarnada nos “fundamentalismos” (ou neofundamentalismos), atualmente em expansão,³ e a resposta, mais

¹ O jovem historiador Sérgio Ricardo da MATA, autor de uma brilhante tese de mestrado sobre A fortaleza do catolicismo. Identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60 (Mestrado de História da UFMG, 1996), afirma que “as publicações sobre a história da Igreja em Belo Horizonte podem talvez serem carregadas em uma única mão” (tese cit., p. 4). De fato, além dessa tese (de próxima publicação, esperamos!), trabalho de vulto é apenas o do amigo Henrique Cristiano J. MATOS, autor de Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936. Editora “O Lutador”, Belo Horizonte, 1990, 502 p. (o livro é centrado ao redor da figura de Dom Antônio dos Santos Cabral, primeiro arcebispo de Belo Horizonte, 1922-1967, ao qual dedica um longo capítulo, p. 377-453). Deve-se também mencionar o escrito do ilustre historiador mineiro João Camilo de Oliveira TORRES, que em 1972, no cinquentenário da Arquidiocese, tentou, em condições precárias, um primeiro ensaio de história da mesma: **A Igreja de Deus em Belo Horizonte**. 215p. (edição comemorativa, sem menção de Editora). Mas não são apenas a escassez de bibliografia e a minha falta de tempo que me induzem a não procurar estabelecer laços de continuidade entre o catolicismo dos anos ‘20 ou ‘30, que não conheci, ou o dos anos ‘60, do qual conservo nítidas lembranças, e a Igreja Católica na Belo Horizonte desta década. Minha convicção é de que, neste momento, deve ser ressaltada mais a descontinuidade.

² A analogia entre o comportamento religioso e o comportamento do cliente ou consumidor no mercado não pode ser exagerada. Mas aqui não nos interessa uma discussão aprofundada da tese de Luckmann e outros, e sim apontar uma tendência. Mais adiante corrigiremos ou completaremos a tese de Luckmann.

³ O nome “fundamentalismo” foi aplicado inicialmente a um movimento protestante, que teve alguma repercussão nos Estados Unidos nos anos ‘20, e ressurgiu com força nos anos ‘70, contra todo “liberalismo” e “modernismo”. Uma primeira manifestação do fundamentalismo protestante estaria nos 12 volumes da coleção *The Fundamentals. A Testimony to the Truth* (1910-1915), que defendiam uma interpretação literal da Bíblia e da tradição cristã. Hoje, discute-se de fundamentalismo

matizada e complexa, das próprias instituições e tradições religiosas, especialmente do catolicismo.

Nosso objeto de estudo

O quadro traçado esquematicamente logo acima nos põe diante de três áreas de pesquisa:

1) o estudo do catolicismo “invisível”, do catolicismo reinterpretado subjetivamente pelos indivíduos e – muitas vezes – misturado com outras crenças ou práticas religiosas, do quadro das “adesões parciais” ao catolicismo ou das experiências religiosas influenciadas em parte pela fé ca-

tólica: campo imenso e extremamente diversificado, que não pode ser objeto deste breve artigo, e só poderia ser assunto de uma ampla pesquisa de equipe, e pode emergir também nos depoimentos e escritos de “católicos” com profunda experiência religiosa;⁴

2) o estudo dos fundamentismos católicos, ou das tendências fundamentalistas no âmbito do catolicismo; aliás, alguns estudos não faltam,⁵ mas também esse assunto exigiria uma ampla pesquisa de campo em Belo Horizonte;

3) o estudo da “resposta” das instituições religiosas e, em particular, da Igreja Católica às novas tendências culturais e religiosas. Nesse campo, dispomos

de algumas informações consistentes⁶ e, creio, ignoradas pelo grande público.

É a um ensaio de apresentação das mudanças em ato na Igreja Católica – concretamente na sua organização local, a Arquidiocese de Belo Horizonte – que limitarei meu trabalho, tentando salientar alguns aspectos essenciais e explorar a documentação disponível, sem cansar muito o leitor com excesso de detalhes.

A credibilidade da Igreja

Na tese de Luckmann, a instituição religiosa estaria perden-

católico, muçulmano, etc. Para um panorama internacional das atuais discussões (segundo um ponto de vista teológico cristão), cf.: VÁRIOS AUTORES, **Fundamentalismo: um desafio ecumênico**, “Concilium” 241, 1992/3, 165p. (editora Vozes, Petrópolis). A mesma revista tem dedicado o n. 253 (1994/3) ao Islã e o n. 265 (1996/3) aos Movimentos Pentecostais. Esclarecedor o ensaio de Antônio F. PIERUCCI, **Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa**, **Revista USP**, n. 13, março de 1992, p. 144-156.

⁴ Seria imperdoável não citar aqui um exemplo de catolicismo – não “invisível”, mas convicto e militante – tão relevante na Belo Horizonte do século XX (sobretudo para os anos 1940-1990) como o de Edgar de Godói da Mata Machado, cuja vida foi narrada pelo próprio Edgar num depoimento a: Lucília Almeida NEVES, Otávio Soares DULCI, Virgínia dos Santos MENDES (org.), **Edgar de Godói da Mata Machado: fé, cultura e liberdade**. Editora UFMG, Belo Horizonte – Edições Loyola, S. Paulo, 1993, 255 p. O depoimento deve ser completado pela leitura do **Memorial de idéias políticas**, Editora Vega, Belo Horizonte, 1975, XIV, 534p.

⁵ Pode-se ver algum aceno no já citado n. 241 de “Concilium”. Vários pesquisadores se perguntam pelo caráter fundamentalista da Renovação Carismática Católica, ainda pouco estudada no Brasil (o CERIS está prestes a publicar os resultados de uma pesquisa sobre a RCC em Campinas e no Rio de Janeiro).

⁶ Utilizarei particularmente três relatórios de pesquisas promovidas pela própria Arquidiocese de Belo Horizonte. A primeira pesquisa é um levantamento da participação nas missas dominicais realizado em 17 e 18 de novembro de 1990, que atingiu 175 das 178 paróquias da Arquidiocese. A segunda pesquisa foi realizada por Antônio C. Guimarães – “Pesquisa e Consultoria”, em janeiro de 1991, mediante 803 entrevistas numa amostra da população adulta (18 anos ou mais) da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Uma síntese dos dois relatórios, com comentários, foi publicada em 1991 num fascículo de 52 páginas: **Religião na grande BH**. Primeiro relatório das pesquisas promovidas pela Arquidiocese de Belo Horizonte. (Doravante a citaremos como “Religião na grande BH”, indicando a página). A terceira pesquisa foi realizada também por “Antônio C. Guimarães – Pesquisa e Consultoria”, entre dezembro de 1992 e janeiro de 1993, mediante 600 entrevistas de uma amostra dos jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte; uma síntese do relatório foi publicada pela Arquidiocese num fascículo de 45 páginas: **Juventude face à vida**. Pesquisa sobre os jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Citaremos essa pesquisa como: **Juventude face à vida**). – Desde já, esclarecemos que a Arquidiocese de Belo Horizonte compreende o município da Capital mineira (2.091.770 habitantes em 1º/08/1996 segundo a contagem do IBGE) e mais 27 municípios vizinhos (com um total de 1.684.611 habitantes). A Arquidiocese contava em 1996 com 3.776.381 habitantes, enquanto a Região Metropolitana de B.H. contava com 3.803.249 habitantes; alguns municípios da Região Metropolitana não estão incluídos na Arquidiocese e vice-versa.

do prestígio e influência na sociedade contemporânea. Foi observado que a situação da instituição Igreja não pode ser examinada independentemente da situação de outras instituições. Todas de algum modo estão em crise ou mudando, parcialmente, de papel. A Igreja Católica, em Belo Horizonte, nos anos '90, está mais em crise do que família, escola, Estado, sindicatos, partidos, associações...?

Os dados de que dispomos para responder à pergunta são limitados e frágeis. Quem quiser poderá fazer um estudo comparativo mais alentado.

Pesquisas de opinião anualmente procuram medir a confiança do público nas instituições. O IBOPE, por exemplo, achou em dezembro de 1990 que 78% dos brasileiros adultos achavam confiável a Igreja Católica (no segundo lugar, vinha o rádio com 58%). Em novembro de 1993, o mesmo IBOPE encontrava 77% dos brasileiros confiando na Igreja Católica; os Meios de Comunicação contavam com a confiança de 62%, os Sindicatos dos Trabalhadores com 61%, a Justiça com 53%, os Militares com 52%, outras Igrejas com 42%, Congresso Nacional com 32%, Empresários com 28%, Partidos com 19% e Políticos com 15%.

Pesquisa mais recente é a do "Vox Populi" (**Jornal do Brasil**,

Quadro 1

Instituições	Aprovam	Desaprovam	Sem opinião
Imprensa	72,0	9,0	19,0
Igreja Católica	72,0	12,0	16,0
Forças Armadas	66,0	14,0	21,0
Universidade Pública	62,0	15,0	23,0
MST	59,0	24,0	17,0
Polícia Federal	56,0	23,0	20,0
PM do seu Estado	49,0	30,0	21,0
Polícia Civil	47,0	30,0	23,0
CUT	45,0	30,0	25,0
Feder. das Ind. do seu Estado	37,0	24,0	40,0
Câmara Munic. do seu Estado	33,0	38,0	29,0
Congresso Nacional	27,0	44,0	28,0
Igreja Univ. do Reino de Deus	17,0	69,0	14,0

26/05/96, p. 8; **Estado de Minas**, 26/05/96, p. 3), realizada em oito capitais brasileiras, com amostras da população acima de 16 anos e mais de 5.000 entrevistas. É muito provável que o público das capitais seja mais crítico e informado. As perguntas eram em termos de aprovação/desaprovação. O resultado global foi:

A Igreja Católica é, certamente, a Igreja toda, incluindo a atuação do Papa e dos bispos em geral. Não é a Igreja local, a Arquidiocese ou Diocese. Significativo é que Igrejas locais notavelmente diversas, como as do Rio de Janeiro (capital) e São Paulo (capital), tenham tido aprovação quase igual. Mais surpreendente é que as capitais com menor número de católicos adultos (cerca de 60% no Rio de Janeiro e 65% em São Paulo, segundo pesquisa da Datafolha de setembro de 1994) apresentam um alto ín-

dice de aprovação da Igreja Católica (74% no Rio de Janeiro e 73% em São Paulo). Ao contrário, cidades com maior número de católicos (como Porto Alegre ou Belo Horizonte) têm uma opinião mais crítica ou hesitam em se pronunciar. Em Belo Horizonte, temos 67% de aprovação, 12% de desaprovação (ambas as porcentagens são mais baixas que a média nacional) e 21% sem opinião (os mineiros preferem o silêncio?).

Um outro dado mais próximo da Arquidiocese de Belo Horizonte vem da pesquisa por ela promovida em 1993 entre os jovens de 16-24 anos (Pesquisa *Juventude face à vida*) da Região Metropolitana (RMBH). Dela resulta um evidente contraste entre as aspirações ideais dos jovens e o comportamento prático. 52% dos jovens da RMBH julgam muito importante a participação

em movimentos sociais, mas menos de 10% têm participação efetiva em movimentos sociais ou comunitários. 39% acham importante participar da política, mas apenas 2,3% têm filiação partidária. A grande maioria dos jovens diz crer em Deus (apenas 2,1% se dizem ateus) e 53,3% acham importante praticar a religião numa igreja. Porém, só 16% têm um compromisso comunitário assumido pela fé e cerca de 35% participam, mais ou menos assiduamente, das práticas religiosas.

De qualquer forma, é evidente que as Igrejas atraem os jovens mais que os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais ou comunitários, as associações esportivas... Apenas a família oferece, de fato, maior apoio aos jovens do que a igreja e é, para a grande maioria, a instituição que oferece segurança.⁷

A prática religiosa

Os resultados da pesquisa do "Vox Populi" de maio de 1996 e das anteriores, do IBOPE, foram, por certos aspectos, surpreendentes. Revelaram que, especialmente em cidades como Rio de

Janeiro e São Paulo, o número dos que confiavam na Igreja era superior ao número dos que se diziam católicos. É preciso ir um pouco adiante e tentar definir melhor quem são os católicos.

A sociologia da prática religiosa, que teve certa fortuna e produziu muitos trabalhos nos anos '50 e início dos anos '60 (Deelen, 1967), foi, logo depois, muito criticada – inclusive no livro de T. Luckmann sobre "A Religião Invisível" – porque tomava um critério exterior, a prática, para medir um fenômeno – a religiosidade – muito mais complexo. As críticas, muito severas no final dos anos '60, e a mudança na visão da realidade, que levou ao predomínio do estudo das relações entre religião, política e economia, fizeram quase desaparecer – ao menos no Brasil – os estudos da prática religiosa.

A prática religiosa dominical

Quando, em 1990, por motivos que tentaremos ilustrar depois, a Arquidiocese de Belo Horizonte resolveu encarar mais de perto a realidade sócio-religiosa, uma primeira iniciativa foi pro-

mover um levantamento da prática religiosa (católica) dominical. A metodologia usada é a mesma dos anos '50. Foram distribuídas em 175 das então 178 paróquias da Arquidiocese mais de 300.000 fichas, com 17 perguntas e 64 opções de resposta. Para responder, bastava rasgar a ficha em pontos determinados, cada um correspondente a uma resposta bem definida. Foram recolhidas e analisadas 270.304 fichas dos fiéis acima de 10 anos de idade. (Não foram levantadas as respostas de crianças menores de 10 anos) (*Religião na grande B. H.*, p. 26-51). As respostas colhidas correspondiam a 1.294 celebrações – 1.206 missas e 88 cultos dominicais sem padre ou "celebrações da Palavra" –, com presença média de 209 participantes em cada celebração. Note-se também que 13.121 pessoas (4,85%) participaram de mais de uma missa no fim de semana.

Dos participantes, 162.820 (60,2%) eram mulheres e 90.953 (33,7%) eram homens; de 16.531 (6,1%) não houve informação quanto ao sexo. Desconsiderando esse último grupo, a porcentagem é de 35,84% de homens e 64,16% de mulheres. Em termos aproximados, a relação entre homens e mulheres é de 5 a 9 (em

⁷ Os dados que acabamos de citar estão esparsos na síntese de Juventude face à vida. Veja, porém, especialmente as considerações da página 37 sobre "Pluralismo, fragmentação, contraditoriedade".

cada grupo de 14 participantes, 5 são homens e 9 são mulheres).⁸ A porcentagem da participação dos homens é mais alta nas paróquias do interior, atingindo 47,6% em Piedade dos Gerais, 47,2% em Vargem Alegre, 45,5% em Belo Vale. É mais baixa nas paróquias da Capital, seja na zona sul (Santa Helena, 27,3% de homens; São João Evangelista, na Serra, 30,4%), seja na zona leste (Divino Espírito Santo, em Santa Efigênia, 28,7%; N.Sra. das Dores, na Floresta, 29%; Sagrada Família, 29,8%). (*Religião na grade B. H.*, p. 29-30)

A porcentagem dos participantes é também notavelmente diferente por faixa de idade. Em síntese, pode-se dizer que está próxima da média geral nas faixas de 10 a 19 anos; está fortemente inferior à média geral (alcançando pouco mais de 60% da média) na faixa de 20 a 29 anos, que é aquela que registra o menor número de católicos praticantes; está ainda sensivelmente abaixo da média na faixa de 30 a 39 anos; e finalmente se torna acima da média e progressivamente sempre mais alta a par-

tir dos 40 anos. Os participantes acima dos 70 anos são 6,46%, enquanto a mesma faixa de idade constitui apenas 3,01% da população. (*Religião na grande B. H.*, p. 30-33)⁹

Mais importante é calcular a porcentagem dos participantes da missa dominical em relação ao total da população. O cálculo não é fácil, por vários motivos. O levantamento foi decidido quando se esperava ter o Censo do IBGE em setembro de 1990, o que não aconteceu. Pela primeira vez, o Censo foi atrasado em um ano, sendo realizado em setembro de 1991. Uma nova contagem populacional, feita em agosto de 1996, revelou um crescimento anual da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte de 2,09% (*Jornal do Brasil*, 6/8/97, p. 4). A população da Arquidiocese de Belo Horizonte, segundo o Censo de 1991, era de 3.421.249 habitantes (a da RMBH era de 3.436.060 habitantes). Podemos subtrair 1,7% a este número para obter a população de novembro de 1990, que seria então de 3.363.088 habitantes. Calculando em 75% da po-

pulação o número dos católicos, temos 2.522.316 pessoas, das quais podemos considerar obrigadas (moralmente) à participação da missa cerca de 65% (excluindo as crianças até 10 anos, que não foram consideradas na pesquisa, e mais uma pequena porcentagem de doentes, pessoas que trabalham no dia festivo ou são impedidas por outros motivos). Temos assim o número de 1.639.505 católicos que deveriam participar da missa. Sendo de 257.183 o número de participantes efetivamente registrado,¹⁰ a “taxa da prática dominical” (Deelen, 1967, p. 19-23) na Arquidiocese de Belo Horizonte pode ser calculada em 15,7%.

Pesquisas de opinião e levantamento estatístico

As pesquisas de opinião disponíveis tendem a atribuir aos católicos, mesmo em Belo Horizonte, uma taxa de prática dominical ou semanal ao redor de 30%.¹¹ Como explicar a diferen-

⁸ Com base nas pesquisas dos anos '60, G. DEELEN (A Sociologia a serviço da Pastoral, II, 29) afirmava que, nos estados do Paraná e de São Paulo, entre dez pessoas que freqüentavam a missa dominical, 6 eram mulheres; no Nordeste do Brasil, a relação era de três mulheres para cada homem. Comentava que nenhum psicólogo ou sociólogo tinha explicado claramente as causas do fenômeno.

⁹ Cf. *ibidem*, p.30-33. O fenômeno não é novo. O declínio da prática entre 20-30 anos já era assinalado por G. DEELEN nos anos '60 (cf. A sociologia a serviço da Pastoral, II, 42 ss.), que menciona também diversas explicações (*ibidem*, p.46-51).

¹⁰ O número total foi de 270.304, mas subtraímos o número de 13.121 pessoas que freqüentaram mais de uma missa no fim de semana em que foi realizada a pesquisa.

¹¹ O Gallup encontrou 32% de prática semanal entre os católicos brasileiros em março de 1990 e 33% em julho de 1988. A PNAD do IBGE, também de 1988, encontrou 31% de prática semanal entre os católicos. Para verificação das fontes e uma análise crítica desses dados, cf. o estudo de L. Piquet CARNEIRO e Luiz Eduardo SOARES, *Religiosidade, estrutura social e*

ça entre o nosso levantamento (que pode apresentar uma porcentagem levemente inferior à realidade, pela falta de três paróquias e dados incompletos de poucas outras) e as respostas dadas às pesquisas de opinião? Provavelmente, a resposta está na distinção de dois tipos de praticantes, que se encontram juntos na missa dominical, mas representam dois universos diferentes: o primeiro grupo é constituído pelos praticantes realmente assíduos, que vão à missa todos os domingos (ou mesmo, uns 10%, todos os dias da semana): são cerca de 80% do total; um segundo grupo, que representa os restantes 20%, é constituído por pessoas que declaram ir à missa dominical raramente. Em resumo, num domingo como aquele considerado no levantamento, temos nas missas cerca de 200.000 fiéis estáveis, com prática regular e continuada, mas também temos cerca de 50.000 fiéis que somente uma vez ou outra participam da missa. Admitindo que estes fiéis estejam presentes, em média, num domingo em cada cinco, teremos – além de 200.000 fiéis assíduos,

outros 250.000 praticantes ocasionais, perfazendo assim os 30% de católicos que se dizem praticantes. O levantamento mostra assim sua utilidade, revelando a distinção entre os praticantes assíduos, cuja participação é constante e cujo vínculo de pertença à Igreja católica é forte, e os praticantes ocasionais, cuja participação é pouco freqüente e cujos vínculos eclesiais são fracos.

A prática dos sacramentos

Os dados acima apontam, grosso modo, a partir da participação na missa dominical, três categorias de católicos: 15% de praticantes assíduos, 15% de praticantes ocasionais, 70% de não praticantes.

Mas é possível dispor, para a Arquidiocese de Belo Horizonte, de dados bastante confiáveis sobre a prática dos sacramentos nos anos 1993-1996.¹² Esses dados trazem novos matizes na análise da prática religiosa católica em B.H. De fato, tivemos 52.639 batismos em 1993 e 52.010 em 1996. Considerando que, se-

gundo o censo do IBGE de 1991, os nascidos no ano anterior à data do Censo na Arquidiocese de Belo Horizonte eram 68.144, os batizados na Igreja Católica representariam 77,25% dos nascidos no ano. Aliás, é provável que o número dos nascimentos, de 1991 para cá, tenha diminuído, acompanhando a tendência nacional.¹³ Essa porcentagem de batizados significa que todos os católicos (e talvez até alguns não-católicos) batizam os filhos.

A mesma coisa não se pode dizer da Primeira Comunhão, cujos números oscilam ao redor de 40.000 por ano. Em 1993, houve 41.644 primeiras comunhões, o que representava 56% das crianças com 9 anos de idade (tomando como referência o Censo de 1991). As primeiras comunhões representavam pouco menos de 80% dos batizados daquele ano. Isso indica que cerca de 20% das famílias que batizam os filhos não se preocupam em prepará-los para a Primeira Comunhão ou Eucaristia.

Mais acentuada é a queda do número dos crismandos. Houve 20.334 crismas em 1993 e 20.550 em 1996. A crisma é ministrada

comportamento político, in: M^a Clara BINGEMER (org.), **O impacto da modernidade sobre a religião**, Loyola, São Paulo, 1992, p. 9-58. Na pesquisa de opinião, por amostragem, encomendada em janeiro de 1991 pela Arquidiocese de Belo Horizonte, 29% dos católicos se declaram praticantes assíduos da missa ou mesmo empenhados em atividades pastorais.

¹² Esses dados são recolhidos pelo chanceler da Cúria Metropolitana, mons. Geraldo dos Reis Calixto, e publicados (geralmente no mês de junho do ano seguinte) no boletim **Arquidiocese em Notícias**.

¹³ Segundo o IBGE, o crescimento anual da população brasileira foi de 1,38% entre 1991 e 1996, contra 1,93% no período de 1980 a 1991. Na mesma época, a taxa de fecundidade caiu para 2,3 filhos, contra 4,3 em 1980. Cf. F. L. NOEL, *População tem crescimento em baixa*, **Jornal do Brasil**, 6/8/1997, p. 4.

agora, geralmente, para adolescentes de cerca de 15 anos. Segundo o Censo de 1991, os jovens de 15 anos de idade eram 67.647, ou seja, aproximadamente o mesmo número das crianças até 1 ano de idade e um pouco menos das crianças de 9 anos. O número das Crismas representa cerca de 40% dos Batizados e 50% das Primeiras Comunhões.

Finalmente, temos 12.165 casamentos religiosos em 1993. O número dos casamentos subiu um pouco em 1994 e 1995, mas em 1996 foi de 11.630 (queda de 5% em relação a 1993). O número dos casamentos, portanto, proporcionalmente, é um pouco superior ao número das crismas e envolve cerca de 40% da população da Arquidiocese que poderia casar-se naquele ano ou 53% dos católicos (na hipótese de que os católicos na idade de se casar sejam 75% da população total).

Persistência ou fragmentação das crenças?

Seria interessante poder entender melhor as motivações que levam à (ou afastam da) prática religiosa. Possuímos poucos dados a respeito. Mas os poucos não deixam de ser significativos e de jogar um pouco mais de luz

sobre o catolicismo belo-horizontino.

Na pesquisa de 1991, sobre uma amostra de 803 adultos, representando a população da Região Metropolitana, foram postas perguntas sobre crenças. Apenas 1,6% se disseram ateus e não acreditam em Deus (apesar de 8,2% se declararem sem religião). Também a fé na divindade de Cristo é comum a quase todos (média geral: 87,2%), sendo um pouco menos frequente entre protestantes históricos e espíritas kardecistas (mas mesmo estes acreditam na proporção de 87%). O único grupo que, maciçamente, não acredita na divindade de Cristo é o dos “sem religião”, dos quais 5% manifestam a fé cristã. Um número semelhante (só com menor participação de espíritas e umbandistas) acredita que a Bíblia é palavra de Deus. Mais curiosa é a resposta com relação à imortalidade da alma: a média geral é de 72%. Excluindo os “sem religião” (cujas crenças na alma não passa dos 5%), a média sobe para 76% para os católicos, 80-85% entre os protestantes (mais baixa entre os pentecostais, mais alta entre os tradicionais), 90% entre os espíritas e 100% entre os umbandistas. A crença na vida após a morte é mais forte entre os espíritas (97%), bastante fraca entre católicos e pentecostais (ambos com 62%) e quase nula (3%) entre os

que não aderem a nenhuma religião. Acreditam na reencarnação, em média, 55% dos entrevistados (54,8%). A crença, como é natural, é altíssima entre espíritas (97%) e umbandistas (91%); é média entre os católicos (63%, levemente acima da média geral!); é baixa entre os pentecostais (26%) e os protestantes tradicionais (22%) e quase nula (3%) entre os que não têm religião.

Outra questão interessante, levantada pela pesquisa, foi a imagem de Deus. Embora a pergunta indicasse nove alternativas de escolha e limitasse antecipadamente as respostas, parece-nos significativo que quase 50% dos entrevistados optassem por um Deus que é “Tudo, o Todo, o Todo-Poderoso”; só 17,6% indicaram Deus como “O Criador, o Pai”; 7,8% como “Força ou Energia Superior”; 7,6% como “O Ser Superior ou Supremo”; 6% como “Protetor, Salvador da Humanidade”, 4,9% como “Jesus Cristo” e 1,5% como a “Santíssima Trindade”. Distinguindo as respostas dos fiéis das várias religiões, constatam-se algumas acentuações diversas, mas não diferenças radicais: os espíritas designam Deus como Energia Superior em 26% dos casos (contra uma média de 7,8%); os umbandistas se aproximam da posição dos espíritas, mas com menor frequência; os pentecostais preferem “Deus Todo-Poderoso”

em 67% dos casos (contra a média geral de 49,3%) e também acentuam Deus como “Jesus Cristo”; os católicos, por seu peso preponderante na amostra, estão próximos das médias gerais, mas é possível detectar uma leve preferência (19% x 17,6%) por Deus Pai e pela SS.ma Trindade (1,9% x 1,5%).

Como interpretar esses dados? Uma primeira hipótese, que mereceria uma verificação mais rigorosa, mas que não é desprovida de argumentos, é aquela que nos faz pensar numa espécie de “matriz religiosa brasileira” ou num conjunto de “traços marcantes, convergências notórias e condutas padronizadas, que nos fazem inferir a presença efetiva e decisiva de um substrato religioso-cultural” (Bittencourt, 1996, p. 45). A essa “matriz” ou a esse “substrato”, perdido por aqueles que deixaram toda religião, mas presente – com algumas diferenças – nos fiéis brasileiros de todas as religiões, pertenceriam a crença em Deus, considerado predominantemente como o Todo-Poderoso, mais temido que amado, e a fé na divindade de Cristo, no valor divino da palavra da Bíblia, na imortalidade da alma, na existência dos anjos, na vida após a morte, na reencarnação. Apesar da aceitação de Cristo e da Bíblia (crenças reforçadas tanto pelo catolicismo, como pelo protes-

tantismo e espiritismo), as crenças tipicamente cristãs não parecem se sobressair vigorosamente, nem na questão de Deus (cuja imagem continua, muito frequentemente, pré-cristã), nem na questão da reencarnação. A explicação estaria (Valle, 1976) no fato de que o catolicismo ou o cristianismo teria sido imposto ao povo brasileiro, acabando por encobrir (mas não substituir!) um conjunto de crenças mais enraizadas, de origem indígena e africana, depois novamente reelaborado num contexto de influências externas mais recentes (por ex.: espiritismo), mas sempre persistindo por baixo de uma catequese cristã superficial e pouco “inculturada”.

Essa interpretação, que olha antes de tudo para o passado, não exclui outros fatores, ligados ao presente e destinados, quase certamente, a se fortalecerem no futuro. As pessoas que vivem hoje na metrópole belo-horizontina (ou em qualquer outra semelhante) recebem diariamente uma tal série de mensagens – pela TV, a imprensa, a propaganda, a convivência com o mundo urbano – que dificilmente os poucos minutos semanais de homilias ou as poucas horas mensais de catequese conseguem contrabalançar, proporcionando uma formação religiosa coerente e consistente. À fragmentação da informação e da cultura

atuais, acrescenta-se a fragmentação da própria mensagem religiosa. Pelo menos, é a partir dessa hipótese que a Arquidiocese de Belo Horizonte reagiu diante dos resultados da pesquisa de 1991. Preocupou-se em diminuir a fragmentação de suas mensagens e em articular melhor os diversos meios de comunicação (celebrações, homilias, reflexão em pequenos grupos, programas de rádio e televisão), embora sabendo que isso não resolve tudo.

A influência da religião na vida social

A pesquisa de 1991 revelou também que mais de 56% dos entrevistados consideravam muito importante a influência da religião na vida do dia-a-dia e 27,9% a julgavam importante (total = 84,3%). O mesmo número julgava importante a religião nas questões morais. Apenas 20% julgavam muito importante a influência da religião na política e 25,9% a consideravam importante (total = 45,9%). A menor relevância política da religião era confirmada por outras respostas: apenas 6,1% achavam ótima e 26,7% achavam boa a ação política da Igreja, enquanto 20,5% achavam ótima e 43,2% achavam boa a ação social da Igreja (total = 63,7%).

Mas, em que medida a religião – declarada tão importante – consegue levar a um compromisso moral e social efetivo? No início do artigo, falando da crise das instituições, lembramos que a pesquisa de 1993 mostrava uma forte distância entre as intenções e a prática dos jovens. Para os adultos, e em particular para os católicos praticantes, temos alguns dados mais precisos. O levantamento da participação nas missas (novembro de 1990) incluía perguntas sobre o tipo de “engajamento” dos fiéis. As respostas revelavam que a militância política era pouco freqüente (menos de 2% nas Regiões N. Sra. da Conceição e N. Sra. da Piedade; 4% na Região N. Sra. Aparecida).¹⁴ O empenho em associações de bairro e sindicatos era um pouco mais freqüente (RENSP: 3,3%; RENS: 4,1%; RENSA: 6,2%). Mais forte era o compromisso com as pastorais da Igreja (entre 9 e 12%). Ainda mais numerosos(as) os(as) que freqüentavam os grupos de oração (entre 15 e 18%). E a devoção aos

santos era praticada, nas três regiões, por 47-48% dos católicos praticantes, aparentemente sem nenhuma diferença significativa por área geográfica ou por classe social. (*Religião na grande B. H.*, p. 43)

A devoção aos santos parece ainda maior entre os católicos não-praticantes. A pesquisa por amostragem de janeiro de 1991 encontrou confiança nos santos em 73,5% dos católicos não-praticantes, porcentagem nitidamente superior aos 57,5% dos católicos praticantes. (Os números das duas pesquisas – a por amostragem e a imediatamente anterior entre os participantes das missas dominicais – não são perfeitamente comparáveis, porque as questões foram formuladas diversamente). A devoção aos santos dos católicos em geral é confirmada também, na pesquisa por amostragem, pelo fato de que os católicos provêm do interior mais que os membros de outras religiões, valorizam mais a tradição na escolha da religião (67% contra 35%-45% das

outras religiões) e recebem mais a influência da família (91,5%). (*Religião na grande B. H.*, p. 17-18)

Outro fato que pode ser citado sobre a devoção aos santos é a atração extraordinária exercida nos últimos anos em Belo Horizonte por São Judas Tadeu, cujo santuário no bairro da Graça é visitado por dezenas de milhares de devotos todo dia 28 e, por muito mais fiéis, no dia 28 de outubro.¹⁵

Comunidades, movimentos e pastorais

O levantamento da participação nas missas dominicais constatou também uma forte influência do movimento conhecido como “Renovação Carismática Católica”.¹⁶ De fato, entre 15% (na RENS) e 18,8% (na RENSA) dos fiéis que estavam nas missas de 18/11/1990 se declararam participantes dos “grupos de oração”.¹⁷ Quanto à participação em

¹⁴ A Arquidiocese está dividida territorialmente em três Regiões Episcopais, que receberam como título e padroeira, respectivamente: Nossa Senhora da Piedade (abreviatura: RENSA), que inclui o Centro e a região Sudeste de Belo Horizonte, mais os municípios de Caeté, Nova Lima, Sabará e vizinhos; Nossa Senhora da Conceição (RENSC), que inclui a Região Norte da Capital, com o distrito de Venda Nova e os municípios de Neves, Vespasiano, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e vizinhos; Nossa Senhora Aparecida (RENSA), que abrange a Cidade Industrial de Belo Horizonte e o Barreiro, Contagem, Betim, Esmeraldas, Ibirité e os municípios do Vale do Paraopeba. A RENSA concentra a área industrial e a população operária; a RENS concentra a classe média alta; a RENS está numa situação socioeconômica intermédia, com muitos bairros residenciais populares e alguns bairros de classe média alta (Pampulha).

¹⁵ No dia 28.10.1996 teriam visitado o santuário cerca de 200.000 pessoas.

¹⁶ A “Renovação Carismática Católica” é um movimento difundido em muitos países, a partir dos Estados Unidos, poucos anos depois do encerramento do Concílio Vaticano II (1965). No Brasil, está festejando 25 anos de história. Promove especialmente os grupos de oração, além de eventos de massa.

¹⁷ 17% dos presentes nas missas representavam cerca de 44.000 pessoas; note-se que há pessoas que freqüentam assiduamente os grupos de oração, mas nem sempre a missa dominical.

“comunidades eclesiais de base” (CEBs), as respostas eram várias: desde 1,2% na região mais central (RENSP) até 5,6% na região mais operária (RENSA). A média geral era de 3,2%, equivalente a cerca de 8.300 pessoas (*Religião na grande B. H.*, p. 43). A pesquisa da Datafolha de setembro de 1994 encontrou quase 2 milhões de membros das CEBs e 4 milhões de carismáticos (respectivamente 1,8% e 3,8% dos eleitores). Em Minas Gerais, a porcentagem de carismáticos era um pouco mais alta (4,4%) e a dos membros das CEBs um pouco mais baixa (1,4%). No caso da Arquidiocese de Belo Horizonte, vários fatores explicam o pequeno número de CEBs: a quase ausência de população rural (onde as CEBs proliferam mais facilmente); o apoio oficial dado somente nos últimos anos; a falta de um trabalho específico de criação de CEBs, a não ser em poucas paróquias.¹⁸

Há muitos outros movimen-

tos e associações no meio católico da Arquidiocese. Aliás, Minas se destaca pela presença dos “outros movimentos”.¹⁹ Não dispomos, no momento, de dados precisos sobre os movimentos familiares (como “Movimento Familiar Cristão” ou “Equipes de Nossa Senhora”, mais antigos, ou “Encontro de Casais com Cristo”, mais difundido), ou grupos de jovens ou os diversos ramos da “PJ” (Pastoral da Juventude). Aliás, esses movimentos seguem geralmente um ciclo de altos e baixos, de entusiasmo e de arrefecimento, de retomadas e de impasses. Contribuem, contudo, para a socialização dos jovens e a formação de lideranças, que posteriormente atuam em movimentos sociais, associações de bairros, sindicatos, partidos.

Mais estáveis são as associações tradicionais, como o Apostolado da Oração, a Legião de Maria²⁰ ou as Conferências de S. Vicente, mais autônomas em relação às paróquias, mas muito nu-

merosas e atuantes no campo da assistência e promoção social.

Igreja e comunicação

Quem tem acesso aos instrumentos de informação interna da Igreja em Belo Horizonte fica surpreendido com o número e a variedade das organizações que compõem o mundo da Arquidiocese: 204 paróquias, 24 forâneas, dezenas de associações, movimentos e pastorais. Ao mesmo tempo, não deixa de ser igualmente surpreendente – numa época de abundância dos meios de comunicação – o desconhecimento recíproco.²¹ Existem, porém, bons canais de comunicação entre o centro da Arquidiocese e sua base. A Rádio América desempenha um papel essencial para o contato entre o Arcebispo e os fiéis, particularmente os mais devotos e um importante público feminino, com participação ativa nas atividades

¹⁸ Uma valiosa experiência de CEBs é a da Paróquia Jesus Operário no bairro Petrolândia (Contagem), próximo de Betim, da Refinaria da Petrobrás (que deu o nome ao bairro) e da Fiat. A história das CEBs de Petrolândia foi estudada pela professora de Comunicação da PUC•Minas Sandra de Fátima Pereira TOSTA. Os primeiros resultados da pesquisa foram publicados pela própria Paróquia: *Fé, memória e comunicação: a construção das comunidades eclesiais de base de Petrolândia*. Contagem, 1995, 55 p. Uma análise mais completa da vida dessas comunidades, de sua cultura, de suas opções políticas e religiosas, é desenvolvida pela autora na tese de doutorado, que defenderá proximamente na USP.

¹⁹ A pesquisa da Datafolha de 1994 encontrou 10,4% dos eleitores ligados a movimentos católicos diferentes da RCC e das CEBs. A média nacional era de 7,9% de eleitores ligados a outros movimentos. Cf. A. F. PIERUCCI – R. PRANDI, *A realidade social das religiões no Brasil*, p. 216.

²⁰ O Apostolado da Oração conta com 40.000 membros; a Legião de Maria, com 5.848 legionários(as) e 45.500 auxiliares, segundo o informativo da Arquidiocese de junho de 1997, com estatísticas relativas ao ano de 1996.

²¹ A “Assembléia do Povo de Deus”, realizada pela Arquidiocese em 12-13 de outubro de 1996, com a participação de mais de 500 delegados de paróquias e organismos diocesanos, pôs em relevo esta falta de comunicação, seja pelo desconhecimento por parte da maioria dos participantes das iniciativas de outras paróquias ou pastorais ou organizações diocesanas, seja pelas propostas avançadas para melhorar a comunicação interna da Arquidiocese.

paroquiais. Além do Arcebispo, outros padres e dirigentes de pastorais desempenham o papel de informar sobre pensamento e ação da Igreja. Há vinte anos, a Arquidiocese produz uma misa na televisão no domingo pela manhã (atualmente na TV Minas) e o Arcebispo apresenta o programa “Palavra de Deus”, re-produzido também por outras emissoras. Além disso, podem ser citados uma centena de boletins paroquiais e o semanário “Jornal de Opinião”, muito apreciado, mas pouco conhecido.

Apesar das falhas indicadas, a comunicação “interna” (no sentido de dirigida aos católicos convictos e praticantes) funciona satisfatoriamente na Arquidiocese e há sinais concretos de uma maior expansão nesse campo (projeto de um canal de TV próprio; aquisição de uma segunda rádio; melhor articulação

dos meios existentes; formação de equipes de comunicação em nível paroquial...). A que parece mais fraca é a comunicação “externa”, dirigida ao grande público, seja para fazer conhecer as atividades da Igreja, seja para contribuir com um serviço de informação, educação e reflexão crítica.²²

Limitando-nos ao primeiro aspecto – o da divulgação da ação social da Igreja –,²³ parece haver um grande déficit de comunicação quanto aos 4 hospitais, 33 ambulatórios, 20 casas de repouso ou asilos, 15 centros para atendimento a menores, 70 creches, 50 consultórios familiares, 44 centros de educação especial e outras 26 obras sociais (total: 262), além das 61 escolas de 1º e 2º grau (com 63.654 alunos) e a Pontifícia Universidade Católica, com 24.013 estudantes.

É verdade que o evangelho

exige: “Não saiba a tua mão esquerda o que faz a direita” (Mt 6, 3). Mas se não deve ser incentivado o exibicionismo ou o culto da personalidade (e neste estudo não citamos nenhum nome de pessoa), seria bom divulgar – com a devida discrição – exemplos a serem imitados e prestar conta com mais clareza daquilo que paróquias, movimentos, pastorais e a organização diocesana fazem com recursos que provêm substancialmente das próprias comunidades.

Outra análise – que aqui não é possível – deveria ser feita quanto à presença dos católicos na produção cultural ou na atuação política, que hoje parece mais diluída do que na sociedade fortemente marcada pelo conflito das ideologias dos anos ‘30 ou ‘60 deste século, quando a presença católica era agressiva e polêmica. (Matos, 1990; Mata, 1996)

²² Mesmo um meio de comunicação hoje indispensável e extremamente difundido, como o telefone, não parece merecer grande atenção. Por curiosidade, verificamos o número de telefones de “Igrejas, Templos e Agremiações Religiosas” nas páginas amarelas da Lista Telefônica de Belo Horizonte (1997). Encontramos 144 telefones de instituições Católicas (paróquias, comunidades religiosas, obras sociais...), 67 instituições Batistas, 44 de Igrejas Pentecostais diversas, 39 da Igreja Quadrangular, 17 dos Metodistas, 13 de Grupos interconfessionais (evangélicos, geralmente), 13 de Presbiterianos, 12 de Centros espíritas (kardecistas), 8 da Assembléia de Deus, 7 da Seicho-no-iê, 6 da Igreja Universal do Reino de Deus, 4 de Umbanda, 4 de Mórmons, 4 de Igrejas Brasileiras, 4 de Adventistas, 3 da Perfeita Liberdade, 2 da Congregação Cristã, 2 da Igreja Messiânica, 1 dos Luteranos, 1 da Igreja Episcopal, 1 do Bahai, 1 do Hare Krishna, 1 do Movimento Gnóstico, 1 da Igreja da Unificação. A interpretação desses números deve ser cautelosa. Não se trata de um levantamento estatístico confiável. O uso do telefone (e sua publicação na lista oficial) depende da situação socioeconômica e, às vezes, das particularidades de cada religião. Os católicos parecem pouco preocupados em divulgar seus telefones: nem metade das 200 paróquias (com quase 1.400 lugares de culto!), das 120 casas religiosas, das 250 obras sociais aparecem na lista. Igrejas evangélicas de classe média (Batistas, Quadrangular, Metodistas, Presbiterianos) têm um alto número de telefones em proporção ao número de fiéis, enquanto Igrejas pentecostais pobres, muito mais numerosas, como Assembléia de Deus e Congregação Cristã, ou cultos como o da Umbanda quase não estão mencionadas na lista telefônica. Outro fator é o tamanho do Templo: os da Igreja Universal do Reino de Deus são relativamente poucos, mas de tamanho muito superior aos pequenos templos da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã. Mesmo assim, a lista não deixa de ser útil para mostrar a grande variedade de opções religiosas oferecidas aos belo-horizontinos, entre as quais não faltam as que atendem à distância, como “Telepaz Mensagem” ou “TeleShalom Pronto Socorro de Jesus”.

²³ A ação social não é a função própria e característica da Igreja, mas ela a exerce de fato, solicitada pelas necessidades da população, especialmente da mais carente. Essa função social, como vimos, é julgada positivamente pela opinião pública e, em muitos casos, é o único canal de contato com a Igreja por parte de não-católicos e não-praticantes.

Assinalamos, enfim, que a Arquidiocese de Belo Horizonte conta com um número significativo de ordens e congregações religiosas, masculinas (42, com 306 sacerdotes e 121 irmãos) e femininas (82, com 1425 irmãs), as quais atuam com bastante autonomia e em campos diversos (desde a vida contemplativa até a ação social). Particularmente forte é a concentração, na capital mineira, dos institutos de formação dos futuros padres e religiosos. Há três centros principais de estudos: o Seminário da Arquidiocese, que recebe, além dos seminaristas de Belo Horizonte, os de várias outras dioceses e uns poucos religiosos; o Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), mantido por um consórcio de diversas congregações masculinas e femininas; as Faculdades de Filosofia e Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, completadas pelo Instituto Santo Inácio (ISI). Os seminaristas religiosos dos cursos superiores (filosofia ou teologia) eram 335 em 1996; os diocesanos eram 78 da Arquidiocese e cerca de 80 de outras dioceses.²⁴ Temos aqui quase 500 seminaristas, ou seja, 1/14 dos seminaristas brasileiros.

As respostas da Igreja-instituição às mudanças socioculturais

Está na hora de concluir essa resenha de números e de aspectos da Arquidiocese de Belo Horizonte e de esboçar brevemente um quadro de conjunto quanto à ação organizada da Igreja face aos desafios dos anos '90, fim de século que preanuncia o novo milênio.

Retomamos a hipótese que nos serviu de ponto de partida. O contexto cultural atual criou uma situação de pluralismo religioso, que necessariamente torna mais competitiva a coexistência de várias religiões na mesma sociedade (e cidade). Além do mais, o indivíduo é hoje estimulado a construir sua identidade, não a partir de um modelo tradicional, mas com base em livres escolhas. A situação é muito diferente daquela em que o catolicismo detinha uma espécie de monopólio do campo religioso (Brasil colonial) ou uma hegemonia muito nítida.

A nova situação exige uma nova qualidade do catolicismo. A hegemonia, como se sabe, pode gerar um certo relaxamento. Os líderes da renovação católica

no início do século (o pe. Júlio Maria ou Dom Leme) lamentavam a situação herdada do Império e da Colônia: um catolicismo festivo, nada empenhado socialmente, com pouco peso na sociedade civil e – na expressão de Dom Leme – fortemente marcado pela “ignorância religiosa”. A reforma católica do século XX foi marcada inicialmente por modelos europeus, por uma incompreensão da tradição religiosa popular, por um excesso de ênfase no conflito ideológico ou doutrinário e, na prática religiosa, por uma acentuação demasiada da importância dos sacramentos.

O contexto eclesial dos anos '90 apresenta-se muito diferente dos primeiros sessenta anos do século, após a virada do Concílio Vaticano II (1962-65) e, principalmente, o esforço de reinventar de forma original e própria uma ação eclesial latino-americana e, especificamente, brasileira.

Em Belo Horizonte, durante o ano de 1990, os trabalhos de três Assembléias do Clero, impulsionados pelo Arcebispo, o Conselho Presbiteral e uma Comissão “ad hoc”, desembocaram num projeto de dinamização da pastoral, denominado “Construir a Esperança”. Os primeiros

²⁴ Cf. o citado informativo da Arquidiocese de junho de 1997, que porém omite os dados dos seminaristas diocesanos de outras dioceses, que estudam em Belo Horizonte.

passos do projeto foram as pesquisas já citadas²⁵ e uma ampla consulta ao “laicato” católico, aos fiéis mais ativos nas paróquias e organizações católicas. Daí nasceram um processo permanente de reflexão²⁶ e um plano de ação, que tem duas diretrizes básicas:

- aprimorar as celebrações litúrgicas, as homilias e a formação dos católicos;
- transformar os católicos praticantes em evangelizadores, capazes de prestar serviços às comunidades e de testemunhar sua fé no Evangelho.

Quanto à primeira diretriz, ela vem sendo desenvolvida desde o 2º semestre de 1991 através de programas específicos que oferecem subsídios para as celebrações e homilias dominicais, para a realização semanal de grupos de reflexão e para a execução de ações de serviço comunitário ou de evangelização. Cada programa aborda um tema determinado durante algumas semanas (geralmente 7 semanas na Quaresma, 9 semanas no Tempo Pascal, 15 semanas no 2º semestre, desde a Assunção até o último domingo do ano litúrgico, no final de novembro; há ainda um programa para o Ad-

vento e o Natal, mais centrado na celebração e na oração do que em novas ações). E cada programa procura integrar diversas atividades e diversos meios de comunicação: a celebração litúrgica, enriquecida de gestos e símbolos; a homilia, tornada mais próxima da S. Escritura e da vida atual; o grupo de reflexão, que confronta o evangelho do domingo com a vida cotidiana do grupo; as transmissões de rádio e televisão, que animam e orientam os grupos. O programa da Quaresma se inspira na Campanha da Fraternidade, promovida anualmente pela Conferência Episcopal (CNBB). Os programas do Tempo Pascal e do Tempo Comum (2º semestre) são decididos pela Arquidiocese. Ou melhor: eram decididos até 1º de dezembro de 1996, quando a CNBB lançou seu Projeto “Rumo ao Novo Milênio”, em sintonia com as sugestões da carta do Papa João Paulo II “*Tertio Millennio Adveniente*”. Esse projeto prevê, entre outras coisas, uma espécie de catequese intensiva dos católicos nos anos 1997, 1998 e 1999, centrada ao redor das pessoas de Jesus Cristo, do Espírito Santo e de Deus Pai. O projeto da CNBB se inspira, quanto ao conteúdo, nas orientações do Papa. Mas,

quanto à metodologia e à organização das práticas pastorais, depende em grande parte do Projeto Pastoral da Arquidiocese de Belo Horizonte, cuja equipe assessora atualmente a CNBB nesse aspecto.

Quanto à segunda diretriz, a Arquidiocese procura o caminho... caminhando. Além de buscar repetidamente conscientizar os católicos de sua responsabilidade missionária ou de testemunhar o evangelho, procurou-se encontrar formas simples de colocar os católicos praticantes em contato com os católicos não-praticantes e os não-católicos. Teve notável amplitude e repercussão a visita às famílias, realizada pelos católicos a partir das paróquias, inicialmente em outubro de 1994, com a finalidade de anunciar a realização em Belo Horizonte do 5º Congresso Missionário Latino-Americano, efetivamente realizado em julho de 1995. Foram cerca de 300.000 visitas, que serão repetidas em outubro deste ano de 1997, com a finalidade de anunciar o ano de Jesus Cristo em preparação ao Jubileu do ano 2000 e distribuir gratuitamente um exemplar dos Evangelhos. Outra forma de conscientização e ação foram as missões de férias, realizadas ge-

²⁵ Particularmente as duas cujos resultados estão em *Religião na Grande B.H.*, 1991.

²⁶ Essa reflexão é partilhada anualmente, num seminário de “Pastoral Urbana”, que se realiza em setembro, desde 1992, com outras Arquidioceses como São Paulo e Campinas (que promoveram a iniciativa junto com Belo Horizonte) e Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro...

ralmente em janeiro, em bairros periféricos (como Taquaril, Rosa-neves ou Cafezal...). Outra iniciativa importante, embora ainda de dimensões modestas, é a extensão das pastorais sociais, particularmente ligadas a Campanhas da Fraternidade: a de 1993, sobre Moradia, deu origem a um trabalho de apoio aos sem-casa, trabalho que continua; a de 1995, sobre os Excluídos, deu origem a uma multiplicidade de iniciativas e a uma revisão geral das obras sociais das paróquias, visando a uma melhor adequação das mesmas às necessidades reais, sobretudo às necessidades novas ou emergentes.

Todas as iniciativas assinaladas prolongam o que, substancialmente, a Igreja no Brasil foi descobrindo e assumindo desde os anos '70: a formação de grupos e pequenas comunidades, a redescoberta da Bíblia e sua leitura a partir da vida de hoje, a pastoral do serviço e o empenho pela promoção humana ou social. Mas não está ausente, especialmente nos anos mais recentes, a preocupação de compreender e atender à nova religiosidade, à espiritualidade – às vezes marcadamente subjetivista, que busca mais a felicidade do que a ascese – que parece sempre mais

impregnar não apenas os “novos movimentos religiosos”, mas também o próprio universo católico. É ainda cedo para dizer quais rumos tudo isso tomará e quais serão as conseqüências para a Igreja-instituição. Mas não é cedo demais para prestar mais atenção (do que a pastoral tridentina, preocupada acima de tudo com a doutrina e a disciplina) às pessoas, para acolhê-las com espírito evangélico, com espírito de abertura e solidariedade, com sensibilidade humana ao menos!

Perspectivas: até onde irá a renovação?

Sobre os rumos da Igreja no futuro é possível apenas imaginar algo. O destino da Igreja em Belo Horizonte não dependerá apenas dela mesma, mas das transformações em toda a Igreja Católica. Alguns sociólogos formularam três hipóteses alternativas: 1) a Igreja poderá tentar reforçar sua centralização e sua disciplina, fechando-se novamente dentro dos “bastiões” que H. Urs von Balthasar²⁷ queria abater desde os anos '50, permanecendo numa atitude antimoderna,

apoiada pelos grupos de fiéis tradicionalistas e nostálgicos (que não são poucos, recrutados entre os muitos que a modernidade desiludiu ou prejudicou); é a continuação das atitudes de uma Igreja perseguida, que chegaram às suas expressões mais fortes nos países comunistas e daí repercutiram sobre todo o catolicismo recente; 2) a Igreja poderá fragmentar-se numa multiplicidade de grupos ou comunidades de base, com grande autonomia e pouca coesão entre si, o que provavelmente enfraqueceria a presença pública da Igreja na sociedade, embora atendendo a desejos individuais de experiências religiosas comunitárias ou “emocionais”; é uma tendência que, de fato, já avançou e já mostrou seus limites em alguns países da Europa Ocidental; 3) a Igreja aceitará um forte pluralismo interno e administrará seus conflitos, mantendo uma autoridade central de referência e, ao mesmo tempo, reconhecendo ampla autonomia às comunidades locais e mesmo a grupos de orientação diferente (como, de fato, aconteceu na Igreja antiga, embora num contexto muito diferente do atual, e acontece em parte nas Igrejas Orientais).

A curto prazo, pode-se até

²⁷ O livro de Hans Urs von BALTHASAR foi publicado em 1952 e os bastiões eram os que separavam a Igreja do “mundo”. Balthasar (nascido na Suíça, em 1905), excluído dos peritos do Vaticano II porque demasiadamente “avançado”, acabou eleito cardeal em 1994, pouco antes da morte.

pensar – com Peter Beyer (1994, p. 395-419) – que a solução fundamentalista ou de defesa intransigente do passado tem mais probabilidades de prevalecer, mas que – a longo prazo – é a solução mais pluralista e ecumênica, capaz de reconhecer e aceitar as diferenças, que tem chances de se afirmar. De imediato, a solução mais inteligente – e talvez mais conatural ao catolicismo mineiro – é a de evitar os extremismos e apostar na convivência pacífica e no diálogo.

A tarefa, contudo, não parece fácil. O “povo de Deus”, os católicos comuns – mais ligados à instituição eclesiástica ou mais inclinados às práticas do catolicismo popular e às devoções aos santos – parecem aceitar o pluralismo sem grandes problemas e desejar uma renovação da Igreja no sentido de uma maior diversidade e de uma maior auto-

nomia dos diversos grupos. O clero, ao contrário, não tanto por decisão ou qualidades pessoais, mas pela situação estrutural em que se encontra, tem mais dificuldades para mudar no sentido que a evolução do catolicismo parece exigir. Os padres estão sobrecarregados de trabalhos, inclusive burocráticos, por uma excessiva centralização das funções eclesiais no clero e pelo excessivo número de fiéis que recorrem a eles.²⁸ Nessas condições, o grande risco – nas paróquias, mas também nos colégios, universidades, seminários, instituições assistenciais – é que o padre se transforme mais num gerente administrativo, reduzindo ao mínimo o atendimento propriamente “pastoral” e espiritual, sobretudo o atendimento individual ou personalizado. Além disso, não se pode deixar de observar como a Arquidiocese

se ainda concentra quase todos os seus recursos humanos nas paróquias, sem criar novas estruturas e funções para cuidar dos problemas urbanos, que se colocam no nível da cidade e da metrópole (com algumas exceções – como no campo da comunicação – mas que são exatamente... exceções, não regra).

Sem uma redistribuição das responsabilidades no interior da Igreja-instituição, dificilmente ela poderá dar respostas adequadas aos desafios do novo milênio que se aproxima. Mas o catolicismo não é apenas a hierarquia, nem a instituição eclesiástica, nem os católicos praticantes. Ele impregna mais amplamente – embora escondido, como as sementes na terra – a população da capital centenária e mineira. Que frutos dará? Isto depende do Espírito, mais do que da terra. E o Espírito sopra onde e quando quer.

²⁸ Na Arquidiocese de B.H., pode-se calcular que, geralmente, um pároco atenda a cerca de 1.500 fiéis assíduos às práticas religiosas, outros tantos com prática esporádica, e mais 10 ou 15.000 habitantes da paróquia, afastados das práticas religiosas, mas que mesmo assim aguardam a prestação de algum serviço e o anúncio do evangelho.

Referências bibliográficas

- BEYER, Peter F. A privatização e a influência pública da religião na sociedade global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura global**; nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 395-419.
- BEYER, Peter F. **Religion and globalization**. London: Sage Publ., 1994.
- BITTENCOURT Filho, José. Abordagem fenomenológica. In: ROLIM, Francisco C., BITTENCOURT, Fº José, HORTAL, Jesús. **Novos movimentos religiosos na igreja e na sociedade**. São Paulo: Edições AM, 1996. p. 45.
- CARNEIRO, Leandro Piquet, SOARES, Luiz Eduardo. Religiosidade, estrutura social e comportamento político. In: BINGEMER, Mª Clara (org.). **O impacto da modernidade sobre a religião**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 9-58.
- DEELEN, Godofredo J. **A sociologia a serviço da pastoral**. Petrópolis: Vozes, 1967, 2. v.
- LUCKMANN, Thomas. **The invisible religion**. New York: Macmillan, 1967. Tradução italiana: **La religione invisibile**. Bologna: Il Mulino, 1969.
- MATA, Sérgio Ricardo da. **A fortaleza do catolicismo**; identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. Belo Horizonte, Mestrado de História da UFMG, 1996, 261p.
- MATA MACHADO, Edgar de Godói da. **Memorial de idéias políticas**. Belo Horizonte: Editora Vega, 1975, XIV, 534p.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1990, 502p.
- NEVES, Lucília Almeida; DULCI, Otávio Soares; MENDES, Virgínia dos Santos (org.). **Edgar de Godói da Mata Machado**: fé, cultura e liberdade. Belo Horizonte: Editora UFMG – S. Paulo: Edições Loyola, 1993, 255p.
- NOEL, Francisco Luiz. População tem crescimento em baixa. **Jornal do Brasil**, 6/8/1997, p. 4.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. **Revista USP**, n. 13, março de 1992, p. 144-156.
- PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1996, 293p.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Igreja de Deus em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1971, 215p. (edição comemorativa, sem menção de Editora).
- TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. **Fé, memória e comunicação**: a construção das comunidades eclesiais de base de Petrolândia. Contagem: Paróquia Jesus Operário, 1995, 55p.
- VALLE, Edênio. Psicologia social e catolicismo popular. **REB (Revista Eclesiástica Brasileira)**, n. 36, 1976, p. 171-188.
- VALLE, Edênio. **Religiosidade Popular**: evangelização e vida religiosa. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 21-29.
- VÁRIOS AUTORES. Fundamentalismo; um desafio ecumênico. **Concilium**, n. 241, 1992/3, 165p. (editora Vozes, Petrópolis).
- VÁRIOS AUTORES, **Juventude face à vida**. Pesquisa sobre os jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Arquidiocese de B. H., 1993, 45p.
- VÁRIOS AUTORES, **Religião na grande BH**. Primeiro relatório das pesquisas promovidas pela Arquidiocese de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Arquidiocese de B. H., 1991, 52p.

IMAGENS DA BELO HORIZONTE DE PEDRO NAVA

Elisabeth Guerra Parreiras Baptista Pereira

Departamento de História – PUC•Minas

Herbe Xavier

Departamento de Geografia – PUC•Minas

Para sempre. Jamais poderei esquecer-me de ti Belo Horizonte, de ti nos teus anos vinte. E, se isso acontecer, que, como no salmo, minha mão direita se resseque e que a língua se me pregue no céu da boca. Belo, belo Belorizonte.
(Nava, 1976, p. 306-307)

RESUMO

Este ensaio propõe-se a recuperar a imagem de uma Belo Horizonte que se perdeu no tempo. Utiliza como fonte a obra memorialística de Pedro Nava, buscando integrar conceitos, métodos, terminologia e procedimentos da história e da geografia para entender um tempo e um espaço vividos.

Com menos de cem anos, Belo Horizonte, criada sob a influência das idéias de progresso e de modernidade do pensamento positivista dos primeiros anos da República, tem demonstrado uma acentuada tendência autofágica, num processo compulsivo de renovação e superação contínuas, o que constitui uma ameaça corrosiva à sua memória histórica e material. Por isso, é urgente guardar algo do que se foi, para que suas imagens não se percam irremediavelmente.

Pedro Nava descreveu em suas memórias a sua Belo Horizonte, num tempo (1910/1930) e espaço vividos intensamente, expressos com forte carga afetiva, cheia de encantamento e aguçada observação crítica. Suas memórias são de uma Belo Horizonte “congelada”, ponto de referência para se perceber o quanto a cidade perdeu de suas características iniciais, na efemeridade de suas coisas.

Essa efemeridade já fora percebida e denunciada por Nava ao lon-

go de seus textos memórias, como **Chão de ferro**.

A beleza da Praça da Estação, a árida subida da Caetés, os oito renques de árvores da Afonso Pena: no centro da avenida corriam duas filas de palmeiras imperiais, as primeiras sacrificadas. Nos passeias, nas sarjetas, outras filas vegetais. Entre estes e as palmeiras, a teoria gloriosa dos ficus recentemente assassinados.

Morte! aos prefeitos, cuja carapaça lhes impede a percepção das paisagens impregnadas de passado das cidades que eles des governam. (Nava, 1986. p. 148)

A obra literária como fonte primária da história

Na perspectiva da nova história, tomar a obra memorialística de Pedro Nava como documento-monumento de uma Belo Horizonte que se perdeu no tempo é mais do que uma tentativa de representar o passado. É uma tentativa de se entender a História como uma possibilidade de garantir a cada personalidade-testemunho (inserido num tempo e num espaço) o direito à voz e ao reconhecimento, é reconhecer nele e em sua obra uma expressão individual (uma memória individual como que uma encarnação de memória coletiva), capaz de reconstruir de forma estética e crítica, ao mesmo tempo, a complexidade de uma

sociedade nas suas diversas e ricas faces.

A transformação de uma obra literária em fonte histórica é a tarefa do historiador, que ao inquirir e extrair dela alguma forma de representação do passado, confere à obra o caráter de fonte primária de grande valor, porque logo está superada a idéia de que a imaginação é “uma faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos, e que pertencia sobretudo ao domínio da arte, (...) (Baczko, 1985. p. 296). Os contestatórios anos sessenta imprimiram uma outra conotação a essa palavra. A imaginação é hoje tida como construção de símbolos de uma sociedade no afã de se entender e se fazer entendida, expressa sobretudo uma representação coletiva, que está longe de ser apenas um “floreamento” da realidade material, ao contrário, “o imaginário social *informa* acerca da realidade”, (...) (Baczko, 1985, p. 296)

Segundo Le Goff (1976), as obras literárias e artísticas são consideradas importantes fontes históricas, porque constituem uma representação dos fenômenos objetivos, são “documentos da imaginação”.

A História que se quer produzir não tem a veleidade de se ver como “total”, mas pretende se ocupar dessa obra memorialística de talento e representatividade como um lugar de obser-

vação de Belo Horizonte nas suas primeiras décadas.

“Interrogar a sociedade, pôr-se à sua escuta, esse é o primeiro dever do historiador” (Ferro, 1992, p. 76). Assim, o que se quer é interrogar Pedro Nava, como representação individual de uma sociedade, pôr-se a escutá-lo para reconstituir um complexo contexto espaço-temporal e entender que as cidades são a expressão da subjetividade individual e coletiva dos homens que nelas vivem. Mesmo apoiando-se numa obra memorialística e reconhecendo que a memória tem certa dose de autonomia, o que lhe garante ampliar, reduzir, violar a ordem cronológica das efemérides, impor, embaçar a reavivar os fatos, sabe-se que ela guarda uma correspondência de “realidade” com o objeto representado.

A viagem da memória não tem possibilidade de ser feita numa só direção: a do passado para o presente. Não é a nós que velejamos para os anos atrás em busca dos nossos eus. Levamos conosco uma experiência não inarrancável que ela é elemento de deformação que nos obriga a agir com as nossas recordações como os primitivos que pintavam a Natividade, o Pretório e a Ressureição, dando à Virgem, a São José, a Nosso Senhor, a Pilatos e aos centuriões, roupas medievais em ambientes italianos, flamengos e espanhóis. (Nava, 1986, p. 282)

Diversos estudos, especialmente aqueles ligados à historio-

grafia saída da École des Annales, permitem-nos transitar por diversas áreas na intenção de buscar uma representação do passado. Essa historiografia indica-nos novos objetos, abordagens e problemas, permitindo-nos rever o fato histórico sob um novo prisma (por sinal, mais vivaz), e escolher uma variedade de caminhos e de fontes, não considerados como tais até bem pouco tempo.

E mais, hoje, o historiador pode se ver livre dos velhos limites ortodoxos da história-ciência, intercambiando com outras ciências humanas e sociais e com outras construções culturais do homem como a arte e a literatura.

No momento, segundo Le Goff (1995),

... fala-se da crise da história; crise há, mas creio que se trata sobretudo de uma crise das ciências sociais, e se a nova história nela está envolvida é provavelmente porque foi a que mais se compreendeu com essas ciências. Isso merece um exame atento, e não creio que a solução possa se encontrar num fechamento da história em si mesma. (p. 8)

Nesse universo tão amplo de possibilidades, caminhos e fontes, o que cabe ao pesquisador da história?

... explicar o passado através do "achado", da "identificação" ou de "descoberta" as "estórias" que jazem enterradas nas crônicas, (...) o historiador arranja os escritos da crônica dentro da hierarquia de significação

ao atribuir aos eventos funções diferentes como elementos da história, de maneira a revelar a coerência formal de um conjunto completo de eventos como processo compreensível, com princípio, meio e fim discerníveis. (White, 1995, p. 221)

O fundamento norteador deste estudo é, portanto, buscar na forma de um discurso narrativo em prosa e em algumas imagens fotográficas a montagem de uma representação do passado belo-horizontino a partir de um "achado" literário de Nava.

Quanto às imagens fotográficas, tem-se a consciência de que cada uma delas não representa a Belo Horizonte de Nava, mas de tantos fotografos que se detiveram na tarefa de guardar imagens iconográficas dessa cidade ao longo do tempo. A câmara não é um objeto frio e imparcial, por ela passam o foco, o jogo de luz e sombra, o senso estético e a chama afetiva que cada fotógrafo quis imprimir à sua construção imagética. As fotografias, aqui usadas como discurso iconográfico, não são imagens navianas, são apenas uma tentativa de dar visualidade, uma certa concretude, a uma Belo Horizonte que não existe mais, permitindo-nos acompanhar o processo ágil de mudança do espaço, numa sucessão de paisagens e lugares das primeiras décadas desse lugar urbano, hoje centenário. Os pontos de parada estão nas memórias de Pedro Nava.

São acolhidos os sábios "conselhos" da história nova, que resalta uma forte aliança entre si e a geografia, porque busca simultaneamente o tempo e o espaço na construção de um tempo-espaço vividos. Este estudo é uma possibilidade de realização dessa construção.

A geografia observa e analisa aspectos do meio ambiente na escola e nas categorias em que comumente são apreendidos na vida diária. O temperamento de seus praticantes a fazem universal e multifacetada. (Lowenthal, 1982)

Segundo Dardel (1954), ciência geográfica pressupõe um mundo que pode ser entendido geograficamente, em que o homem pode sentir e conhecer a si como ligado à terra. A ligação com a terra pressupõe experiências de lugares, espaços e paisagens, de um mundo vivido, aquele mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados nos quais estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias. É um mundo em acentuado contraste com o universo da ciência, com seus padrões e relações cuidadosamente observados e ordenados (Relph, 1979). Assim, cabe aqui uma interação tempo-espaço na construção do tempo-espaço vividos por Nava, na Belo Horizonte das primeiras décadas.

Este estudo, tendo como su-

porte documental as “Memórias” de Pedro Nava, tentando reconstruir a história de uma cidade, transita perigosamente na certeza de que a memória e a história nem sempre têm uma convivência tranqüila; percebem-se muitas vezes entre elas alguns pontos de incompatibilidade e até mesmo de oposição.

Memória, história, longe de serem sinônimos, tomemos consciência de que tudo opõe uma a outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas manifestações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências, de repetidas revitalizações. A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (Nora, 1993, p. 9)

Mas é preciso recompor essas imagens da memória para dar historicidade a um passado belo-horizontino que não é mais. É preciso desvendar o enigma que é a cidade ou a cidade de cada um. Cada cidade “real” é a síntese de uma multivariada de imagens construídas através da percepção tempo-espaco de cada um; reconstruir essa história significa vasculhar o código de cada memória como uma encarnação da memória coletiva.

*Sinto o tempo parado em cada pedra que piso.
O passado me envolve, paio sobre as igrejas e assisto à ressurreição dos mortos.
Sou apenas memória.* (Moura, apud Nava, 1983, p. 369)

Percepção da paisagem geográfica da Belo Horizonte de Pedro Nava

Os estudos sobre a percepção da paisagem geográfica desenvolveram-se devido à preocupação no sentido de se conhecer e explicar as atitudes e valores da população frente ao espaço geográfico. Através da experiência, procura o homem conhecer as paisagens de seu meio ambiente. Aprende formas de ação para seu uso, sua valorização e, quando necessário, para assumir atitudes em relação à paisagem.

Isso concorre para que a compreensão cognitiva da paisagem se torne complexa. As relações das pessoas com a paisagem que as rodeia processam-se, também, a partir da percepção que dela se tem, das atitudes tomadas e dos valores a ela atribuídos. São extremamente variadas as maneiras de perceber e avaliar a paisagem. Do mesmo modo, são inconstantes as atitudes das pessoas, pois refletem variações individuais, bioquímicas, psicológicas, antropológicas e, de modo relevante, seu estilo de vida. Segundo Tuan (1980), os significados da percepção, de atitudes e de valores se superpõem e se tornam claros dentro do próprio contexto expresso em cada um desses processos. Esse autor con-

sidera que a atitude assumida frente ao mundo é formada por longa sucessão de percepções e de experiências. As atitudes adotadas pelas pessoas em relação à paisagem espelham seus interesses e valores e refletem sua visão do mundo. Trata-se de uma experiência conceitualizada, parcialmente pessoal e em grande parte social.

Neste estudo a noção de paisagem será considerada em sentido o mais abrangente possível, como concepção pluridimensional englobando componentes naturais e construídos, visíveis e não visíveis, tudo que está ao alcance de nossos sentidos. A paisagem se constitui de um conjunto de acidentes geográficos, mas, além de sua base física, estão nela incluídos todos os seres vivos que aí habitam, inclusive o homem. (Burle Marx, 1975)

Sabe-se que os fatores culturais e os componentes naturais da paisagem interferem na visão de mundo. Os conceitos de cultura e paisagem se superpõem, do mesmo modo que os de homem e natureza, constituindo um todo. Para se conhecer a preferência ambiental de uma pessoa, mister é examinar sua herança biológica, sua educação, seu trabalho e seus arredores físicos.

A pauta fundamental para a percepção da paisagem geográfica é o espaço onde se situam as

habitações, os caminhos e as regiões. É o mesmo espaço onde os homens caminham, valorizam as paisagens e passam as suas vidas.

Tuan (1980) afirma que o espaço geográfico é limitado e estático, não passando de uma moldura para os objetos. A natureza consiste de objetos discretos e de fundos envolventes e contínuos, como a luz e a temperatura. A visão tridimensional do homem lhe permite a percepção da paisagem como constituída de objetos contra um fundo indistinto.

Considera o autor que as experiências com as paisagens exercem influência na percepção. Pessoas com antecedentes socioeconômicos e aspirações diferentes avaliam as paisagens de modo distinto. Por outro lado o autor atribui ênfase ao efeito da paisagem na percepção e na visão de mundo.

A idéia de que cada indivíduo estrutura seu espaço geográfico em torno de si próprio parece universal. Os seres humanos, individualmente ou em grupo, tendem a estruturar a paisagem tendo o “self” como centro. Com isso, a paisagem se orienta por uma série de valores irradiados da própria pessoa ou de seu grupo.

Em linha fenomenológica, o espaço geográfico perceptivo é orientado como um prolonga-

mento do corpo do sujeito. Colot (1986), com base em Vexhüel, destaca três zonas distintas para esclarecer a maneira como o espaço geográfico é percebido. A primeira zona corresponde ao espaço imediato, situado até o raio de aproximadamente três metros em torno do sujeito. A seguir vem o espaço profundo, onde reinam as constâncias perceptivas até um raio de 8 km do sujeito e, mais adiante, o espaço longínquo, onde as constâncias perceptivas se perdem.

O espaço imediato corresponde ao campo visual geográfico do sujeito, no qual, segundo Gibson (1950), os componentes paisagísticos que o constituem são predominantemente sentidos. O espaço profundo corresponde ao mundo visual, de onde, segundo o mesmo autor, descortina-se a paisagem que, pela variedade de objetos e formas apresentados, pode ser considerado o espaço por excelência da percepção visual.

Na dificuldade de perceber todos os seus componentes, dar-se-á nesse espaço profundo uma seleção daquilo que é percebido. Já o espaço longínquo, que corresponde a um prolongamento do mundo visual, não é percebido. Porém, graças às atividades perceptivas, que estabelecem um contínuo entre a percepção e a inteligência, pode-se inferir que esse processo per-

mite a transposição daquilo que foi percebido em outros lugares.

A percepção deve ser encarada como fase da ação exercida pelo sujeito sobre a paisagem, pois as atitudes não se apresentam justapostas, encadeadas umas às outras (Oliveira, 1979). Assim sendo, o fenômeno perceptivo não pode ser estudado isoladamente, nem pode ser apartado da vida das pessoas.

Ao se processar, a percepção, além de permitir a interação do indivíduo com a paisagem, permite também que sejam elaboradas respostas apropriadas às mudanças e às incertezas que o mundo oferece.

Neste sentido, a experiência e a visão do mundo desempenham importante papel no desenvolvimento da percepção, pois o contato direto com a paisagem permite ao indivíduo construir seu espaço perceptivo, o que justifica a importância da percepção geográfica no estudo da paisagem, resgatando sua memória ou tratando-se de seu processo de decomposição.

Para Tuan (1980), a percepção da paisagem é uma arte. Sua avaliação envolve a cultura e é influenciada pela arquitetura ou pela literatura. A paisagem é uma combinação de pontos de vista objetivos e subjetivos, que tem lugar no “olho da mente”. Ela se nos apresenta mediante um esforço de imaginação, exer-

cida sobre uma forma altamente selecionada, a partir de um sentido determinado.

Compreender um lugar, diz o autor, envolve tempo e reflexão. Aprendemos desde criança a perceber sempre mais com os olhos da mente. As informações dadas pela paisagem motivam o pensamento. Entretanto, as respostas dadas às informações que a paisagem oferece variam significativamente de uma pessoa para outra.

As diversas maneiras pelas quais as pessoas interpretam uma paisagem estão contidas nos estudos de Meinig (1979). Seus estudos basearam-se em entrevistas com um pequeno mas variado grupo de pessoas reunidas, olhando no mesmo instante para a mesma direção. Essas pessoas não interpretaram da mesma forma a mesma cena, podendo-se identificar dez enfoques diferentes da paisagem: natureza, *hábitat*, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética.

A interpretação da paisagem como natureza destaca os elementos físicos, atribuindo pouca importância à ação do homem na cena e restituindo a natureza à sua primitiva condição.

Pelo enfoque do *hábitat*, a paisagem é vista como morada do homem. Aquilo que se percebe é o trabalho contínuo dos grupos humanos para um relacio-

namento viável com a natureza. Assim, a paisagem é uma mistura de homem e natureza.

Como *artefato*, considera-se o impacto do homem sobre a natureza. Muitas pessoas vêem em primeiro lugar o registro do homem em todas as coisas. A terra se identifica como uma plataforma sobre a qual tudo é consequência da ação do homem.

Como *sistema*, percebem-se as paisagens num conjunto, não se considerando os fatos isolados.

Como *problema*, tende-se a perceber ou inferir em uma cena a existência de problemas como encostas erodidas, cidades inadequadas, decomposição da paisagem.

A paisagem é interpretada como *riqueza* por aquelas pessoas habituadas a atribuir um valor monetário àquilo que enxergam.

Como *ideologia*, a paisagem representa a combinação de símbolos de uma sociedade, símbolos de valor, ideais ou o fundamento filosófico da cultura.

Como *história*, a paisagem é um registro de experiências do passado. Para alguns espectadores, tudo que se manifesta diante de seus olhos é um complexo e cumulativo registro do trabalho do homem e da natureza desse lugar.

Como *lugar*, considera-se a paisagem familiar; toda ela é uma parcela individual do infi-

nitamente grande mosaico que é o mundo.

Finalmente, a interpretação da paisagem como *estética* enfatiza sua qualidade panorâmica.

Meinig considera ainda que esses dez modos de interpretar a paisagem não esgotam a possibilidade de existência de outros. Além disso, esclarece que também vemos, em comum, muitos elementos da paisagem, como casas, monumentos, estradas, árvores ou elevações, caracterizados pela forma, dimensão e cor. Atribuímos-lhes significado a partir da associação de fatos que ajustados, propiciam idéias coerentes.

Lewis (1979), após observar sistematicamente diversas paisagens, formulou alguns axiomas, como guias para interpretação de cenas.

Um desses axiomas considera a paisagem como um indício de cultura. A cultura de uma nação reflete-se em suas paisagens, que evidenciam o tipo de povo que as construiu.

Um outro axioma é o da identidade cultural e da igualdade de paisagens, pelas quais todos os elementos da paisagem refletem aspectos da cultura de um povo. O axioma histórico revela que uma paisagem é o registro do passado no qual os hábitos, a tecnologia, as riquezas, as ambições e as preferências eram diferentes dos hodiernos.

Assim, consideradas essas formas de interpretação da paisagem vêm ao encontro da visão de Santos (1982), segundo o qual a paisagem é uma combinação de (objetos naturais e sociais mostrando a acumulação de atividades de muitas gerações. Sua fisionomia reflete mudanças da economia, das relações sociais ou da política. Assim, a paisagem de uma cidade é o resultado da acumulação de tempos, sendo sua forma alterada, renovada, suprimida ou mantida em permanente modificação, a fim de acompanhar as transformações da sociedade. Na obra de Pedro Nava, as experiências dos lugares são carregadas de significados, valores afetivos intensos, conhecimentos que abarcam, simultaneamente, o sentimento, a familiaridade e a intimidade. Nava, ao escrever sobre Belo Horizonte, cidade por ele vivida, transmitiu experiências humanas para todos nós que hoje a vivenciamos.

Em todas as sociedades, antigas ou modernas, os laços entre o homem e a paisagem têm sido percebidos e experimentados no contexto de transformações espaciais e temporais com significados profundamente variados. Projetamos nas paisagens os símbolos de nossas histórias e mitos. (Lima, 1994)

Os símbolos atribuídos à paisagem representam valores que ultrapassam a realidade objetiva

e visível, e são também partes de nossa própria compreensão do mundo vivido. O conceito de mundo vivido se define a partir do sentimento do homem de estar ligado à terra.

Pedro Nava mantém com as paisagens que descreve relações íntimas e intensas, pois suas experiências humanas não se separaram da paisagem.

Belo Horizonte foi uma cidade planejada com o traçado em forma de tabuleiro de xadrez, sobre o qual foi desenvolvido um sistema de avenidas orientado num ângulo de 45 graus, cortando quarteirões em diagonal e possibilitando a formação de praças nos cruzamentos. A planta da cidade foi concebida como modernizante para a época.

O plano Original de Belo Horizonte dividiu-a em três setores: o urbano, o suburbano e o rural. O setor urbano corresponde ao trancado delimitado pela Avenida do Contorno. Foi cuidadosamente planejado, com ruas e avenidas largas, onde se instalaram o centro administrativo, o comercial e os bairros residenciais. Para o setor suburbano, determinou-se que as ruas teriam apenas quatorze metros de largura, incluindo as calçadas, pois, sendo ladeadas por chácaras e quintas residenciais, tornava-se desnecessário um espaço para a arborização. O setor rural, evidentemente abrigava as atividades agrícolas.

Até 1910 o povoamento de Belo Horizonte foi bastante dispersivo. De 1910 a 1930, verificou-se a ocupação dos vazios da área. Deu-se a expansão em todas as direções, exceto na sul, barrada pela Serra do Curral.

O crescimento de Belo Horizonte passou a ser mais acelerado, com o surgimento de vilas operárias no período entre guerras, quando foram implantadas nos municípios vizinhos indústrias de grande porte, ligadas a extração de minérios.

Com a industrialização e a expansão urbana, multiplicaram-se os bairros periféricos, carentes de infra-estrutura e construídos à revelia de qualquer plano diretor.

Registra-se atualmente em Belo Horizonte um crescimento periférico acelerado que se relaciona à renda familiar mais baixa e transforma a paisagem da cidade.

A história revela que a paisagem é o registro de um passado no qual os hábitos, tecnologia, ambições e preferências eram diferentes dos atuais.

Contemplar uma cidade é sempre algo agradável. A cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido possa ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser observado. Assim Lynch (1960) se expressa ao estudar a imagem das cidades, acrescentando que

todas as pessoas possuem numerosas relações com as partes da cidade e que a sua imagem está impregnada de memória e significados.

O estudo de Lynch apóia-se na qualidade visual das cidades. A imagem, conceito central de seu trabalho, é o resultado de um processo bilateral, entre o observador e a paisagem. Varia conforme os significados que lhe atribuem as pessoas. Situações como a cultura e a familiaridade com os objetos interferem na atribuição de significados.

Para Lynch, a identidade, a estrutura e o significado compõem a imagem mental. Em uma paisagem legível, os objetos podem ser reconhecidos, possibilitando sua distinção de outros objetos. É assegurada também uma relação estrutural ou espacial dos objetos com a paisagem, para a qual os objetos podem ter significados práticos ou afetivos.

Acrescenta-se de acordo com Relph (1979), com base em Husserl, a relevância de dois componentes significativos estreitamente inter-relacionados. Um deles é o mundo predeterminado ou natural, de coisas, formas e de outras pessoas, as quais possuem modos variados de aparência no tempo e no espaço. É o mundo que vivemos e sentimos, mas no qual estamos apenas implicados, porque se constitui numa situação necessária que nos é dada.

O outro mundo é o vivido social ou culturalmente, compreendendo os seres humanos com toda a ação e interesses, trabalhos e sofrimentos.

O mundo vivido social é o da intersubjetividade, linguagem comum, contato com outras pessoas, instrumentos, edifícios e obras de arte, tudo o que não é meramente predeterminado, mas usado, transformado e manipulado. Há poucos relatos sobre as coisas do mundo vivido cultural (espaços, ruas, edifícios, paisagens), nas quais passamos a maior parte da nossa vida diária e que estão cheias de ideais e de significados para nós, pois estamos envolvidos com elas.

Na obra memorialística de Pedro Nava vislumbram-se paisagens de Belo Horizonte por ele vivenciadas. Seus escritos retratam informações carregadas de emoção, de afetividade. Fenômenos como as ligações afetivas com o lugar constituem substância significativa sobre o nosso envolvimento no mundo e devem ser compreendidos como realmente são.

Uma cidade é vista e experimentada não como a soma de objetos, mas como um sistema de relações entre o homem, seu espaço e seus focos de interesse. Segundo Relph (1979), três fenômenos inter-relacionados da experiência constituem o mundo vivido: o espaço como experiên-

cia, a paisagem como centro de significados no espaço, e o lugar como centro de significados no espaço e na paisagem. As relações das pessoas com o mundo dependerão de um sistema de correspondência entre os dados sensoriais, obtidos a partir de um mesmo conjunto de objetos. Com efeito, o espaço perceptivo dependerá não só das características do mundo físico no qual as pessoas estão inseridas, mas também dos sistemas sensoriais de que dispõem, e através dos quais entrarão em comunicação com o mundo físico.

A paisagem vivida é o resultado das imagens que as pessoas têm dela, resultado que é influenciado pelas condições psicológicas, físicas, individuais e da experiência de vida, acrescidas das heranças culturais, individuais e coletivas. As imagens percebidas aparecem como uma reprodução na mente das pessoas. Por vezes, podem ser tão claras vividas detalhadas que permitem um exame mental e fornecem detalhes de fatos originais, importantes para a vida do homem.

Vivemos na paisagem, nela projetamos nossa personalidade e a ela somos ligados por limites emocionais. Não se refere exatamente à percepção, aos sentidos ou às representações, mas à vida. E porque ela é vivida, deve haver tantas paisagens quantas fo-

rem as experiências espaciais; ou, em outros termos, nossa consciência da paisagem se modifica. Suas qualidades e significados mudam para nós.

Com nossos sentidos penetramos e olhamos dentro da paisagem, movemo-nos através dela, ouvimos e cheiramos através dela (Relph, 1979). As paisagens que encontramos em nossos mundos vividos são, acima de tudo, paisagens construídas, feitas pelo homem e, conseqüentemente, comunicam intenções e significados humanos. Da mesma forma, a cidade é uma realidade geográfica tendo as ruas como centros e cenários para a vida de todos os dias, onde o homem é um transeunte, um residente, um admirador. (Dardel, 1954)

Assim, reforça-se o fato de que contemplar uma cidade é sempre agradável. Entretanto, o que agora queremos contemplar é a paisagem da Belo Horizonte de Pedro Nava, uma cidade que fez parte de seu mundo vivido, ao qual o memorialista se ligava como à terra.

Evidentemente, essa cidade não existe mais. Só existiu no mundo vivido de Pedro Nava. O que realmente existe é a Belo Horizonte de cada um de nós, resultado da imagem que temos dela, uma imagem carregada de emoções e, sobretudo, de nossa maneira de ser no mundo.

Diante disso, recuperar a paisagem da Belo Horizonte de Pedro Nava é recuperar os valores que ele atribuiu às suas paisagens.

Neste sentido, o presente estudo fundamentou-se no trabalho de Lynch (1960), um arquiteto que lançou novas maneiras de se planejar uma cidade, uma cidade apoiada na percepção de seus usuários, uma cidade legível, com elementos marcantes no cenário para que as pessoas pudessem ter facilidade de orientação e de locomoção.

Segundo Lynch, a cidade não é apenas um objeto vivido por muitas pessoas das mais diferentes classes sociais e pelos mais variados tipos de personalidades. A cidade é sobretudo o produto de muitos construtores, que constantemente modificam sua estrutura. Assim, a Belo Horizonte de hoje vem sofrendo a corrosão do tempo e tem sua paisagem transformada pela ação de seus muitos construtores, daqueles que planejam suas mudanças ou daqueles que espontaneamente participam de sua expansão. Entretanto, se são inúmeras as transformações pelas quais a cidade vem passando, poderíamos dizer que mais numerosas ainda são as maneiras pelas quais as pessoas que participam de sua construção a percebem.

As relações das pessoas com

a cidade, construindo ou produzindo sua transformação processam-se também a partir da percepção que dela têm, das atitudes nelas tomadas e através dos valores a ela atribuídos. A experiência e a visão do mundo desempenham importante papel no desenvolvimento da percepção, pois o contato direto com as partes da cidade permite às pessoas construir seu espaço perceptivo urbano, favorecendo, assim, a elaboração de respostas às paisagens que as cidades oferecem.

A construção da imagem é um processo complexo, que tem como ponto de partida a percepção, fenômeno físico e inteligente que coloca o ser humano diante de algo externo a ele próprio, fazendo com que ele construa de maneira inteligente, mas nem sempre consciente as imagens que se transformem em lembranças. A percepção é um fenômeno humano do presente, isto é, realiza-se no aqui e agora. Não há possibilidade de se perceber o que aconteceu no passado ou o que irá acontecer no futuro. O processo do passado é o da memória e o do futuro é a inferência.

Acrescenta-se ainda como referência aos trabalhos de Lynch sobre a percepção das cidades a identificação dos elementos da imagem mental urbana: os trajetos, os limites, os bairros, os

cruzamentos e os pontos marcantes. A partir de tais marcos de referência procuramos identificar a Belo Horizonte de Pedro Nava, falando de seu universo geográfico, histórico, simbólico, um verdadeiro arquivo de nossa memória cultural.

Os quatro marcos de referência na obra de Pedro Nava

Na obra de Nava, a percepção de determinadas paisagens da cidade foi tão viva, tão emotivamente marcante que as imagens formadas sob forte carga afetiva ficaram como que sacralizadas pela memória. Assim, a escolha dos quatro marcos referenciais foi determinada pelo próprio memorialista, tamanha a grandeza e a carga significativa que confere a estes lugares: a Rua da Bahia, o Bar do Ponto, a Praça da Liberdade e a Serra do Curral. Em toda a extensão da obra, há um volume enorme de impressões-imagens sobre esses lugares, traduzindo o que eles realmente eram na memória do autor.

Na rua da Bahia, verdadeira coluna vertebral da cidade, realiza-se a complexidade da vida social, política e cultural de Belo Horizonte nos frenéticos anos 20. Ali estão os pontos de encon-



Rua da Bahia, 1927 (Arquivo do Museu Abílio Barreto)



Rua da Bahia, 1997 (Foto: Marta Carneiro)

tro da elite politico-burocrata, dos intelectuais, do homem comum.

Ali a sociedade desfila nos *foyers* dos cinemas, nos bondes que sobem e descem mineiramente, nas festas profanas e religiosas e no simples transitar. É aqui o elo de ligação entre o centro comercial e social da cidade

– o “Bar do Ponto” – e o centro do poder – a “Praça da Liberdade”. Nava a percorreu e a viveu intensamente. Sua “Evocação da Rua da Bahia” é uma verdadeira ode a esse caminho-lugar. A Rua da Bahia é o trajeto.

... endireita o corpo, levanta a cabeça e começa a andar ritmadamente e a oscilar os braços como achava que de-

via aparecer na rua da Bahia. (Nava, 1982, p. 392)

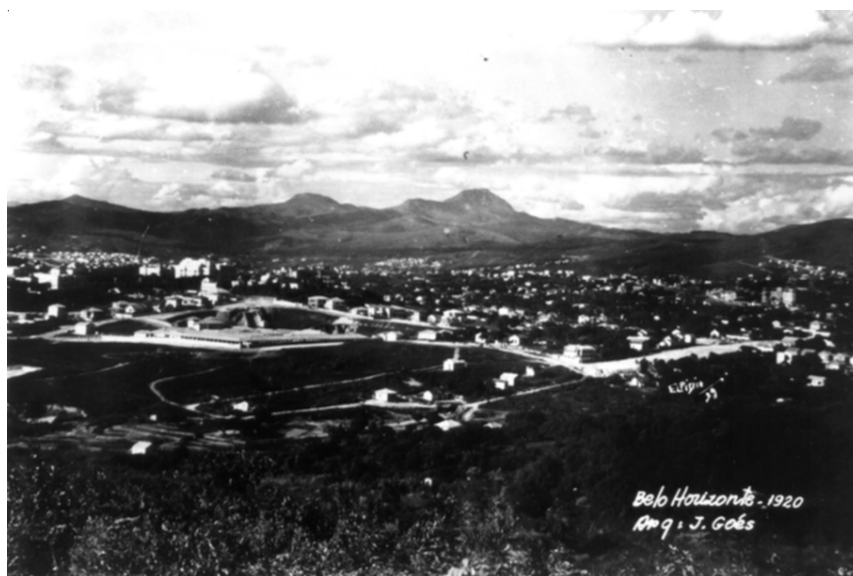
... Vingaram depois Bahia a pé – naquele passo especial que só mineira tem para subir ladeira. Passaram por trás das secretarias. Mais um pouco e estavam a sua porta. (Nava, 1982, p. 81)

... Às vezes descia Bahia a pé, até o Bar do Ponto. Visão de fachadas que ficavam na minha lembrança como cara de velhos amigos. (Nava, 1985, p. 40)

... Todos os caminhos iam à rua da Bahia (...) Da rua da Bahia partiam vias para os fundos do fim do mundo, para os tramontes dos acaba-minas (...). A simples reta urbana (...). Mas seria uma reta? ou antes, a curva? Era a reta, a reta sem tempo, a reta. continente dos segredos dos infinitos, paralelos. E era a curva. A imarcescível curva, épura dos passos projetados, imanência dos ciclôides, círculo infinito...

... mas jamais, ah! jamais sacudirá o jugo do velho crepúsculo, daquela tristeza da tarde morrendo varrida de ventos, da lembrança submarina dos fícus e dos moços que subiam e desciam a Rua da Bahia. Não a Rua da Bahia de hoje. A de ontem. A dos anos vinte. A de todos os tempos, a sem fim no espaço, a inconclusa nos amanhãs. (Nava, 1986, p. 145)

Como marco-limite, procurou-se desvendar a Serra do Curral, referência que fecha a cidade em si própria e define seus horizontes. Nava, quando estudou no Colégio Anglo-Mineiro (hoje, o quartel do Corpo de Bombeiros da PMMG) e morou no bairro da Serra, ainda nos seus primórdios, esteve muito próximo da serra e pôde entendê-la como intransponível e misteriosa. Essa imponente barreira



Vista da Serra do Curral, 1920 (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte)



Vista da Serra do Curral, 1997 (Foto: Marta Carneiro)

montanhosa, que durante muito tempo impediu a expansão urbana de Belo Horizonte na direção sul, foi tomada de assalto pela urbanização acelerada e indiscriminadamente ocupada. A Serra do Curral é o limite.

íamos além, para adiante dos caminhos, tomávamos picadas ladeira aci-

ma, a montanha diminuía, subíamos até os íngremes que de tão, viravam numa parede, num muro em cima do qual corria a inacessível crista de metal. (...) A vegetação era pouca naquele solo de ferro onde cintilavam pedregulhos e minérios em flor... A Serra, de longe parecia de veludo ... De perto, tocada, era dura e áspera. (Nava, 1986, p. 180)

Para trás era a Serra do Curral, cor de violeta àquela hora da tarde. Era abrupta como uma parede, imensa e



Bar do Ponto, 1927 (Arquivo do Museu Abílio Barreto)



Bar do Ponto, 1997 (Foto: Marta Carneiro)

lembrava a imobilidade de pássaros gigantes, caídos de asas abertas. (Nava, 1986, p. 157)

Para trás era a montanha, o Cercado, o Curral que, sob um céu que desmaiava, ia perdendo o verde do mato e o vermelho do chão para esticar-se em todo o horizonte duma cor de violeta, dum roxo de quaresma que avançava seus dois braços em direção ao último clarão do crepúsculo para apagá-lo enfim e desaparecerem por

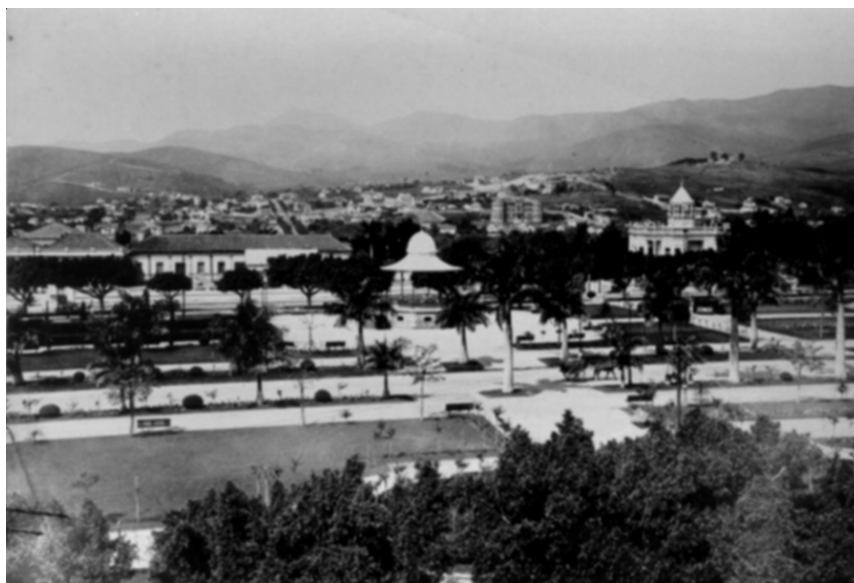
sua vez, na pulverização azul marinho e depois negra da noite que se constelava. (Nava, 1986, p. 263)

As memórias de Pedro Nava atribuem ênfase ao encontro da Rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena, não havendo nenhum outro cruzamento com tanta expressão na cidade. O Bar do Ponto foi identificado como

um grande marco de referência. Não se destaca apenas como um local de encontro, mas apresenta conotações mais amplas, como se fosse um verdadeiro bairro. As memórias de Nava registram citações como: “Moro no Bar do Ponto”, “minha farmácia é praticamente no Bar do Ponto”, para se referir a Rua dos Goitacazes, à Avenida Afonso Pena ou à ladeira da Rua dos Tupis. O Bar do Ponto constitui um símbolo do imaginário social de toda uma época, entre os anos 10 e 30, de toda uma geração que tinha aí seu ponto de reunião, por onde circulavam todas as informações, boatos e fofocas, estabelecendo uma identidade cultural entre os que por ali transitavam ou viviam. A vida social, cultural e política da cidade começava e terminava no Bar do Ponto.

... agora estamos a três quarteirões do Bar do Ponto, que é o centro. Eu me referia ao centro da cidade, mas logo veria que aquilo era o centro de Minas, do Brasil do Mundo vasto Mundo. (Nava, 1976, p. 103)

Chamava-se Bar do Ponto rond-point formado pelo cruzamento de Afonso Pena e Bahia, que era onde desaguava também a ladeira de Tupis. Todo o primeiro quarteirão dessas ruas era caudatário da estação de bondes – o ponto – que ficava em cima da ribanceira do Parque Municipal e de um café chamado o bar do Ponto. Esse nome estendeu-se às circunvizinhanças. (...) Era o centro da cidade, seu trecho obrigatório onde todo mundo parava, passava, conversava, atravessava, espe-



Praça da Liberdade, 1920 (Arquivo do Museu Abílio Barreto)



Praça da Liberdade, 1997 (Foto: Marta Carneiro)

rava, desesperava, amava, demorava, vivia no Bar do Ponto. (Nava, 1986, p. 132)

Aprendi a conhecer ou reconhecer de vista, surgindo no Bar do Ponto com precisão cronométrica, as figuras de funcionários legendários ... (Nava, 1976, p. 306)

Encontro de amigos, encontros de obrigação. O nome acabou extrapolando, se estendendo, ultrapassan-

do o estabelecimento, passando a designar o polígono formado pelo cruzamento de Afonso Pena com Bahia – local onde termina também a lateral da rua Tupis. Enraizou-se tanto na toponímia da cidade que fez desaparecer, imaginem! o nome do Alfes – Praça Tiradentes – que figurava nos antigos mapas de Belo Horizonte. (Nava, 1985, p. 4)
As lingüinhas trabalhavam, sobretudo dentro do Bar do Ponto. (Nava, 1985, p. 5)

A Praça da Liberdade, localizada no topo de uma colina, sob a forma de um tabuleiro, irradia em todas as direções a imagem do poder constituído; para isso ela foi intencionalmente projetada e suntuosamente construída. É ali que está o complexo paisagístico no estilo “fin de siècle”, de construções ecléticas com traços neoclássicos marcantes. Em Nava, a praça perde sua fineza e sisudez e ganha uma imagem humanizada em expressões de efetividade e descrições minuciosas e enternecedoras de suas belezas e singularidades. Não está ali o observador isento, é o homem que vive e percebe a paisagem em derredor, estabelecendo com ela uma sintonia única e inalienável. A Praça da Liberdade é um importante marco de referência da cidade de Belo Horizonte.

Além para a esquerda, a silhueta do Palácio, das Secretarias, das palmeiras da Praça; mais longe as do Bonfim se perdendo em contrafortes de colcotar ruivo, hematita e ferrugem. Era principalmente para atrás do Palácio e da Praça que ia começar o estardalhaço cósmico de mais um pôr-de-sol. (Nava, 1985, p. 263)

E tomaram a praça pelo lado esquerdo de quem vai para o palácio.

— Esse coreto tem um telhado lindo. Não sei se exagero mas ele é o meu Tadj-Mahall...

— É verdade! Até que parece mesmo ...

O lago artificial era um espelho deitado, um espelho com efeito de cruz

cujos braços transversais terminassem na forma exata de hemicírculo. O Egon escolheu uma pedra achata-da e fez a mesma sair ricocheteando umas duas, três vezes na superfície das águas.

— Também sei fazer.

E a pedrinha dela foi tirando fininhos cinco vezes.

Toda a superfície líquida enrugou, angulou, fez rodas divergentes multiplicando as estrelas e os lampiões da praça refletidos. O palácio agachado ria para eles suas portas dente sim, dente não. (Nava, 1983, p. 72-73)

Era político demais chegando e saindo, era o Palácio da Liberdade ou a Secretaria de Segurança tudo aceso e iluminado noitinteira era um tom mais acalorado das conversas nas ruas, nos clubes, nos cafés. (Nava, 1987, p. 380)

O povo dispersou-se em pânico, re-concentrou-se no Bar do Ponto, dali subiu até o palácio da Liberdade para dar conhecimento ao presidente. Este

recebeu a multidão cercado das pessoas que estavam, àquela hora, na sede do Governo ... (Nava, 1987, p. 454).

Eu andava agora no lado mais bonito da praça. Já tinham tirado a Itacolomi e a fonte que havia em frente à Agricultura (creio que na reforma feita para receber o Rei dos Belgas) mas lá estava o coreto, teto de linhas orientais, pintado de prata – ao instante recoberto duma camada de pó de púrpura; o belo tanque onde se refletiam cada dia mais cambiantes do céu mais lindo do mundo – àquela hora cheio de sangue real do sol. Saindo dentre as folhas e galhos o perfil violento e lupercal dum semi-deus – não era Pã, mas Bernardo Guimarães em bronze. (Nava, 1985, p. 30)

Os textos de Nava resguardam os símbolos do passado histórico de Belo Horizonte, antes

que a nova cidade do tempo e do progresso e a incúria dos homens os destruam irremediavelmente. Ao utilizarmos essa obra literária como fonte documental, deixamos que ela falasse por si, sem cerceá-la nos limites de uma teoria ou tomá-la para ilustrar idéias previamente construídas. O significativo é tentar captar no documento literário a carga simbólica que o autor empresta à cidade através de sua subjetividade criadora.

Neste final de século, quando os homens vivem a crise do Estado, recuperar historicamente nosso lugar urbano é recuperar a nossa própria territorialidade.

Referências bibliográficas

01. BACZKO, Branislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi-Anthronus-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.
02. BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiróz, 1979.
03. BUENO, Antônio Sérgio. **Vísceras da memória:** uma leitura da obra de Pedro Nava. Belo Horizonte: UFMG, 1994 (Tese, Doutorado em Letras).
04. BURLE, Marx, Roberto. Recursos paisagísticos do Brasil. **Geografia e Planejamento**, São Paulo, n. 22, 1975.
05. BURKE, Peter et al. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
06. CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.
07. COLLOT, Michel. Points de vue sur la perception des paysages. **L'Espace Geographic**, n. 3, 1986, p. 211-217, 1986.
08. DARDEL, Eric. **L'homme et la terre:** nature de la realite géographique. Paris: Press Universitaires de France, 1952.
09. FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 1, p. 26-43, 1985.
10. FERREIRA, Solange T. de Lima. **A percepção geográfica da paisagem das Gerais no Grande Sertão Veredas.** Rio Claro: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 1990 (Dissertação, Mestrado em Geografia).

11. FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
12. GIBSON, James J. **The perception of the visual world**. Boston: Houghton Mifflin, 1950.
13. GROSSI, Yone de Souza. Belo Horizonte: pólis e urbis no imaginário topográfico e arquitetônico. In: COLOQUIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS BRASIL/PORTUGAL, 1, 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC•Minas, 1994, p. 205-224.
14. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
15. LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, J. NORA, P. (Org.). **História: novos objetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. p. 68-80.
16. LE GOFF, Jacques *et al.* Memória/História. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi-Anthronus-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985.
17. LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
18. LEWIS, Pierce F. Axioms of reading the landscape: some guides to the american scene. In: MEINING, Donald W. (ed.). **The interpretation of ordinary landscape: geographical essay's**. Oxford: O. U. P., 1979.
19. LIMA, Solange T. Terras, rotas e tendas: sobre a paisagem vivida dos ciganos. **Caderno de Geografia**, v. 5, n. 6, p. 41-48, 1994.
20. LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.
21. LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.
22. LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: MIT, 1960.
23. MACHADO, Lucy Marion C. P. **A serra do mar paulista: uma paisagem valorizada**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1989. (Tese, Doutorado em Geografia).
24. MEINING, Donald W. (ed.). **The interpretation of ordinary landscape: geographical essay's**. Oxford: O. U. P., 1979.
25. NAVA, Pedro. **Balão cativo; memórias 2**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
26. NAVA, Pedro. **Chão de ferro; memórias 3**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
27. NAVA, Pedro. **Beira-mar; memórias 4**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
28. NAVA, Pedro. **Galo-das-trevas (as doze velas imperfeitas); memórias 5**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
29. NAVA, Pedro. **O Cirio perfeito; memórias 6**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
30. NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.
31. OLIVEIRA, Livia. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo: IG – Universidade de São Paulo, 1977.
32. RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. v. 7, 1979, p. 1-25.
33. SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1982.
34. SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle: política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
35. TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.
36. VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
37. XAVIER, Herbe. **A observação da paisagem do mundo e do campo visual geográfico**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1989. (Dissertação, Mestrado em Geografia).
38. WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. (Coleção Ponta, v. 4).

NORMAS PARA COLABORADORES

- Os **Cadernos** estão abertos aos pesquisadores de História e áreas afins, para a publicação de artigos, resenhas, críticas e trabalhos do gênero.
- Os textos devem ser inéditos, não ultrapassando 20 páginas, datilografadas em papel ofício, em espaço duplo, margem de 3 cm e em três vias.
- Os trabalhos devem incluir uma página inicial contendo o título, um resumo de 10 linhas, no máximo, e três palavras-chave. A apresentação, deve ser feita dentro dos critérios de publicação técnico-científicas, conforme as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). De acordo com o padrão normativo estabelecido para os **Cadernos**, pede-se a utilização do pé-de-página tão somente para as notas explicativas, colocando no próprio corpo do texto, após a citação e entre parênteses, a referência bibliográfica correspondente (autor, ano e página). No final deve constar a relação alfabética de toda a bibliografia consultada.
- Os dados referentes ao autor (ou autores) devem incluir: o nome completo, a instituição de origem, suas principais qualificações, endereço e telefone de contato.
- A seleção dos trabalhos, sua distribuição e organização em cada número, são da competência exclusiva dos **Cadernos**. Os textos serão mantidos na íntegra e na sua forma original; caso ocorra necessidade de alguma alteração, esta só será feita mediante o consentimento prévio do autor.
- Os autores dos textos aceitos para a publicação serão oportunamente informados, como também, sobre a data prevista para o seu lançamento.

Outras publicações da Editora PUC•Minas

ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
BIOS – Departamento de Ciências Biológicas
CADERNO DE CONTABILIDADE – Departamento de Ciências Contábeis
CADERNO DE ENTREVISTAS – Departamento de Comunicação Social
CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS – Faculdade Mineira de Direito
CADERNO DE GEOGRAFIA – Departamento de Geografia
CADERNO DE REPORTAGENS MALDITAS – Departamento de Comunicação Social
CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO – Departamento de Administração
CADERNOS DE BIOÉTICA – Núcleo de Estudos de Bioética
CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Departamento de Sociologia
CADERNOS DE ECONOMIA – Departamento de Economia
CADERNOS DE ENGENHARIA – IPUC – Instituto Politécnico da PUC•MINAS
CADERNOS DE LETRAS – Departamento de Letras
CADERNOS DE ODONTOLOGIA – Departamento de Odontologia
CADERNOS DE PSICOLOGIA – Departamento de Psicologia
CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL – Departamento de Serviço Social
EDUCAÇÃO – CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – Departamento de Educação
ENFERMAGEM REVISTA: CADERNOS DE ENFERMAGEM – Departamento de Enfermagem
EXTENSÃO – Cadernos da Pró-reitoria de Extensão
HORIZONTE – Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC•Minas
ORDEM E DESORDEM: CADERNO DE COMUNICAÇÃO – Departamento de Comunicação Social
SCRIPTA – Departamento de Letras – Programa de Pós-graduação em Letras – Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – CESPUC-MG
SPIN – ENSINO E PESQUISA – Departamento de Física e Química

Projeto gráfico e composição eletrônica:

EMS editoração eletrônica
magalhaes.salles@hotmail.com • Tel.: (031) 3041.1113

Impressão:

FUMARC
Fundação Mariana Resende Costa
Av. Francisco Sales, 540 • Floresta
Fone: (031) 3249.7400 • Fax: (031) 3249.7413
30150-220 • Belo Horizonte • Minas Gerais